



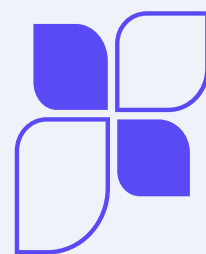
PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Caderno Introdutório A

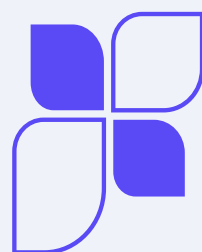
Orientações Gerais





PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823o Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Orientações gerais [recurso eletrônico] / João Antônio Cabral de Monlevade ... [et al.]. - ed., rev., e atual. por João Antônio Cabral de Monlevade - Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2025.

1 arquivo texto : 151 p. ; il. color. ; 25,5 MB (Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica / Formação pedagógica ; Caderno A)

Formato: PDF.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-85-85862-49-7

1. Profissionais da educação. 2. Profucionário. 3. Normas - Profucionário. 4. Educação Básica. I. Monlevade, João Antônio Cabral de. II. Silva, Maria Abádia. III. Bessa, Dante Diniz. IV. Kipnis, Bernardo. V. Nascimento, Francisco das Chagas Firmino do. VI. Título. VII. Série.

CDU 377

Catalogação na fonte: Aryane Tada F. Santos CRB/1-2640.



Bem-vindo(a) ao Profucionário,

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), fortalece e amplia o Profucionário neste ano de 2025.

O objetivo é ofertar educação de qualidade para valorizar os/as trabalhadores/as da educação, buscando redimir a dívida histórica do Estado brasileiro para este segmento da educação básica pública.

Oficialmente, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, o programa foi ampliado como parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, regulamentada pelo Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, e reafirmada pelo Decreto nº 8.572 de 9 de maio de 2016. Contudo, em 2017, o programa foi descontinuado.

O programa foi retomado somente em 2023, com a instituição do Grupo de Trabalho (GT), responsável por avaliar a retomada e as melhorias do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, por meio da Portaria nº 1.574, de 9 de agosto de 2023.

A continuidade da ação contou com a publicação da Portaria MEC nº 395, de 29 de maio de 2025, que institui o Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica - Profucionário.

Os objetivos são: promover a profissionalização específica a partir de cada área de atuação individual e coletiva no contexto pedagógico da unidade escolar; fortalecer a identidade profissional dos funcionários da escola pública da educação básica; possibilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas; estimular a elevação da escolaridade; e proporcionar a valorização dos profissionais da educação.

Desejamos que esta jornada, embora desafiadora, seja proveitosa e transformadora!

Um excelente curso!

São os votos do Ministério da Educação





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Ministro de Estado da Educação

MARCELO BREGAGNOLI
Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica



FICHA TÉCNICA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Veruska Ribeiro Machado

Pró-reitoria de Ensino
Rosa Amélia Pereira da Silva

Diretoria de Educação a Distância
Jennifer de Carvalho Medeiros

Coordenação Geral do Projeto
Blenda Cavalcante de Oliveira

Coordenação Pedagógica
Juana de Carvalho Ramos Silva
Marina Morena Gomes de Araújo

Coordenação de Produção de Material Didático
Adriano Vinício da Silva do Carmo

Orientação de Ensino Aprendizagem
Anna Vanessa Lima de Oliveira
Carolina Gonçalves Gonzalez
Vânia do Carmo Nóbile

Design Educacional
Anna Oliveira Barboza
Danilo Gonçalves da Fonseca
Juana de Carvalho Ramos Silva
Juliana Parente Matias
Leandro Alves Faria
Luciano de Andrade Gomes
Ricardo Pereira Araújo

Produção Multimídia
Erika Ventura Gross
Marcos Pereira dos Santos

Revisão de Texto
Anna Oliveira Barboza
Laion Roberto Agostini Stanczyk

Apoio Administrativo
Noeme César Gonçalves

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa

Gisele Silva de Siqueira
Iara Pinheiro da Silva
Mércia Dalyanne Lopes de Araújo
Pedro Henrique Assunção Alvarinho
Pérola Reginaldo das Virgens
Rita de Cássia Frazão

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Pedagogia

Esther Lucena de Souza
Eudicleia de Oliveira Silva
Keila Alves Neri

LISTA DE SIGLAS

Afuse - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo	Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ampe - Associação Mato-grossense de Profissionais de Educação	LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem	MEC - Ministério da Educação
BNCC - Base Nacional Comum Curricular	OG - Orientações Gerais
CdP - Comunidade de Prática	PCT - Polo Central de Tutoria
Cead - Centro de Educação a Distância	PL - Projeto de Lei
CEB - Câmara da Educação Básica	Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
CEE - Conselho Estadual de Educação	PNE - Plano Nacional de Educação
Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica	PNA - Política Nacional de Alfabetização
CF - Constituição Federal	Profuncionário - Programa Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica
CNE - Conselho Nacional de Educação	PPS - Prática Profissional Supervisionada
CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	PPP - Projeto Político Pedagógico
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	SAE - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	SEB - Secretaria de Educação Básica
Consed - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação	Setec - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Dase - Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	Sintep - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais	UnB - Universidade de Brasília
EaD - Educação a Distância	UNCME - União dos Conselhos Municipais de Educação
Eape - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação	Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
EC - Emenda Constitucional	
Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio	
FE - Faculdade de Educação/UnB	
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	
Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
IF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	



Conheça seu Caderno

Prezado/a estudante, seja bem-vindo/a!

É importante que antes de iniciar sua leitura, você conheça bem o seu Caderno e os elementos que os compõem. Os ícones apresentados são elementos gráficos que enriquecem a comunicação visual, facilitando a organização e a leitura em contextos hipertextuais. Veja como funciona cada um:



Atenção

Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba Mais

Saiba Mais: remete o tema para outras fontes: livro, revista, jornal, artigos, noticiário, internet, música etc.



Vocabulário

Vocabulário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Pratique

Pratique: apresenta sugestões de atividades para reforçar a compreensão do texto da disciplina e envolver o estudante em sua prática, bem como atividades para compor a carga horária de Prática Profissional Supervisionada (PPS), em planejamento conjunto entre estudante e tutor.



Refleta

Refleta: apresenta um momento de pausa na leitura para refletir/escrever/conversar sobre pontos importantes e/ou questionamentos.



Sumário

Introdução.....	13
------------------------	-----------

Unidade 1

Orientações sobre a história da construção da identidade de funcionárias e funcionários no Brasil.....	18
---	-----------

1.1 Construção da identidade de funcionários/as da educação no Brasil.....	19
1.2 Acúmulo teórico com as experiências de formação profissional de funcionários/as da educação antes do Profuncionário.....	25
1.3 A construção política do Profuncionário.....	30

Unidade 2

Orientações legais e normativas referentes ao Profuncionário.....	39
--	-----------

2.1 Constituição Federal de 1988, Lei n.º 9394/1996 (LDB) e Lei 13.005/2014 (PNE).....	39
2.2 Profuncionário: normatização e articulação entre diretrizes curriculares.....	46

Unidade 3

Orientações para o/a funcionário/a da educação que aprende.....	54
--	-----------

3.1 O adulto trabalhador como sujeito que aprende – o ponto de partida.....	54
3.2 Condições da aprendizagem: a EaD na perspectiva da mediação do aprendizado por diferentes recursos e pessoas – o “blended learning” ou aprendizagem combinada	63
3.3 Como aprender em uma sociedade com acesso desigual.....	71
3.4 Uma palavra sobre tecnologia como recurso de mediação.....	75
3.5 Mediadores pedagógicos e comunidades de prática – papel e relevância	77
3.6 Orientações para os/as funcionários/as cursistas.....	80

Unidade 4

Orientações sobre a política de oferta dos cursos.....	85
---	-----------

4.1 Contexto histórico da oferta de formação de funcionários(as).....	86
4.2 Metodologia de oferta pública: blended learning, um avanço em relação à educação a distância.....	88
4.3 Oferta pública, governança e gestão democrática.....	90
4.4 Oferta e pesquisa – levantamento, monitoramento e avaliação.....	91

Unidade 5

Orientações sobre os perfis profissionais dos cursos do Profuncionário.....	94
--	-----------

5.1 Objetivos do Profuncionário.....	94
5.2 Perfil geral do técnico que atua em educação.....	95



Sumário

Unidade 6

Orientações pedagógicas do Profucionário.....	105
6.1 Princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profucionário.....	105
6.2 Estrutura curricular.....	112
6.3 Processo de avaliação.....	130
6.4 Sugestões para estudo dos Cadernos.....	134

Unidade 7

Ementário	139
7.1 Núcleo de formação pedagógica comum às quatro habilitações.....	139
7.2 Núcleo de formação técnica geral e específica.....	141

Referências.....	147
-------------------------	------------





Saiba Mais

Profucionário, institucionalização da formação em serviço dos funcionários da educação pública. A palavra "reconstrução" é usada neste documento com inspiração em Habermas (1983). Trata-se, aqui, de um processo de desmontar para depois remontar de modo novo. Esse processo possibilita tanto a conservação como a transformação do que existe, além de possibilitar a criação de algo novo. A formação profissional dos Técnicos Administrativos da Educação Básica tem fundamento no art. 206 da Constituição e nos artigos 61 e 62-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Introdução

Saudações a você que inicia um dos cursos técnicos ofertados pelo Programa Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica (**Profucionário**), seja estudante, tutor/a, professor/a, coordenador/a ou gestor/a. Desde já, gostaríamos de dizer que, para nós, é uma alegria fazer parte de um processo como este, construído coletivamente e com protagonismo de todos os participantes, visando um caminho para a (re)construção da identidade profissional de funcionárias e funcionários da educação no Brasil.

Objetivo deste Caderno: situar os sujeitos envolvidos com o Profucionário na sua proposta político-pedagógica.

Como cidadãos e cidadãos, devemos saber que a Constituição Federal (CF) de 1988, art. 205, determina que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Tendo isso em vista, o governo federal, por meio do Programa Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica (Profucionário), definido pelo [Decreto n.º 8.752/2016](#), em regime de colaboração com os sistemas estaduais de ensino e Rede Federal, promove a oferta de cursos técnicos destinada a funcionárias e funcionários da educação que estão em exercício em todo o país.

O Profucionário iniciou a oferta dos cursos em 2006, sendo esta a quarta edição, revisada e atualizada, deste Caderno de Orientações Gerais (OG), que contém as orientações político-pedagógicas do Programa.

De lá para cá, foram quase duas décadas de oferta dos cursos, com altos e baixos. Nesse período, mudanças políticas, legais, normativas e na oferta afetaram, de alguma maneira, o programa.

Além disso, no período, o Profucionário foi objeto de pesquisas acadêmicas que, de forma positiva ou negativa, contribuíram para a visibilidade da categoria como profissionais da educação, ao oferecerem leituras críticas, provocarem reflexões, debates e ajustes. Tudo isso foi levado em conta nesta edição do Caderno.

Neste sentido, chamamos a sua atenção para a importância de compreender o contexto histórico da construção da identidade profissional dos funcionários da educação, o contexto político-normativo que garante à categoria o direito à formação profissional, o contexto das condições da modalidade de educação da oferta dos cursos e o contexto da estrutura político-administrativa desta oferta, para que você possa compreender com o máximo de clareza o plano de formação aqui apresentado.

Em outras palavras: quanto melhor você compreender o projeto político-pedagógico do Profucionário, com o protagonismo de funcionários/as-estudantes, melhor entenderá o momento que vivemos no processo histórico da luta dos trabalhadores em educação.

Sendo assim, este Caderno (Orientações gerais) apresenta as escolhas teóricas e metodológicas que fizemos para orientar o processo de formação em cada curso. Trata-se de um plano de formação que orienta, mas não determina as ações a serem realizadas nas situações concretas em que será ofertado.

Veja, então, como o Caderno está organizado, com base no que dissemos antes.

Na **Unidade 1**, você estudará, brevemente, a história dos funcionários no Brasil, com vistas a desenvolver uma noção sobre quem foram, em que condições trabalharam e como seu trabalho era visto em relação à educação escolar. Verá de que maneira tiveram acesso ao trabalho, como e quando se organizaram para lutar por valorização e reconhecimento como profissionais da educação e conhecerá as primeiras experiências de oferta de formação profissional no Brasil, que estão na base da construção do Profucionário.

Como resultado das lutas empreendidas na segunda metade do século XX, na **Unidade 2**, você tomará contato com a fundamentação legal e normativa do direito à profissionalização da categoria. Uma conquista que pode contribuir para a transformação da qualidade técnica e social da educação pública em nosso país.

Uma vez garantido, política e legalmente, o direito à profissionalização, você poderá entender, na **Unidade 3**, a modalidade de educação pela qual a formação profissional é ofertada, isto é, você compreenderá que se trata de uma oferta de educação a distância orientada pelo conceito de aprendizagem combinada.

Na **Unidade 4**, expomos a estrutura político-administrativa construída para garantir a oferta dos cursos do Profuncionário, esclarecendo quem são e quais são as atribuições dos agentes envolvidos.

Tendo compreendido os contextos mencionados nas Unidades 1 a 4, na **Unidade 5**, você terá a oportunidade de identificar as competências definidas para os profissionais que concluem um dos cursos. Mas, mais do que isso, na Unidade 5, você terá a oportunidade de refletir sobre os objetivos da formação, que vão muito além da aquisição, construção e desenvolvimento de competências técnicas.

Depois de saber onde se pode chegar com a formação profissional proposta pelo Profuncionário, na **Unidade 6**, apresentamos a proposta político-pedagógica propriamente dita: os princípios dos quais partimos, as estratégias de ensino-aprendizagem, como estruturamos o currículo e a metodologia de avaliação do desempenho dos estudantes no contexto do processo de formação como um todo.

Por fim, na **Unidade 7**, você encontrará o **ementário** dos quatro cursos ofertados, onde estão indicados os conteúdos de todos os componentes curriculares de cada curso.

Como você pode ver, é de suma importância estar bem situado em relação ao plano de formação para torná-lo realidade. É preciso estar ciente de que você, como estudante, tutor, professor, coordenador ou gestor, participa das transformações da história da educação brasileira ao tecer os fios da história da profissão de técnico em educação e da reconstrução da identidade dos funcionários como profissionais da educação.

Talvez, daqui a poucas décadas, nenhum de nós estará aqui para contar aos netos esse pedaço de história que estamos fazendo agora. Mas é bem possível que algumas e alguns de nossos netos, naquele momento futuro, estejam estudando para se tornar profissionais da educação e, ao estudar a história da

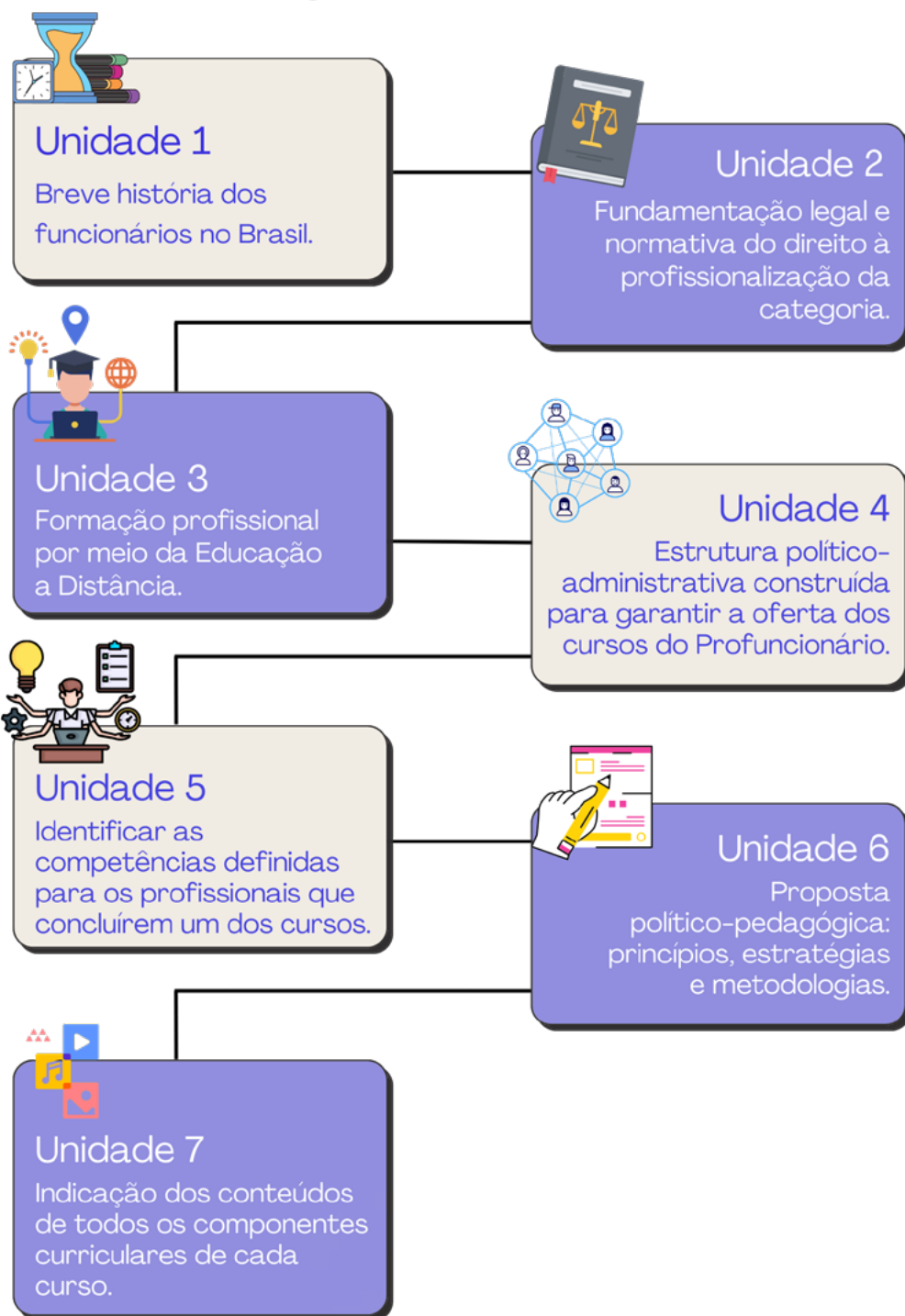


Vocabulário

Ementário – É um conjunto de ementas que, por sua vez, são uma espécie de resumo dos conteúdos a serem ensinados e aprendidos.

profissão, estudarão as diversas edições deste documento, além das pesquisas que se realizarem sobre o Profucionário, para entender quando e como os/as funcionários/as conquistaram e concretizaram o direito à profissionalização e para identificar que transformações ocorreram de agora até lá na educação escolar brasileira.

Sua trajetória neste caderno



A young woman with dark hair, wearing a denim jacket over a white shirt, is seated in a blue wheelchair. She is smiling and looking towards the camera while holding a smartphone in her hands. She is in a modern office or meeting room with large windows in the background. Other people are seated at tables in the background, but they are out of focus. The entire image has a light blue/purple tint.

1

**Orientações sobre a história da
construção da identidade de
funcionárias e funcionários no Brasil**



Orientações sobre a história da construção da identidade de funcionárias e funcionários no Brasil

Um dos princípios deste programa de formação é o de que seres humanos são seres sócio-históricos, ou seja, seres humanos fazem história com as transformações que realizam na natureza, na sociedade e em si mesmos por meio do trabalho por meio de sua própria atividade.

Tais transformações, contudo, não dependem apenas da vontade de cada pessoa, individualmente, de grupos sociais ou de categorias profissionais específicas, pois, em uma sociedade marcada pela desigualdade, como é o caso da sociedade brasileira, as transformações são resultados de lutas e de negociações entre interesses conflitantes.

Sendo assim, o assunto a ser estudado na Unidade 1 é como a categoria dos funcionários da educação construiu, processualmente, sua identidade profissional ao longo da história, analisando a origem e sua trajetória na educação brasileira.

Em outras palavras, aqui você vai estudar quem foram os funcionários e as funcionárias desde a criação da primeira escola no Brasil e quem são, hoje.

Depois, terá oportunidade de entender que a formação profissional que você está iniciando é uma conquista da categoria dos trabalhadores em educação, organizada em sindicatos em defesa da valorização e da profissionalização como projeto para contribuir com a qualificação da educação pública no país.

Você verá que a criação da 21ª Área na Educação Profissional - Serviços de Apoio Escolar, em 2005, é fruto da luta e do acúmulo teórico sobre a formação profissional da categoria com base em experiências de oferta de formação pontuais e locais.

Luta e acúmulo que foram materializados como política pública do Governo Federal, que implementou, desde 2006, o Profuncionário como programa de formação com abrangência nacional. A luta, contudo, ainda não acabou, pois a história continua com a sua participação.

1.1 Construção da identidade de funcionárias/os da Educação no Brasil

Parte integrante de uma sociedade historicamente permeada por componentes autoritários e patrimonialistas, os funcionários da educação desempenharam papéis distintos, seja quanto à origem ou à forma de ingresso e permanência, sempre em consonância com o modelo econômico, político e social vigente à época. O texto a seguir traz, em períodos históricos, o processo contínuo, desde a origem até hoje, da trajetória dos funcionários/as da educação nas escolas públicas no Brasil.

Funcionários da educação: religiosos leigos e pessoas escravizadas durante o Brasil Colônia – 1549 a 1759

Você deve lembrar que o Brasil começou a ser ocupado pelos portugueses em 22 de abril de 1500. À época, entretanto, já havia mais de três milhões de indígenas vivendo por aqui, que falavam mais de 300 línguas diferentes.

E a primeira escola do Brasil, você sabe quando foi fundada? E quando foi alfabetizada a primeira criança no Brasil?

A resposta está documentada: só 50 anos depois, em 1550. E, veja você, a primeira escola, chamada Colégio dos Meninos de Jesus, foi fundada em 1554, em Salvador, na Bahia, pelo governador-geral Tomé de Sousa. Nela conviviam estudantes, professores, religiosos não docentes e pessoas escravizadas - homens e mulheres.

Os estudantes eram meninos e adolescentes, filhos de portugueses ou de mulheres indígenas que se haviam casado com europeus que já moravam na Bahia.



Saiba Mais

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e ouça o podcast "Autoritarismo no Brasil, ontem e hoje", produzido pela UFMG Educativa, e conheça um histórico que influenciou a construção da identidade nacional. Ou acesse [clikando aqui](#).



Os professores eram os sacerdotes jesuítas, de uma Ordem Religiosa fundada alguns anos antes, muito rigorosa, que exigia uma sólida formação geral e pedagógica dos seus membros: dois anos de estudos da religião, dois de letras, três de filosofia, três de estágio didático e quatro de teologia.

Essa Ordem ou Congregação Religiosa também recebia como membros os Irmãos Coadjuutores, destinados – como diz a palavra – a coadjuvar, a auxiliar os sacerdotes professores nas funções materiais que davam apoio a suas atribuições religiosas e didáticas.



Como você vê, os coadjutores foram, sem dúvida, os primeiros "funcionários técnicos administrativos da educação escolar no Brasil", exercendo funções não docentes nas escolas. Eram enfermeiros, cozinheiros, hortelãos, bibliotecários, sacristães, pintores, carpinteiros, escrivães, "preceptores" dos estudantes nos dias e horários não preenchidos por aulas, e até "intérpretes" na língua tupi.

O papel dos coadjutores foi fundamental na expansão da rede de colégios secundários e escolas elementares, bem como no seu financiamento, baseado principalmente na produção agrícola e pecuária de inúmeras fazendas. Eles exerciam tanto "funções educativas diretas" (interação com estudantes) como "funções indiretamente educativas" (sem interação com estudantes).

Entre essas funções indiretamente ligadas à educação, a história brasileira deste período registra, além das exercidas pelos coadjutores jesuítas, a de pessoas escravizadas. Os homens escravizados foram trazidos ao Brasil desde 1531, para trabalhar em engenhos de açúcar e as mulheres escravizadas trabalhavam em serviços domésticos, principalmente, na cozinha e na limpeza da casa.

No início do Colégio dos Meninos de Jesus, veja você, os escravizados eram pescadores que proviam a alimentação dos religiosos e dos estudantes, lavradores e vaqueiros nas fazendas. Entre esses dois últimos, os documentos históricos registram também a presença de indígenas "agregados" às atividades agropecuárias.

Para que você tenha uma ideia, os religiosos da Companhia de Jesus monopolizaram a educação no Brasil entre 1549 a 1759, basta dizer que, no auge de seu poder, havia 17 colégios secundários

(vários com cursos superiores de letras, filosofia e teologia), mais de 200 escolas de primeiras letras, e mais de 300 propriedades rurais da Ordem, com um milhão de cabeças de gado e uma produção agropecuária-industrial calculada por economistas em 25% do Produto Interno Bruto do Brasil Colônia. **Vejam a importância das escolas e dos educadores para fazer girar a economia colonial!**

Funcionários da educação: pessoas escravizadas em escolas improvisadas – 1759 a 1889

Talvez você esteja se perguntando, por que, com tanta riqueza, a educação brasileira, monopolizada pelos jesuítas, não teria deslanchado. Acontece que, com objetivo de neutralizar a ação de ordens religiosas que atuavam nas colônias portuguesas, de maneira autônoma, a educação passou a ser atribuição do Estado Português, inclusive no Brasil, o que, entre outros fatores políticos e econômicos, levou ao fechamento das escolas jesuítas por mais de dez anos, entre 1759 e 1772.

A ausência de políticas educacionais que substituíssem as escolas jesuítas, contudo, produziram uma significativa redução na oferta do ensino no Brasil.

A política educacional criada por **Marquês de Pombal** (1699-1782), em 1772, caracterizada pelas aulas régias, entretanto, desmantelou a centralidade da escola.

Marquês de Pombal,
Sebastião José de Carvalho e Melo
Foi primeiro ministro de D. José I entre
1750 e 1777 - Fonte: Wikipedia



As aulas régias ou aulas avulsas eram aulas autorizadas pelo Estado português que contratava professores sem formação pedagógica, que davam aulas esparsas, para os meninos, em sacristias, repartições públicas e até em suas próprias casas. Nesse ambiente, o trabalho dos funcionários se reduzia à limpeza

e à conservação dos ambientes das aulas.

Era um trabalho feito por pessoas escravizadas, as quais não tinham nenhuma função relacionada à educação e ao ensino, nem mesmo àquelas de apoio material.

Algumas raras exceções existiram nos cursos secundários, de outras Congregações Religiosas, como os Seminários de Olinda, Salvador, Mariana e Rio de Janeiro, onde nunca deixaram de trabalhar escrivães, cozinheiros, refeitores, enfermeiros, barbeiros, bibliotecários e outros não docentes, conforme registros nos regimentos escolares.

Em 1808, a Corte Portuguesa chegou à Bahia e, em seguida, para o Rio de Janeiro, trazendo professores, naturalistas e cientistas, que viabilizaram a fundação de novos cursos superiores e de escolas privadas, as quais contribuíram, também, para o crescimento das cidades litorâneas, com a abertura dos portos ao comércio internacional.

A Constituição de 1824 previu o ensino primário gratuito e universal, o que exigia a formação multiplicada de professores. E o Ato Adicional à Constituição de 1834, resultou na atribuição da oferta do ensino primário e do secundário para as províncias, com a construção de muitos Grupos Escolares nas cidades maiores e na fundação de Liceus, Ateneus e Escolas Normais nas capitais. Ou seja, espaços escolares maiores e mais complexos criavam novas funções para os funcionários da educação e exigiam novos funcionários, além dos professores.

Funcionários da educação: trabalhadores indicados e alguns concursados no período republicano – 1889 a 1988

É possível que você tenha estudado, nas aulas de história do Brasil, que, fruto das pressões externas e da luta dos abolicionistas brasileiros, no ano de 1888, institucionalmente, foi proibida, no Brasil, a existência de pessoas escravizadas. No ano seguinte, 1889, o país foi declarado República Federativa, porém, com a maioria da população, incluindo-se as pessoas que, legalmente, deixaram de ser escravizadas, sem cidadania, isto é, sem direitos sociais e políticos.





Imagem de favela no Brasil. Fonte: Pixbay.

A **República Federativa do Brasil** nasceu sustentada e controlada pelos grandes proprietários de terras. O voto popular, pré-requisito necessário ao exercício da democracia, continuou sob o controle dos grandes fazendeiros e de uma elite urbana em ascensão.

O acesso e permanência no serviço público, como no caso da educação, não mudou, ou seja, continuou sendo moeda de troca, uma espécie de recompensa pela lealdade ou de alguma ligação pessoal entre trabalhadores, elite econômica e políticos. O **clientelismo**, o **nepotismo**, o coronelismo e o **patrimonialismo** permaneceram como uma prática corriqueira na República.

Mas, a partir da década de 1930, a sociedade brasileira começou a mudar, entre outras razões, pelo início do processo de industrialização, que promove o deslocamento de grande parte da população do campo para as cidades, de modo que os espaços políticos, econômicos e sociais, antes dominados pelo setor rural, passaram também a ser ocupados pela burguesia urbana em ascensão com reflexos diretos na formação do aparelho estatal brasileiro.



Saiba Mais

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e saiba mais sobre o [clientelismo](#):



[nepotismo](#).



[patrimonialismo](#).





Atenção

Somente com a Constituição Federal de 1934 é que aparece a exigência de concurso de provas ou de títulos para a primeira investidura nos cargos públicos, pois o crescimento das cidades impulsionou a criação de novas escolas e com elas o surgimento de novas ocupações para os funcionários da educação, tais como: inspetores e supervisores, secretários escolares, merendeiras, motoristas, auxiliares de biblioteca e de laboratório.

Note que só agora, cerca de quatrocentos anos depois da fundação da primeira escola, no Brasil, o modo de ingresso dos funcionários da educação passou a acontecer por meio de raros concursos públicos, já que mesmo com as mudanças sociais ocorridas, ainda prevalecia a forma clientelista de acesso aos cargos, ou seja, por meio de convite ou por indicação de políticos e/ou gestores, muitas vezes em troca de votos ou de outros favores.

Funcionários da educação: concursados e terceirizados – 1988 - 2024

Como você percebeu com a leitura das seções anteriores, ao longo da história do Brasil e da educação básica brasileira, os funcionários foram coadjutores leigos, pessoas escravizadas e/ou pessoas que vendiam votos e outros favores em troca de emprego. Nessas condições, tinham enormes dificuldades para desenvolver seu trabalho com autonomia e compreender as relações entre suas funções e a educação escolar.

Essas condições só começaram a mudar com a Constituição Federal de 1988 no (Art.37, inciso II), que instituiu o acesso ao serviço público por meio de concurso público ou de prova de títulos. Esperava-se que essa medida constitucional alterasse a forma de ingresso dos funcionários da educação nas escolas públicas, deixando de ser moeda de troca vinculada a interesses políticos locais.

Porém, surgiu um outro fenômeno, a terceirização nas escolas públicas.

Na terceirização, o funcionário da educação não tem vínculo empregatício com a instituição educacional à qual presta o serviço, e menos ainda com o processo educativo inerente a ela. As suas funções são periféricas e alienadas ao processo educacional escolar.

O funcionário terceirizado até pode, no mesmo período, atuar em uma escola pública e logo depois ser deslocado para uma outra instituição - uma delegacia de polícia, por exemplo. Esse funcionário tem acesso ao trabalho na escola por intermédio de uma empresa de prestação de serviços externa às instituições educacionais. Empresas especializadas em limpeza, alimentação, segurança, entre outras áreas, mas sem estabelecer relações entre a sua especialidade e a educação.



Pratique

- 1) Identifique e caracterize quem foram os funcionários da educação ao longo da história do Brasil.
- 2) Descreva como você e seus colegas funcionárias/os tiveram acesso ao cargo e às funções que exercem na escola.

1.2 Acúmulo teórico com as experiências de formação profissional de funcionárias e funcionários da educação antes do Profuncionário

Na história da educação brasileira, você viu na seção 1.1, o trabalho de funcionários sempre foi visto como trabalho de apoio, para o qual não era exigido nenhum tipo de formação específica, nem mesmo quando a investidura nos cargos passou a requerer concurso de provas e/ou de títulos.

A exigência de formação para as funções atribuídas aos funcionários partiu da própria categoria que, por meio da organização sindical e com a sensibilidade de alguns governos desenvolveram experiências de formação em serviço, já no final do século XX.

Algumas destas experiências tiveram êxito e outras não. Mas, todas contribuíram para a formulação atual dos cursos profissionais de nível médio, destinados a transformar os funcionários em Profissionais da Educação.

Vale a pena você conhecer essas experiências, para que você possa compreender melhor e ajudar a fazer a sua profissão.

Antes de expor as experiências, é bom você saber que a origem da discussão sobre a formação de funcionários ocorreu em Mato Grosso, na então Associação Mato-grossense de Profissionais de Educação (Ampe), no fim da década de 1980, ainda antes de ela se transformar no atual Sindicato de Trabalhadores do Ensino Público (Sintep/MT).

Pois bem, podemos resumir as experiências em quatro ofertas e um projeto. As ofertas, todas para cursos presenciais, de formação em serviço de nível médio, foram:

- A. Cursos profissionais da rede municipal de ensino de Cuiabá-MT, que formaram cerca de 1.000 funcionários, entre os anos de 1994 e 2000;
- B. Projeto Arara Azul, no estado de Mato Grosso, que formou mais de 5.000 funcionários da rede estadual, de 1998 a 2005;
- C. Cursos Profissionais da Rede Estadual do Acre, que habilitaram cerca de 300 funcionários entre 2000 e 2002;
- D. Cursos profissionais da Rede do Distrito Federal (DF), que tiveram uma versão coordenada pelo Sindicato de Auxiliares de Educação nos anos de 1996, 1997 e 1998, habilitando cerca de 100 funcionários em três cursos técnicos, e outra versão coordenada pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape), do DF, interrompida no final de 1998, que atendeu a 600 funcionários.

As quatro experiências foram construídas com base na soma de três blocos de ensino-aprendizagem: um **pedagógico** (para a dimensão de educador), outro **técnico** (para a dimensão de especialista em uma função na escola) e um terceiro de **prática profissional** (para ligar a experiência do serviço com os conhecimentos pedagógicos e técnicos da formação).



Trabalhadores em fábrica. Fonte: Canva.

Note que o pressuposto dos planos de formação era de que os cursos formavam educadores de nível médio e, portanto, abrangiam um conjunto de disciplinas pedagógicas como as oferecidas pelo Curso Normal, com exceção da Didática e das Metodologias de Ensino, próprias da formação de professores.

A propósito disso, vale à pena fazer uma reflexão: por que didática e metodologia de ensino não fazem parte da formação de funcionárias e funcionários, mas fazem parte da formação de professoras e professores? Funcionários/as e professores/as fazem educações diferentes? Se sim, que conhecimentos são necessários e específicos para formar funcionárias e funcionários como educadores?

Bem, além de formar educadores, os cursos formavam técnicos em quatro especialidades: alimentação, gestão, multimeios didáticos e manutenção de infraestrutura escolar, motivo pelo qual era imprescindível a oferta de um conjunto de disciplinas com o conteúdo técnico específico, e carga horária substancial de prática, que levassem às novas identidades profissionais. Estas se baseavam e, ao mesmo tempo, iam além dos papéis tradicionais de merendeira, escriturário, agente administrativo, agente de biblioteca ou laboratório, auxiliar de limpeza ou vigilância. Daí a afirmação de que se tratava – na modalidade de formação em serviço – de um processo de transformação, mais do que de formação.



Mulher frente a um computador. Fonte: Canva.

Como ainda não havia sido aprovada a Lei n.º 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) - e muito menos publicado o Decreto n.º 2.208/1997, cada curso foi proposto em três blocos: dois comuns - de educação geral e pedagógico - e um específico para cada habilitação.

A sugestão era de que o primeiro bloco fosse formado por oito disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Ciências Físicas, Químicas e Biológicas, Geografia, História, Artes e Educação Física, com um mínimo de 900 horas. O bloco de formação pedagógica deveria ter cinco disciplinas, com um mínimo de 300 horas: História da Educação, Sociologia e Economia da Educação, Filosofia e Antropologia da Educação, Psicologia e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.

Por fim, o bloco de formação técnica, com 1.200 horas, deveria ser composto pelas disciplinas específicas (800 horas) e pelo Estágio Supervisionado (400 horas).

Em cada bloco de formação técnica, existia uma disciplina introdutória que "puxava" as demais e fazia o nexo científico com a área de conhecimento técnico correspondente. Assim apareciam "Teorias Administrativas"; "Teorias da Comunicação"; "Teorias da Nutrição" e "Teorias do Espaço Escolar" que fundamentavam e orientavam as demais disciplinas técnicas.

As experiências de oferta dos cursos, citadas anteriormente,

mostraram que, na área técnica, algumas disciplinas poderiam ser comuns para as quatro habilitações, como "Informática" e "Direito Administrativo e Trabalhista", por exemplo.

Em cada um dos cursos, sentiu-se a necessidade de mudar, por acréscimo, supressão ou substituição, as disciplinas propostas, mantendo-se sempre a "disciplina teórica introdutória e fundante".

Além dessas experiências, também deve ser citado o **Projeto Pé de Cedro**, do Mato Grosso do Sul. O Pé de Cedro, como projeto, foi mais um avanço do ponto de vista da proposta curricular para a constituição das identidades profissionais de funcionárias e funcionários, especialmente em relação ao conjunto de disciplinas de formação pedagógica, assim constituído: História e Política da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação e Organização da Educação Básica no Brasil.



Estudantes com diplomas em mãos. Fonte: Freepik.

As cargas horárias propostas foram reduzidas de forma a comporem 1.000 horas para todo o curso técnico, excluída a educação geral. A "Prática Supervisionada" passou a ser de 300 horas, mesmo número exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na formação de profissionais docentes (Art.65).

Esse acúmulo de experiências se desenvolveu sobre uma base

que prevê três abordagens diferentes na formação: a formação pedagógica inspirada nos fundamentos da educação do Curso Normal para formação de professores; a formação específica conforme a habilitação profissional, sempre orientada por uma teoria; e a parte de prática profissional supervisionada.

Em relação a essa base curricular, a proposta de formação do **Profuncionário** é um novo momento de acúmulo e de diferenciação, como fica claro a você ao final dos estudos deste Caderno.



Pratique

Converse com pelo menos 2 colegas funcionários/as e reflita com eles sobre o seguinte:

- 1) vocês precisaram de alguma formação para ingressar no trabalho escolar?
- 2) quais conhecimentos lhe foram exigidos para trabalhar na escola?
- 3) a formação e conhecimento que vocês têm, hoje, para trabalhar na escola, permitem que se sintam como educadores? Vamos registrar essa conversa e as conclusões no seu memorial (confira mais informações no item **6.3. Processo de Avaliação**).

1.3 A construção política do Profuncionário

Você, que começa a entender melhor aquele princípio de que nós, seres humanos, somos seres sócio-históricos, já deve ter se dado conta de que as experiências que lhe contamos antes fazem parte do processo da luta dos funcionários pela valorização e pelo reconhecimento social do seu trabalho em educação que, ao longo da história, se tornou mais complexo e exigente em termos de conhecimento e de formação.

O documento intitulado ["Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários de escola"](#), foi publicado pelo MEC em 2004, e disseminado pelo Brasil.

O livro "Profissionalização ou Terceirização", lançado pelo Prof. João Monlevade em 2014, resgata com mais atualidade a história da presença contínua, mas "invisível e subalterna", dos funcionários na educação brasileira e expõe os componentes de sua afirmação recente no cenário da valorização dos profissionais da educação.

Uma **história** que ainda não terminou e que merece ser construída, contada e conhecida com a sua participação.

Sendo assim, fique atento aos acontecimentos mais recentes que vamos narrar a seguir, para ficar bem situado em relação ao Profuncionário e ao contexto em que você está inserido como participante protagonista.

Em 2004, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (Dase), tomou como uma de suas políticas a valorização de funcionárias e funcionários da educação.

Essa política significa a conquista dos trabalhadores em negociação com os poderes públicos, por meio de suas entidades representativas, acolhida e levada a sério pelo MEC, que passou a concretizá-la a partir do [Seminário Nacional sobre Política de Valorização de Trabalhadores em Educação – Em Cena os Funcionários de Escola](#).

Este seminário foi o acontecimento que possibilitou a elaboração de um documento orientador das ações dessa política de abrangência nacional.

A política de valorização de funcionárias e funcionários da educação constitui um programa de ações articuladas em três frentes: a) reconhecimento das novas identidades funcionais; b) oferta de escolarização, formação inicial e continuada em cursos técnicos e tecnológicos, esses últimos a partir de 2016, autorizados pela Resolução 01 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; c) estruturação de planos de carreira nas redes de ensino, implementando o piso salarial profissional nacional.

Considerando essas três frentes de ação, note que, em relação à primeira, algumas conquistas já foram alcançadas, como o reconhecimento legal da profissão (que culminou na aprovação da Lei n.º 12.014, de 6 de agosto de 2009) e a normatização do direito à formação profissional.



Refleta

Para o ideal se tornar real é preciso diálogo..

Com a conquista do direito à formação profissional, o MEC pôde tomar a iniciativa de produzir quatro Cursos Técnicos de Formação para os Funcionários da Educação, como forma de concretizar uma das ações relativas à frente de oferta de escolarização, formação inicial e continuada dos funcionários da educação.

Bem entendido, os cursos induzidos pelo MEC têm o objetivo de instigar e criar condições para a acolhida da formação profissional dos funcionários pelos sistemas de ensino do país, em especial dos estados e do Distrito Federal, responsáveis pela oferta do ensino médio técnico.

Nesse sentido, o Profuncionário é uma das expressões da disposição política do Governo Federal em adotar medidas e ações concretas de intervenção voltadas para a reconstrução da identidade profissional, da cultura e das imagens desses trabalhadores em todo o país.

Para tanto, o MEC estabeleceu interlocução com a União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime), com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), com Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), visando a construir as condições para a realização do Profuncionário em nível nacional.



Refleta

Como nenhum estado da Região Sudeste aderiu ao projeto piloto, tivemos dois estados da Região Nordeste.

Essa interlocução se deu por meio de seminários nacionais que resultaram em um projeto piloto, implementado no final do ano de 2005, em um estado de cada uma das cinco regiões do Brasil: **Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí e Tocantins.**



Fonte: Elaboração própria.

Foram realizados cinco seminários, os três primeiros em 2004, para definição da política; em 2005, para apresentação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário) e formalização do Projeto Piloto para cinco estados da Federação (cerca de cinco mil funcionários); em 2006, para apresentação e formalização do Projeto de Expansão para mais 12 estados (cerca de 18 mil funcionários). Em 2008, o MEC realizou, nos dias 25 e 26 de março, o IV Seminário Nacional do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário), com o objetivo de promover a troca de experiências entre os principais atores envolvidos na implementação e apresentar o novo arranjo institucional para o seu desenvolvimento. Esse novo arranjo incluiu, a partir do segundo semestre de 2008, a participação dos então denominados Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), hoje alguns Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), o que possibilitou a ampliação da oferta de vagas.

O projeto piloto, por sua vez, foi construído conjuntamente pelo MEC e a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Centro de Educação a Distância (Cead) e professores da Faculdade de Educação (FE), que constituíram, no desenvolvimento da proposta, a equipe de Coordenação Pedagógica. Essa equipe foi responsável pela produção inicial de materiais didático-pedagógicos do Profucionário, nas quatro habilitações, além de realizar a capacitação didático-pedagógica com as equipes de Coordenação Estaduais.

Essa mesma equipe, formada pelos educadores Bernardo Kipnis, Dante Bessa, Francisco das Chagas Firmino do Nascimento, João Antonio Monlevade, Maria Abádia da Silva e Tânia Piccinini, foi responsável pela redação dos textos que se juntaram ao Caderno (Orientações Gerais), cuja primeira edição foi publicada em 2006, e agora está sendo atualizada pela quarta vez, como já informamos na introdução.

A Coordenação Pedagógica, durante meses, juntamente com o Departamento de Articulação dos Sistemas de Ensino da Secretaria de Educação Básica do MEC, com profissionais especialistas nas mais diversas áreas envolvidas no curso (enfermeira, nutricionista, engenheiro, arquiteto, fisioterapeuta, artista, entre outros) e funcionários da educação, articulou e desenvolveu discussões, análises e reflexões sobre princípios filosóficos e pedagógicos desta formação profissional, sobre os conteúdos e competências que seriam construídos e adquiridos pelos funcionários.



Refleta

Melhoria: fruto da coragem de desconstruir e reconstruir visões.

Esse trabalho resultou no conjunto de dezessete módulos para cada um dos espaços profissionais (secretaria, multimeios, alimentação e infraestrutura), sendo seis da formação pedagógica e dez da formação específica, incluindo sugestões para atividades de prática profissional supervisionada, a que se convencionou chamar de “Pratiques”.

Por meio de reuniões de trabalho entre a Coordenação Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação e as Coordenações Estaduais, formadas por Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação (CEE), Seção Estadual da Undime e Sindicatos, fomentou-se iniciativas para que os estados assumissem essa política concreta de valorização dos trabalhadores da educação, o que de fato está acontecendo.

Depois disso, foram organizadas e realizadas capacitações das equipes estaduais com a finalidade de desconstruir e reconstruir visões, imagens e concepções sobre a identidade profissional dos funcionários da educação e as novas demandas exigidas para os técnicos em educação.



Saiba Mais

Os Institutos Federais (IFs) são instituições, pluricurriculares e multicampi especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional. Ofertam, também licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu. (MEC).

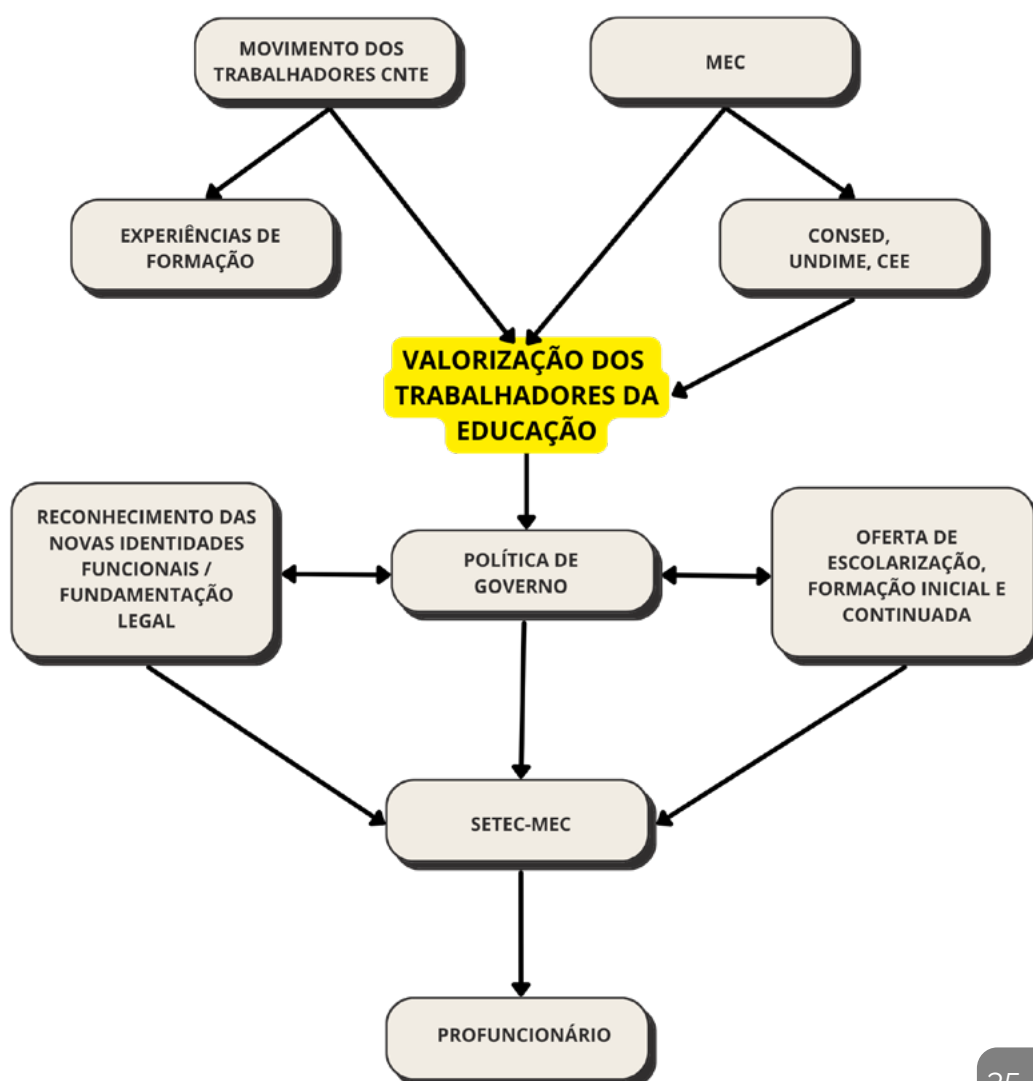
Com a transferência da responsabilidade de gestão do Profuncionário, da Secretaria de Educação Básica (SEB) para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), foram realizados Encontros Nacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) – ali representados pelas Coordenações da Rede e-Tec, de ensino médio a distância. Os IFs passaram a oferecer, nos estados e no Distrito Federal, com financiamento centralizado na Setec, os cursos técnicos de formação inicial e continuada de funcionárias e funcionários da educação básica. E o Profuncionário passou a integrar a Rede de Educação Técnica a Distância (Rede e-Tec), à qual poderiam filiar-se também as Secretarias Estaduais de Educação na oferta padronizada dos cursos do Profuncionário: entre 2011 e 2013 as Secretarias de Educação do Distrito Federal, do Paraná, do Tocantins, do Mato Grosso do Sul e de Roraima atenderam parte da demanda de formação do Profuncionário.

A política de formação, no âmbito da União, continuou subordinada às deliberações do Conselho Político Nacional do Profuncionário, onde têm assento o MEC, o Consed, a Undime e a CNTE, conforme o Decreto n.º 7.415, de 30 de dezembro de 2010. Este Decreto foi revogado pelo Decreto 8.572, de 9 de maio de 2016, que promove algumas alterações na política de formação, as quais, contudo, ainda não foram regulamentadas.

Assim foi construído o Profucionário, como programa de formação profissional em serviço, para funcionárias e funcionários da educação pública em efetivo exercício em todo o território nacional.

A formação profissional tal como planejamos, aqui, caracteriza-se por um conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos teórico-práticos exigidos para o exercício de uma profissão. Nesse sentido, a formação é um processo intencional e sistematizado pelo qual o formando (funcionário/a-estudante) desconstrói e reconstrói seu modo de trabalhar à medida em que pode problematizar suas concepções, visões de mundo, de sociedade e de trabalho na expectativa de elevar-se como ser humano crítico diante das sucessivas mudanças que as práticas sociais e, sobretudo, os interesses econômicos dominantes promovem.

No esquema a seguir você pode visualizar, de uma só vez, o processo e os agentes da construção do Profucionário.





Pratique

Entreviste três profissionais da educação (um professor, um pedagogo e um funcionário) e pergunte: "Quando você ouve ou lê a expressão "profissionais da educação", em que tipo de trabalhadores você pensa?" Relate em seu memorial as três respostas (deles ou delas) e faça seus comentários.

Anotações

[illegible]



2

**Orientações legais e normativas
referentes ao Profuncionário.**





Saiba Mais

O que é Política social e pública:

São atos e ações intencionais e sistemáticas do governo que buscam encaminhar, conduzir, dar ou imprimir uma direção às questões da educação básica e superior no país.

São resultado e resultantes dos embates entre governos nacionais, os organismos multilaterais, setor privado, setor religioso e movimentos sociais, associações científicas e sindicatos.

Podem ser assumidas e executadas, modificadas, distorcidas ou transformadas.

Orientações legais e normativas referentes ao Profuncionário.

Na Unidade 1 reconstruímos o processo histórico da construção da identidade dos funcionários da educação no Brasil, as suas lutas e acúmulos teóricos relativos a experiências de oferta de formação. Um processo que, agora, situa-se em torno da valorização e profissionalização do trabalho dos funcionários. Desse processo resultou a criação e implementação do Profuncionário como **política social e pública**.

Agora, na Unidade 2, você toma contato com a sustentação legal, ou seja, toma contato com a formalização dos direitos da categoria à profissionalização e à identidade de profissionais da educação, ao lado de professores/as e pedagogas/os. Direitos conquistados com a luta da categoria organizada.

É importante que você tenha conhecimento do processo de construção dessa sustentação legal, pois sem ela o Profuncionário não poderia existir e não seriam possíveis outras conquistas pelas quais a categoria continua lutando, tais como o reconhecimento social de seu trabalho como trabalho educativo, plano de carreira e piso salarial.

2.1 Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - n.º 9394/1996, Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014

Vamos juntos nessa jornada sobre legislação. Observe que a sustentação legal do direito à profissionalização dos trabalhadores da educação básica nos remete às alterações nas primeiras leis da hierarquia do ordenamento jurídico brasileiro sobre educação.

Assim, cabe-nos destacar que os princípios gerais da política de formação estão contidos na [Constituição da República Federativa do Brasil \(CF\)](#), na [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#) e no [Plano Nacional de Educação \(PNE\) 2014-2024](#), ao qual seguirá um terceiro PNE, que, neste momento, está em processo de formalização no Congresso Nacional.



Legislação da educação no Brasil. Fonte: Wikimedia Commons.

Sigamos, então, na hierarquia do ordenamento jurídico, para compreender o encadeamento legal e normativo do direito à formação profissional, conquistado pela categoria, na forma da lei.

Na Constituição Federal de 1988 encontram-se os seguintes princípios:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
[...]
- valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos, aos das redes públicas;
- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- garantia de padrão de qualidade;
- piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 53, de 2006)

Orientada pelos princípios da CF, a LDB define o seguinte:

Art. 1- A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
[...]

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- garantia de padrão de qualidade;
- valorização da experiência extra-escolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Os referenciais legislativos do Profuncionário, atualmente, se encontram nos Artigos 61 e 62-A da LDB, que consagram os funcionários, devidamente formados e efetivados, como profissionais da educação, tanto quanto professores e pedagogos. Veja:

Art. 61 Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

- professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado e doutorado nas mesmas áreas;



Refleta

2009: ano que consagrou os funcionários como profissionais da educação.



Refleta

Nesta categoria estão incluídas funcionárias e funcionários da educação, com a devida formação.

- trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;
- profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei n.º 13.415, de 2017);
- profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei n.º 13.415, de 2017);

Parágrafo único. A formação de profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei n.º 12.796, de 2013).

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei n.º 12.796, de 2013).



Esses dispositivos legais não nasceram do nada, como já ficou claro pelo que você estudou na Unidade 1. Foram fruto do intenso trabalho de sindicalistas da educação, coordenados pela CNTE, e de parlamentares em atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – que fizeram aprovar mudanças substanciais na legislação, por meio de **Emendas Constitucionais (EC)** e **Projetos de Lei (PL)**.



Manifestação de educadores de norte a sul do país, filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Preste atenção, para entender as mudanças na legislação que garantem o direito à profissionalização dos trabalhadores da educação básica: o texto original do Art. 206 da CF prescrevia a valorização dos **profissionais do ensino – portanto, só dos professores ou dos profissionais do magistério**, que incluem também os pedagogos, antes denominados “especialistas em educação”. Com a EC n.º 53, de 2006, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), não somente foi mudada a expressão “profissionais do ensino” por “profissionais da educação escolar”, como foi inserido um parágrafo único prevendo Lei para estabelecer quais categorias de trabalhadores seriam consideradas “profissionais da educação básica”.



Vocabulário

Emenda à Constituição: Espécie de norma jurídica que altera a Constituição Federal. [Leia mais...](#)

Projetos de Lei: Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional. Sujeita-se, após aprovado, à sanção ou ao veto presidencial. [Leia mais...](#)



Atenção

Essa mudança foi feita por meio da [Lei de n.º 12.014, de 2009](#), que modificou o art. 61 da LDB, reforçada recentemente pela [Lei n.º 12.796, de 2013](#), que introduziu o art. 62-A – que regulamenta a formação da Categoria III.

Assim, podemos concluir: todos os que trabalham nas escolas são **trabalhadores em educação**. Quando esses trabalhadores têm exercício permanente em escolas públicas, adquirido por ingresso em concursos públicos de provas e títulos, e têm diplomas profissionais de professores, pedagogos, técnicos e/ou tecnólogos em educação (Categoria III) são de direito e de fato **profissionais da educação**.

No caso da Categoria III, os cursos profissionais são os quatro primeiros da 21ª Área da Educação Profissional, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), definida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) – ofertados pelo Profuncionário como formação em serviço. A esses quatro cursos deverão seguir outros que se fizerem necessários, como o dos Transportadores de Escolares, por exemplo, que, hoje, são mais de 400 mil no Brasil, entre motoristas e condutores de barcos.

No [PNE](#), fixado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que norteia as políticas educacionais no Brasil, você encontra as diretrizes, metas e estratégias replicadas ou detalhadas nos Planos de Educação Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

Embora o atual PNE II, de caráter decenal, esteja no final de sua vigência (25 de junho de 2024), parece-nos apropriado disponibilizar a você o seu teor original, tanto porque contribui para a definição da política válida durante dez anos de oferta do Profuncionário como porque motiva a quem lê seus dispositivos a pesquisar a nova lei do PNE III, no que corresponder aos itens aqui citados. Atualizações futuras deste documento, certamente, irão incorporar dispositivos do PNE III e de outras leis que forem criadas sobre a educação brasileira e sobre a formação dos educadores. [O Plano Nacional de Educação 2014-2024](#) resulta das lutas e embates entre governos, empresários e associações científicas, movimentos populares e entidades sindicais por um projeto de educação para o Brasil. Então, procure se apropriar dos conteúdos das seguintes diretrizes, metas e estratégias, pois todas têm relação com a valorização do trabalho e com a formação de funcionárias e funcionários.



Saiba Mais

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e confira na íntegra o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014

[Ou clique aqui.](#)



Art. 2º, inciso IX: valorização dos/as profissionais da educação;

Meta 1: Estratégia 1.8;

Meta 4: Estratégia 4.13;

Meta 6: Estratégia 6.3;

Meta 7: Estratégias 7.3; 7.4; 7.5; 7.17; 7.20; 7.21; 7.22; 7.31; 7.33; 7.34;

Meta 8: Estratégia 8.6;

Meta 9: Estratégias 9.1; 9.7;

Meta 10: Estratégias 10.2; 10.6; 10.9; 10.11;

Meta 11: Estratégias 11.1; 11.2; 11.4;

Meta 12: Estratégias 12.4; 12.8;

Meta 13: Estratégia 13.9;

Meta 15: Estratégias 15.1; 15.4; 15.5; 15.8; 15.10; 15.11;

Meta 16: Estratégia 16.5;

Meta 17: Estratégia 17.1;

Meta 18: Estratégias 18.1; 18.4; 18.5; 18.6; 18.7; 18.8;

Meta 19: Estratégias 19.6; 19.7; 19.8;

Meta 20: Estratégia 20.7.

2.2 Profuncionário: normatização e articulação entre diretrizes curriculares

Com base no que você viu na seção anterior, para contextualizar o Profuncionário em relação à legislação e à normatização que o regulamentam, podemos dizer o seguinte:

Por meio da [LDB \(1996\)](#), foram definidos os dois níveis da educação escolar – o básico e o superior – e fixada a educação profissional como modalidade que, "integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva" (Art. 39).

Uma das articulações com a educação básica, já tradicional no país, mereceu o texto do § 2º do Art. 36 da LDB: "o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas".

Entretanto, o [Decreto n.º 2.208/1997](#) separou os cursos profissionais do curso "comum" de ensino médio, exigindo do

estudante duas matrículas, sendo a profissional concomitantemente ou subsequentemente a do ensino médio.

Sendo assim, note, a tendência de quem conclui o ensino médio é ingressar no ensino superior ao invés de buscar um diploma no nível já atingido, ainda que profissional. O resultado da política promovida pelo Decreto mencionado foi a desvalorização dos cursos técnicos, tanto na rede federal como nas redes estaduais.

Já em 2004, o Decreto n.º 2.208/1997 foi revogado por meio do [Decreto n.º 5.154](#), por meio do qual foram revistas a concepção e a política de educação profissional do Brasil. Neste momento a educação profissional de nível médio voltou a ser valorizada tanto na **forma integrada** quanto concomitante e subsequente.

Esses dispositivos, por meio da Lei n.º 11.741 de 2008, foram assimilados pelos artigos 36-A, B, C e D da LDB, cujos textos são reproduzidos adiante. É à luz da evolução destes dispositivos legais que temos de entender o [Parecer n.º 16/1999](#) e a [Resolução n.º 4/1999](#) da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE.

Do Parecer, extraímos, para você, três pequenas passagens que resumem o pensamento sobre o currículo da educação profissional, aplicável inicialmente a vinte áreas de trabalho, às quais se somou a 21ª Área, a dos Técnicos em Educação, criada pela [Resolução do CNE n.º 5/2005](#). Seguem as passagens:



Refleta

Uma história de amadurecimento culminou no Profundário.



Vocabulário

Forma integrada é quando a educação profissional está unificada à educação básica, nível médio, por meio do currículo. Forma concomitante é quando a formação profissional é feita ao mesmo tempo, porém separada do ensino médio. A forma subsequente é quando a formação profissional é feita depois de concluído o ensino médio.

As presentes diretrizes são o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais de técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento da educação profissional de nível técnico.

As Diretrizes devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; a instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico, com flexibilidade, e atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade.



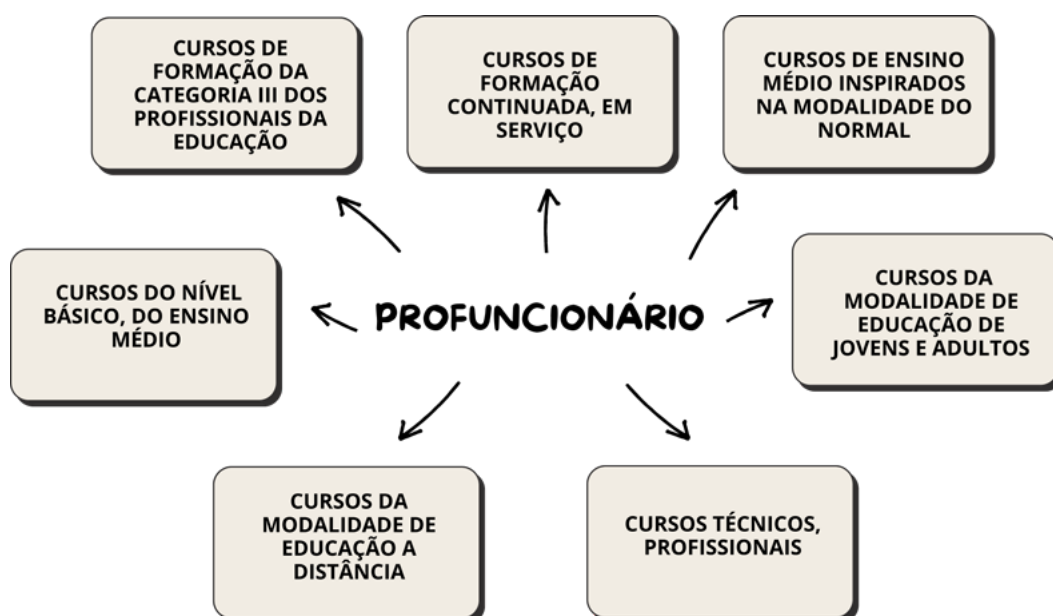
Refleta

O que é dito sobre "competência profissional" no parecer CNE nº 16/1999?

Para efeito desse Parecer, competência profissional é a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Veja, no complexo mundo do trabalho do século XXI, considerando todas as etapas educacionais, segundo o Censo Escolar 2023, temos cerca de 178,5 mil escolas no Brasil. Nelas estimamos que trabalham quase dois milhões de educadores "ditos não-docentes", que são convidados, por uma política de valorização profissional, a transitar de suas tarefas subalternas e desvalorizadas para funções educativas de crescente complexidade, como você pode entender ao estudar a Unidade 1.

Do ponto de vista normativo, os cursos do Profucionário, como ações de formação inicial de profissionais da educação, se inserem em sete conjuntos de diretrizes curriculares:



Conjuntos de diretrizes curriculares do Profucionário. Fonte: Elaboração própria.

Por essas razões, além de atender aos dispositivos constitucionais e legais, principalmente da LDB, os cursos do Profucionário têm de seguir os Pareceres e Resoluções do CNE, que dizem respeito às diretrizes curriculares dos níveis, modalidades e formatos em que são oferecidos.



Saiba Mais

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para quaisquer níveis de educação, que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Não podemos esquecer de que o Profuncionário se orienta pelo objetivo de transformar a qualidade da educação escolar pública, pela valorização dos educadores profissionais, pela participação democrática dos segmentos da comunidade na gestão escolar, pela construção de novas competências dos técnicos a serem formados e pela inserção do Programa nos projetos de desenvolvimento e planos de educação locais, estaduais e nacional.

Resumindo o que já lhe dissemos nesta Unidade de estudos, as **bases legais** do Profuncionário derivam, dos preceitos constitucionais (Art.s 205 a 214), dos dispositivos da LDB, n.º 9.394/1996, do Decreto n.º 5.154/2004, do Decreto n.º 8.752 de 2016, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) definidas pela CEB/CNE, em especial para:

a) Ensino Médio

- **Parecer CNE/CEB n.º 15/1998**, aprovado em 1º de junho de 1998: regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 26 de junho de 1998**: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de fevereiro de 2005**: atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004;
- **Resolução CNE/CEB n.º 4, de 16 de agosto de 2006**: altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB n.º 3/98 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

b) Ensino Médio na Modalidade Normal

- **Parecer CEB n.º 1, aprovado em 29 de janeiro de 1999**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio;
- **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999**: institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nível médio e modalidade Normal;
- **Parecer CNE/CEB n.º 11, aprovado em 10 de maio de 2000**: dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;

- **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5 de julho de 2000:** estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos
- **Parecer CNE/CEB n.º 20, aprovado em 15 de setembro de 2005:** inclui a Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto n.º 5.478/2005, sendo uma alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio.

c) Educação de Jovens e Adultos

- **Resolução CNE/CEB n.º 01, de 2000,** institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 2010,** fixa diretrizes operacionais para a EJA, inclusive na modalidade de Educação a Distância.
- **Resolução CNE/CEB n.º 01, de 2021,** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância

d) Educação Profissional de Nível Médio

- **Parecer CEB n.º 16, aprovado em 5 de outubro de 1999:** dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- **Resolução CNE/CEB n.º 4, de 8 de novembro de 1999:** institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- **Resolução CNE/CEB n.º 4, de 27 de outubro de 2005:** inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB n.º 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio, e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004.

e) Área 21 da Educação Profissional

- **Parecer CNE/CEB n.º 16, aprovado em 3 de agosto de 2005:** proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar;
- **Resolução CNE/CEB n.º 5, de 22 de novembro de 2005:** inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB n.º 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.



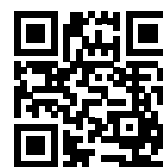
Saiba Mais

Serviços de Apoio Escolar é a 21ª Área de Educação Profissional. Entre as outras 20 temos: Agropecuária, Artes, Comércio, Meio Ambiente, Indústria, para as quais se estabelecem cargas horárias mínimas para habilitação, conforme o Anexo da Resolução CNE/CEB n.º 4/99, de 22/12/1999.



Saiba Mais

Consulte o site pelo link: www.mec.gov.br ou ou aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo.



- **Resolução CNE/CEB n.º 2 , de 15 de dezembro de 2020**, disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral.

f) Carreira Profissional de funcionárias e funcionários da Educação Básica Pública

- **Parecer CNE/CEB n.º 9, de maio de 2010**, sobre Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública;
- **Resolução CNE/CEB n.º 5, de 3 de agosto de 2010**, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública.

g) Educação a Distância

- **Parecer CNE/CEB n.º 41, aprovado em 02 de dezembro de 2002**: institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação à Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.
- **Resolução CNE/CEB n.º 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021**: Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância

Além dos dispositivos desses Pareceres e Resoluções, é importante atentar ao que estabelece o Catálogo de Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da educação (Setec), onde constam onze cursos no Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, com as respectivas sugestões de temas de formação e de áreas de atuação na educação formal e não-formal:

- **Técnico em Alimentação Escolar – 1.200 horas**
- **Técnico em Infraestrutura Escolar – 1.200 horas**
- **Técnico em Ludoteca - 800h**
- **Técnico em Multimeios Didáticos – 1.200 horas**
- **Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza - 800h**



- **Técnico em Produção de materiais didático bilíngues em Libras/Língua Portuguesa - 1.200h**
- **Técnico em Tradução e Interpretação de Libras - 1.200h**
- **Técnico em Secretaria Escolar – 800 horas**
- **Técnico em Biblioteconomia – 800 horas**
- **Técnico em Orientação Comunitária – 800 horas**
- **Técnico em Treinamento e Instrução de Cães-guia - 1.200h**

É importante que você observe, os cursos Técnico em Biblioteca e Técnico em Orientação Comunitária, embora incluídos no Eixo que acolheu os quatro cursos originais da Área 21, não se enquadram nas exigências de formação inicial da Categoria III dos profissionais da educação, por não cumprir o mínimo de 1.200 horas exigidas pela Resolução CEB/CNE n.º 5/2005 e do Decreto n.º 8.752/2016.



Atenção

Além desses cursos do Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, a CNTE protocolou na Setec, em 2012, pedido para a inclusão de mais três cursos: Técnico em Acompanhamento Escolar, Técnico em Transporte de Escolares e Técnico em Desenvolvimento Infantil.

Para uma melhor compreensão do contexto legal do Profuncionário, é importante a leitura e discussão do texto da Lei n.º 11.741, de 2008, que reformulou a LDB nos temas do ensino médio técnico, incluída a modalidade de educação de jovens e adultos (do art. 36 até o 42 da Lei n.º 9.394, de 1996).



Pratique

Identifique os eixos e cursos que se referem à formação de funcionários nos dois catálogos publicados pela Setec (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos), ambos em sua versão atual. Feito isso, discuta com colegas se os cursos lá constantes dão conta de todas as funções pelas quais os funcionários/as são responsáveis, na escola, e se esses cursos contribuem para que vocês se sintam educadores profissionais.



Saiba Mais

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e acesse o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

[Ou clique aqui](#)





3

**Orientações para o/a funcionário/a
da educação que aprende**



Orientações para o/a funcionário/a da educação que aprende.

Dados os primeiros passos, com os quais você pode se situar no contexto histórico, político e legal da construção da identidade profissional de funcionárias e funcionários no Brasil e do Profuncionário, agora é importante que conheça a modalidade de oferta dos cursos do Programa e as potencialidades que ela tem para que funcionárias e funcionários tenham acesso aos conhecimentos teórico-práticos de que precisam para reconstruir sua identidade profissional.

No Caderno de estudos intitulado Fundamentos e Práticas na EaD você poderá aprofundar os conhecimentos históricos, teóricos e práticos sobre o tema.

Aqui, na Unidade 3, procuraremos esclarecer o que se tem chamado de *blended learning* ou aprendizagem combinada, a qual integra estudo a distância e estudo presencial, para encontrar as melhores condições para que você possa aprender o que precisa nesta formação e avançar para além dos conhecimentos adquiridos.

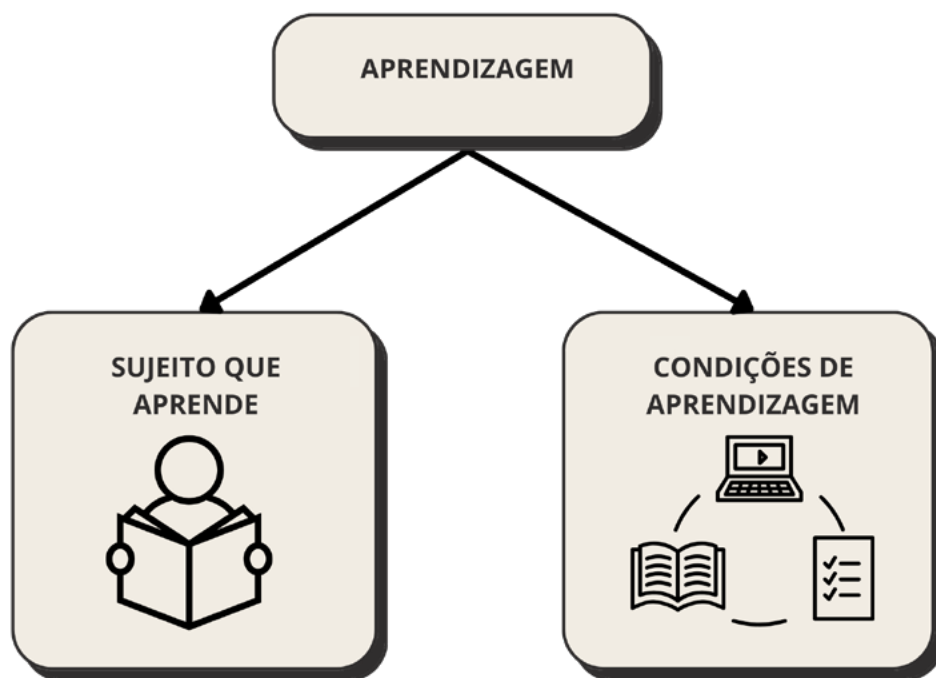
3.1 O adulto trabalhador como sujeito que aprende – o ponto de partida

O nosso ponto de partida é você, o sujeito que aprende, uma pessoa que escolheu realizar uma formação no Profuncionário, buscando aprender e ampliar seus horizontes, para (re)construir a identidade profissional como educador/a.

No entanto, além do seu desejo e do seu compromisso no processo de formação, é preciso considerar as condições objetivas do ambiente que está a sua volta, para que esse aprendizado aconteça: infraestrutura, equipamentos, outras pessoas, política local para formação em serviço, entre outros.

Visualize o esquema a seguir.

ADULTO/A TRABALHADOR/A E APRENDIZAGEM



Relação entre adulto trabalhador e aprendizagem. Fonte: Elaboração própria.

Nesta seção, então, vamos refletir sobre o sujeito que aprende e, na próxima seção, refletirmos sobre as condições para aprendizagem. Pergunte-se, sobre você mesmo/a, que é o sujeito que aprende, o seguinte:

1. Quem é a pessoa que quer aprender no Profucionário?
2. Qual a sua motivação para aprender no Profucionário?
3. Que obstáculos podem se colocar para que essa pessoa aprenda nos cursos ofertados pelo Profucionário?



Refleta

1. Quem é a pessoa que quer aprender no Profucionário?

Considerando que os cursos do Profucionário são ofertados para funcionárias e funcionários em exercício, duas características podem ser ressaltadas sobre quem é a pessoa que quer aprender no Profucionário: **é uma pessoa adulta e trabalhadora, exercendo uma ocupação dentro de uma escola ou de algum órgão do sistema educacional.**

Pois bem, estudos mostram que o estudante adulto apresenta determinadas características que devem ser levadas em consideração para obter um aprendizado mais efetivo. Diferentemente da criança e do jovem, cujas personalidades estão ainda em formação, com grandes inquietações e a perspectiva de futuro ainda muito aberta, o adulto já apresenta a possibilidade de ser uma pessoa mais autônoma, com capacidade de realizar uma escolha responsável e prever as consequências de sua decisão. É capaz de assumir e cumprir compromissos. Esses elementos criam uma perspectiva que, sem dúvida, deve influenciar no modo como você aprende.



Mulher estuda com criança no colo, frente a um computador. Fonte: Freepik.



Saiba Mais

Mas o que seria essa autonomia de aprendizado? Seria a capacidade de estabelecer normas para si mesma/o ou de determinar a si mesma/o em relação a processos coletivos, isto é, em processo nos quais se relaciona com outras pessoas. No caso do processo de aprendizagem, você não precisa ser governado por outras pessoas, uma vez que sabe o que deve fazer para aprender, depois de ter conhecido este plano de formação do Profucionário.

Nessas condições, o aprendizado pode ser conduzido por aquele que assim o deseja e compromete-se, você mesmo, bastando, além do desejo e do compromisso, ter à sua disposição as condições necessárias para tal. Aqui, estamos nos referindo à sua **autonomia de aprendizado**, que caracteriza a modalidade de educação de jovens e adultos.

Ao lado dessas características, existem outros fatores que podem condicionar todo o processo de aprendizagem e que diferenciam o adulto da criança e do adolescente. Por exemplo, seguramente o adulto é um trabalhador, para quem o trabalho e o emprego são mais urgentes do que os estudos. A necessidade de priorizar a sua condição de existência (o emprego e o trabalho) torna a possibilidade de estudar mais difícil e escassa. Nesse sentido é natural que você se sinta cansado/a devido às horas trabalhadas. Por serem funcionárias e funcionários em exercício, supomos que os estudantes do próprio Profucionário vivam essa dificuldade e tenham isso em mente agora que estão se preparando para essa nova empreitada de estudo para formação profissional.

Ao mesmo tempo, em função da idade, o adulto já traz uma carga de experiência de vida que, sem dúvida, influencia em sua motivação e em sua capacidade para estudar e aprender, que tem a ver, também, com o peso de suas experiências escolares anteriores. Se essas experiências foram positivas ou negativas, e se sua capacidade para enfrentar desafios pôde ser exercida, sem dúvida são elementos importantes a considerar no avanço de sua profissionalização.

O adulto também é mais suscetível e sensível a observações críticas, pois já possui personalidade e padrões de conduta estabelecidos. Qualquer situação diferente pode ter implicações sobre seus limites e possibilidades no aprendizado.

Outra característica ainda é a de que o adulto busca *consequências práticas associadas à sua realidade* para dar sentido ao seu aprendizado. Sendo assim, quem frequenta um dos cursos do Profucionário deve estar interessado em aprender mais para poder pensar e fazer de outra forma aquilo que já vem fazendo ao longo de sua experiência profissional. Além, é claro, de aprender novas técnicas que melhorem as suas condições de trabalho e de vida, como conquistar uma melhor remuneração em sua carreira. Com base no que dissemos até aqui, você pode entender melhor a sua própria escolha para buscar a formação profissional na sua área de trabalho na escola, pois você é uma pessoa adulta que já tem experiência de vida e profissional, está identificada com uma função dentro da escola e da educação, quer ampliar seu campo de conhecimentos bem como quer ver garantido e concretizado o seu direito à profissionalização.



Atenção

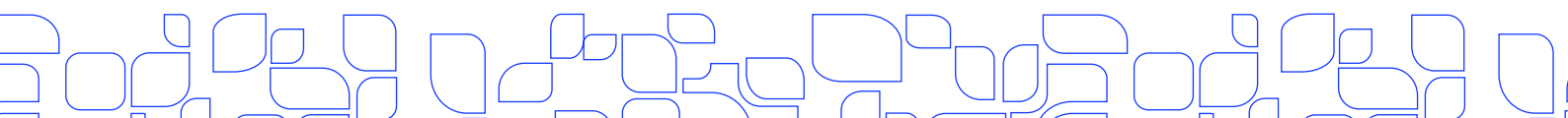
Em outras palavras, você é uma pessoa adulta, envolvida em funções dentro da escola, traz experiência de vida e de escolarização anteriores, é sensível a observações críticas e busca consequências práticas associadas à sua realidade de trabalho.

No entanto, outras características podem ser observadas, no sentido de compreender melhor a você mesmo como sujeito que aprende. Se fizéssemos um levantamento junto aos estudantes do Profucionário, poderíamos identificar outras características como faixa etária, gênero, estado civil, situação familiar, raça e etnia. Isso permitiria entender algumas diferenças entre estudantes que influenciam na aprendizagem.

Por exemplo, o fato de ser homem, ou mulher, com responsabilidades diferenciadas, influencia? Ou se é um adulto mais jovem ou mais velho? Ou se é casada ou solteira, ou se constitui família com filhos, ou se pertence a uma raça ou etnia?



Refleta



Como você percebe, esse conhecimento ampliado sobre quem aprende, para o Profucionário, é muito importante, pois permite direcionar e até individualizar o aprendizado, adequando-o às suas características e situação de vida.

Mas, ainda precisamos acrescentar outras características que diferenciam essa pessoa que aprende e que devem ser consideradas. As bases histórica, política e legal do Profucionário foram dadas nas Unidades 1 e 2, você deve lembrar, pois, precisam ser levadas em consideração quando falamos desse processo específico de aprendizagem.

Ser uma funcionária ou um funcionário de uma escola indica pertencer a um coletivo que busca uma identidade e um sentido de pertencimento a um grupo que tem história e vem se constituindo ao longo do tempo. Você não é, por exemplo, a Joana, merendeira de uma escola no interior do Amazonas, apenas como indivíduo, mas é também alguém que pertence à categoria dos funcionários e dos profissionais da educação. Faz parte de uma comunidade que se associa por suas práticas sociais.



Mulher trabalhando na cozinha e pessoas em reunião. Fonte: Freepik.

Essa convivência entre o individual e o coletivo é importante para caracterizar esse sujeito que aprende no Profucionário. Isso ficará mais claro na seção seguinte quando abordaremos a aprendizagem combinada ("blended learning"), que é um desdobramento, e evolução, do que vem sendo chamado de educação a distância.

2. Qual a sua motivação para aprender no Profucionário?

A decisão em se engajar em uma experiência de aprendizado é individual. Isso suscita a questão de sua motivação em fazer essa escolha. Na pergunta anterior, procuramos identificar as características de quem aprende. Agora, precisamos conhecer suas motivações. Está claro que essas motivações variam entre pessoas, mas podemos agrupá-las e ver que sentido fazem, pois o sucesso no aprendizado depende do quanto essa motivação inicial pode ser sustentada ao longo da formação.

Inicialmente, podemos agrupar a motivação em duas categorias, temos **motivações intrínsecas** e **motivações extrínsecas**.

MOTIVAÇÃO

INTRÍNSECA

É a motivação interna, relacionada à força interior, aos interesses individuais e independe do ambiente.

Exemplo: satisfação, orgulho e diversão.



EXTRÍNSECA

É a motivação externa, relacionada ao ambiente, às situações e aos fatores externos.

Exemplo: premiações ou bônus por desempenho



Motivação intrínseca e extrínseca. Fonte: Elaboração própria.

As **motivações intrínsecas** dizem respeito à subjetividade de cada pessoa, a fatores internos. O que motiva você a engajar-se no aprendizado do Profucionário não é o mesmo que motiva outra pessoa. Pode coincidir, mas não necessariamente.

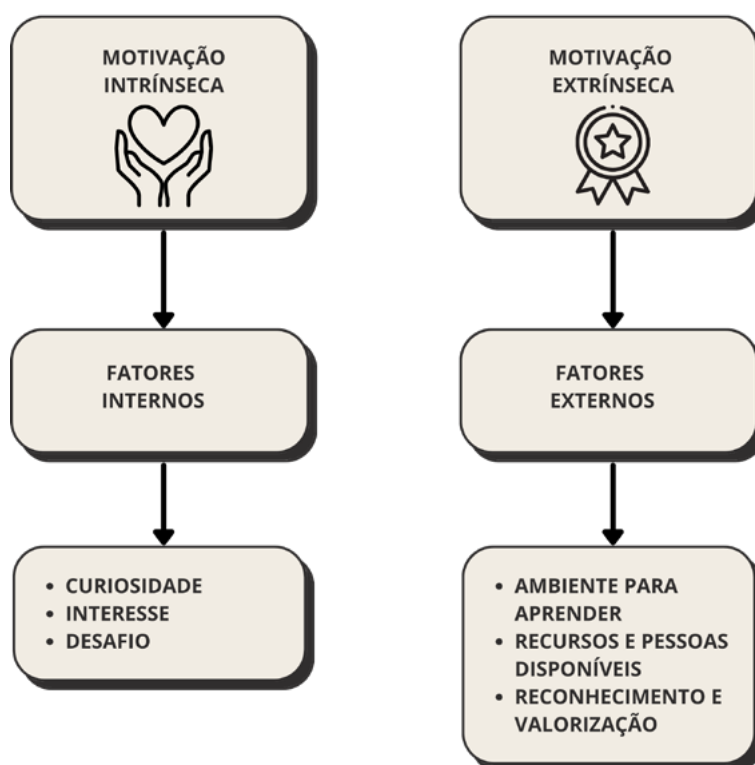
Na verdade, essa motivação intrínseca é aquela que pode dar maior sustentação à sua permanência até o final do curso, pois parte de dentro da pessoa e diz respeito a como você é e o que quer. No exemplo da Joana, que citamos antes, ela sempre sentiu a necessidade de saber mais sobre o seu trabalho na escola. Esse querer da Joana parte do seu interior, da sua vontade ou curiosidade em saber mais. Isso parte de dentro dela.

Já a **motivação extrínseca** diz respeito a fatores externos que podem despertar sua motivação. Por exemplo, ao se qualificar mais, Joana é estimulada pela possibilidade de ter um aumento em seu salário. Esse fator externo acaba motivando e tendo peso em sua decisão de aprender no Profucionário. Reconhecimento e valorização, bem como ambiente de aprendizagem e acesso a recursos pedagógicos fazem esse papel externo da motivação.

Essa combinação entre motivações intrínsecas e extrínsecas é importante de ser identificada, pois trata-se da força inicial para entrar e permanecer na experiência do aprendizado do Profucionário.

No esquema a seguir você pode visualizar o que dissemos. Confira:

TIPOS DE MOTIVAÇÃO



Tipos de motivação. Fonte: Elaboração própria.

3. Que obstáculos essa pessoa enfrenta para aprender no Profuncionário?

Alguns desses obstáculos foram levantados na caracterização de quem aprende no Profuncionário. Podemos separá-los em obstáculos externos, ou do ambiente, e obstáculos internos, ou subjetivos.

Em relação ao primeiro grupo, por exemplo, o fato de ser um trabalhador-estudante, com uma jornada de trabalho longa e diária, acaba gerando maior cansaço para o estudo. Por outro lado, muitas vezes, tendo em vista a trajetória escolar trilhada anteriormente, o afastamento prolongado do contato com o estudo pode dificultar a retomada para um aprendizado mais efetivo.

Condições familiares, como suas respectivas responsabilidades de ampliação da jornada de trabalhos domésticos, além da jornada na escola, reduz o tempo de estudo necessário, principalmente para mulheres funcionárias. Condições inadequadas para o estudo, seja dentro da residência familiar ou dentro do trabalho, podem impedir maior dedicação. Como iremos observar mais adiante, torna-se importante identificar esses obstáculos para você entender o que pode fazer e com quem negociar para superá-los, a partir da metodologia de aprendizado a ser proposta para a realização do curso.

Por outro lado, existem obstáculos subjetivos, que dizem respeito, por exemplo, aos afetos de cada pessoa, cuja superação depende mais de cada um. Para cursos focados no sujeito que aprende, a **responsividade** desse sujeito faz a diferença. Já vimos como uma característica importante, o desenvolvimento da **autonomia** para estudar e aprender, entendida como a não dependência de outros, ou seja, a capacidade de um profissional realizar suas tarefas de maneira independente, com a possibilidade de tomar decisões e agir a partir de suas habilidades e experiências. Essa autonomia, por sua vez, precisa estar amparada por traços, como **iniciativa** e **proatividade** para o aprendizado. A proatividade indica que você pensa por conta própria e se antecipa ao que deve ser feito, sem precisar esperar que alguém lhe diga o que e quando fazer. A iniciativa é a sua capacidade de visualizar algo que precisa ser feito e tomar a frente para a sua realização.



Saiba Mais

O breve texto do professor Manuel Moran vai reforçar os seus conhecimentos sobre o conceito de educação a distância em uma perspectiva mais abrangente.

Leia-o, retome-o e o compare com a nossa aula.

MORAN, José Manuel. O que é EaD. Disponível em:

[Clique aqui para acessar.](#)



Vocabulário

Responsividade - Capacidade de responder rápida e adequadamente ao que lhe é perguntado, adaptando-se às circunstâncias.



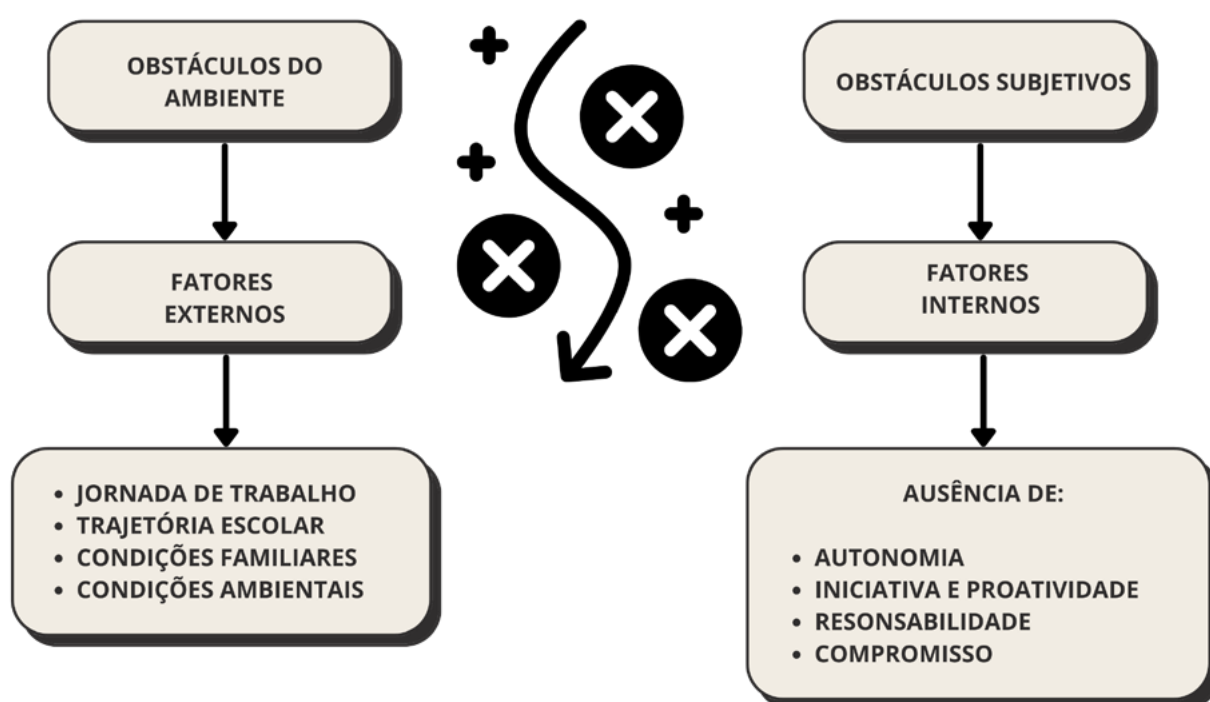
Atenção

Queremos dizer, portanto, que caso essas características não ocorram, a falta delas passa a se constituir em obstáculo para o desenvolvimento produtivo em todo o processo de aprendizado.

Ao mesmo tempo, o sujeito que aprende precisa assumir **responsabilidade** por seu aprendizado, bem como ter **compromisso** com sua decisão.

Veja, no esquema a seguir, a diferença entre obstáculos do ambiente e obstáculos subjetivos.

OBSTÁCULOS AO APRENDIZADO



Obstáculos ao aprendizado. Fonte: Elaboração própria.

Nesta seção sobre o sujeito que aprende, buscamos identificar elementos que você precisa compreender, pois servem de base para essa sua decisão em abraçar a aprendizagem no Profucionário. Sabemos que não temos uma situação ideal para esse ponto de partida. Mas, sabendo quem é esse sujeito que aprende, o que precisa ser, saber e fazer para aprender, creio que avançamos da situação real para aquilo que se quer com o Profucionário: colocar funcionárias e funcionários da educação em um outro patamar, reconhecido e valorizado, por sua contribuição à educação brasileira. Isso é algo perfeitamente alcançável, a partir de um esforço coletivo daquelas e daqueles envolvidos nesse processo.



Pratique

Nesse sentido, convidamos-lhe a descrever quem você é, que motivações tem e que obstáculos pode enfrentar para aprender e permanecer na formação até concluí-la. Escreva no memorial e se prepare para conversar sobre isso com seu tutor, com sua tutora e com colegas de curso.

3.2 Condições da aprendizagem: a EaD na perspectiva da mediação do aprendizado por diferentes recursos e pessoas – o “blended learning” ou aprendizagem combinada

Muitas pessoas entendem que participar de uma formação, de forma continuada, e ao longo da vida, é importante para avançar a um outro patamar de conhecimento, olhando apenas para os benefícios que essa decisão pode trazer. No entanto, precisamos de um aprofundamento em relação ao sentido e à repercussão dessa iniciativa, bem como, sobretudo, precisamos prestar atenção às consequências da decisão nas nossas vidas.

Essa unidade 3 procura lançar elementos de reflexão sobre essa apropriação intencional de conhecimento que está diretamente relacionado com a sua prática na escola, com consequências futuras em sua profissionalização. O desejo de se tornar uma, ou um, profissional com melhor atuação e maior valorização, sem dúvida pode representar uma motivação inicial para vivenciar essa experiência. Na verdade, estamos falando em como aprender nesse contexto de trabalho experienciado por você, no dia a dia e, provavelmente, por vários anos.

Agora que você já tem uma boa noção de quem é o sujeito que aprende no Profuncionário, é importante direcionarmos o olhar para como e em que condições esse sujeito que aprende deverá aprender no Programa.

Você já percebeu que aprender, hoje, na terceira década do século XXI, pode ser diferente de experiências escolares e não-escolares que você já teve, há poucos anos. Isso porque a tecnologia evoluiu e, principalmente, a tecnologia digital trouxe impactos profundos na forma como aprendemos e ensinamos. Você precisa entender bem esse contexto da modalidade de educação do Profucionário, para que possa aproveitar, ao máximo, a formação.



Duas mulheres estudando em biblioteca. Fonte: Canva.

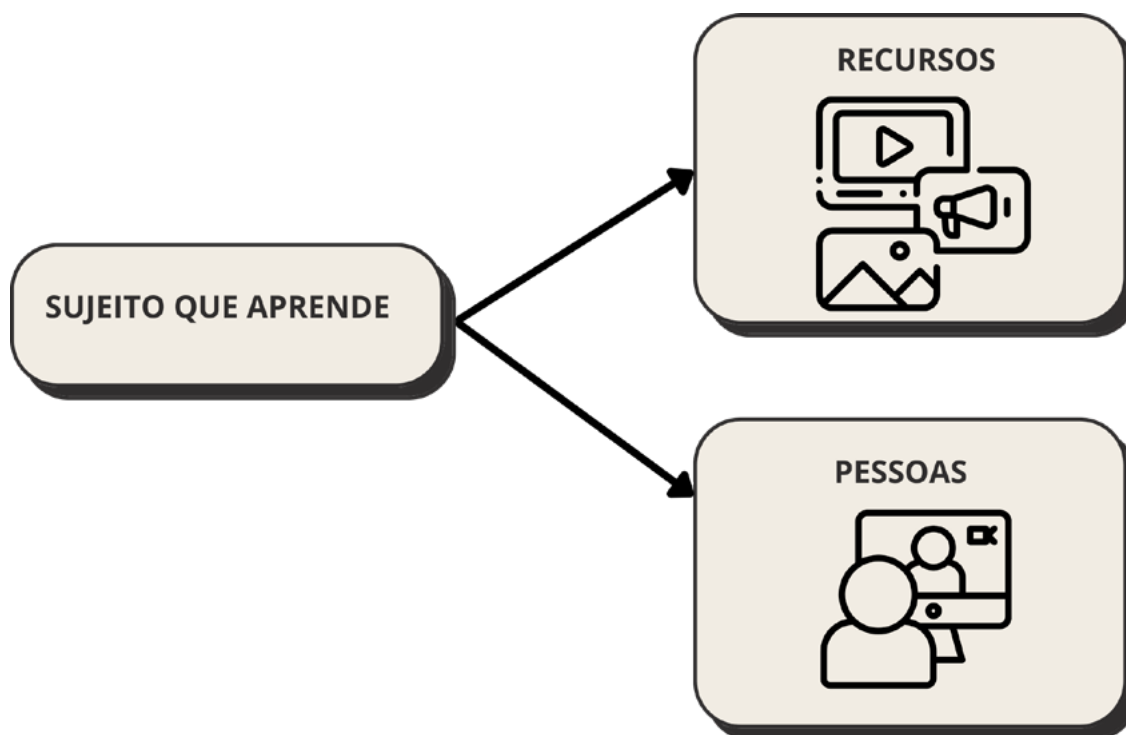
Neste momento, vamos entender a educação a distância em uma perspectiva mais ampliada. Não se trata somente da flexibilização de tempo e espaço, embora isso continue presente, mas de entender a educação a distância a partir de duas categorias centrais para o aprendizado: **mediação** e **combinação**.



Atenção

A questão central da educação a distância, portanto, não é mais a de oportunizar que as pessoas estudem onde e quando quiserem ou lhes for possível, mas com o que ou com quem se relacionar, quando estudam.

Quando dizemos que o aprendizado ocorre por **mediação**, estamos dizendo que, ao estudar a distância você se relaciona com recursos e pessoas das quais o seu aprendizado depende. Portanto, precisamos fazer acontecer a mediação entre você, sujeito que aprende, os recursos disponíveis e as pessoas envolvidas no processo de formação, como você pode ver no esquema a seguir:



Sujeito que aprende. Fonte: Elaboração própria.

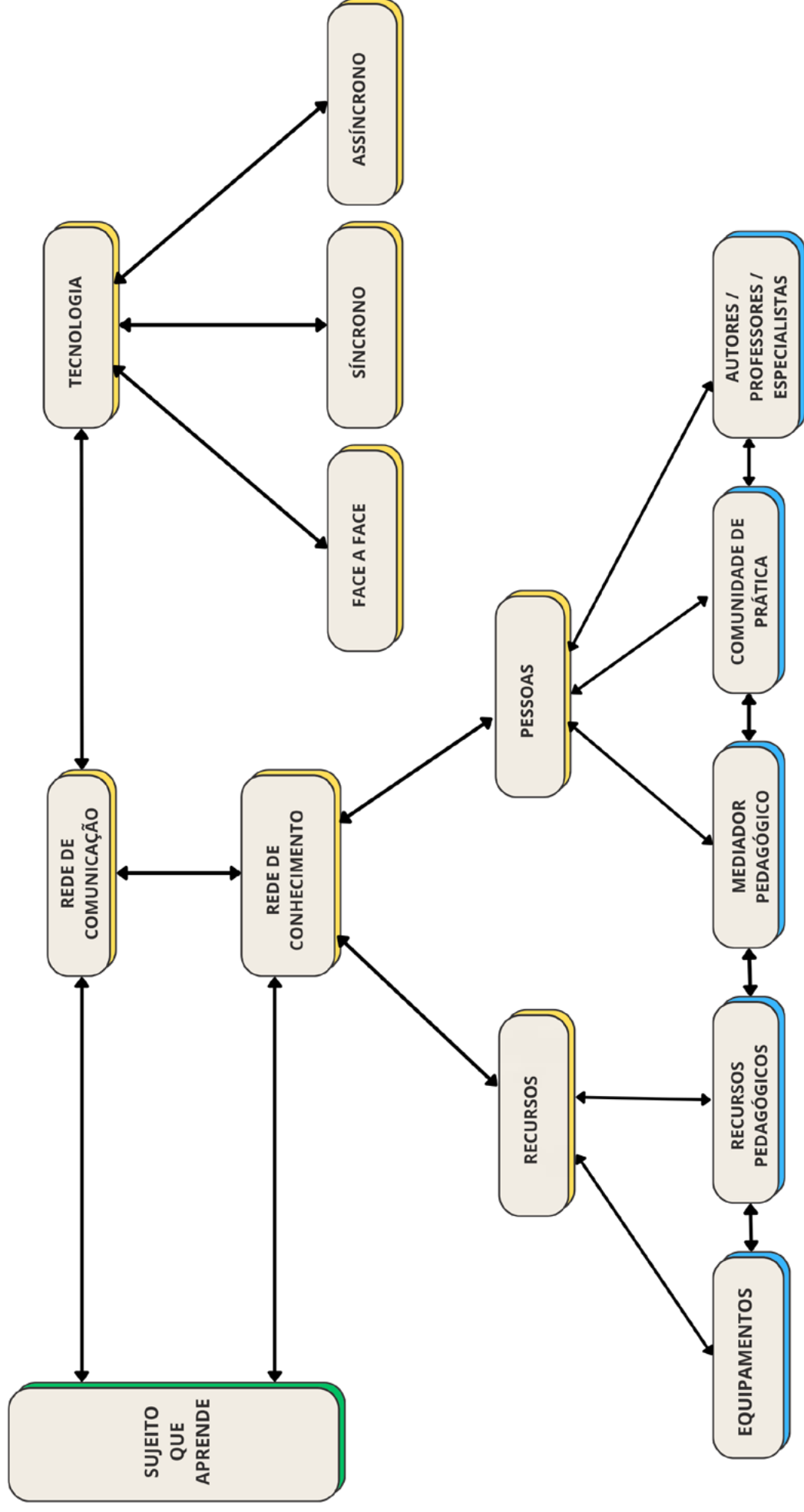
Um segundo conceito, associado ao conceito de mediação, é o de que o aprendizado ocorre por **combinação**.

Para que você entenda bem esse conceito, podemos levantar a seguinte pergunta: como combinar, dentro dessa mediação e de forma efetiva, recursos e pessoas, criando condições para que você, participante do Profuncionário, possa aprender e concluir com sucesso seu curso? Que conhecimento você precisa e como esse conhecimento pode lhe ser oferecido, considerando aquelas características que você mesmo atribuiu na seção anterior?

Essa combinação mais efetiva de recursos e pessoas denominamos de "*blended learning*" ou **aprendizado combinado**, que precisa ser efetivo, para o objetivo almejado.

Vamos propor, e explicar, a seguinte figura, por meio da qual buscamos representar o que estamos falando sobre esse aprendizado mediado e combinado.

APRENDIZAGEM MEDIADA E COMBINADA REDE DE CONHECIMENTO E DE COMUNICAÇÃO





Vocabulário

Rede - Conjunto de relações e intercâmbios entre indivíduos, grupos ou organizações que compartilham interesses, que funcionam em sua maioria através de plataformas da Internet.

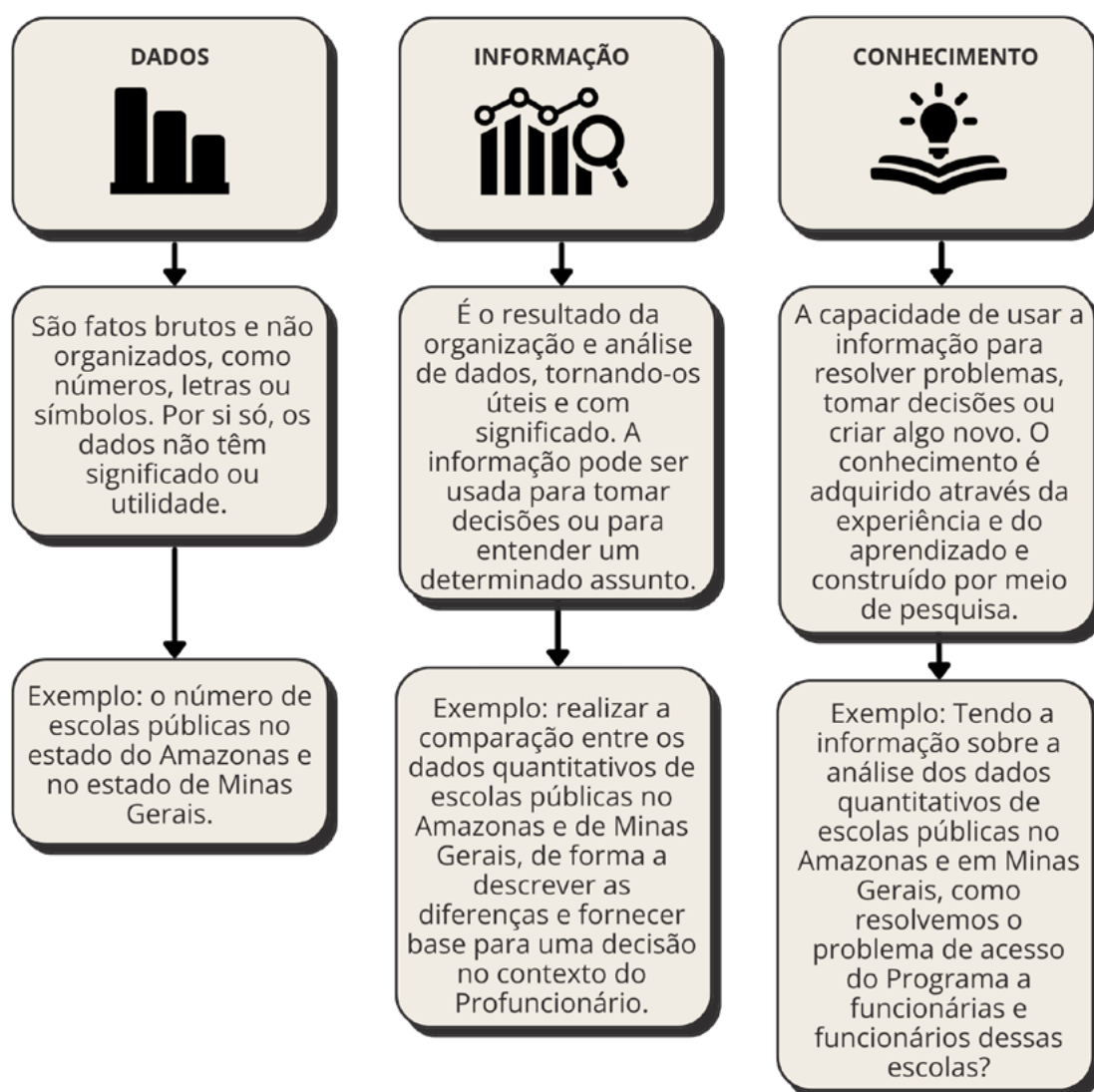
•Plataforma online que permite estabelecer esse tipo de relações."

Passamos, agora, a explicar cada elemento dessa figura, para que tudo fique bem claro a você.

Como você pode ver, continuamos como nosso ponto de partida, o sujeito que aprende. O desafio será conseguir alcançar esse aprendizado a partir das redes de mediações e de combinações.

Esse conceito de **rede** já se tornou comum, principalmente com o advento das redes sociais das quais, provavelmente, você já faz parte. Portanto, vamos adotar o conceito e trabalhar com duas redes.

Uma, a rede de conhecimento, por meio da qual o sujeito que aprende se relaciona com o conhecimento que busca aprender. Mas, atenção: observe a diferença entre os conceitos de dados, informação e conhecimento:



Diferenças entre dados, informações e conhecimento. Fonte: Elaboração própria.



Vocabulário

Podcast: - Conteúdo em áudio, disponibilizado através de um arquivo em uma plataforma de mídia digital, que conta com a vantagem de ser escutado sob demanda, ou seja, quando o usuário desejar.

Estamos dividindo essa rede de conhecimento em duas categorias: **recursos** e **pessoas**. Com isso, queremos dizer que **o sujeito que aprende tem acesso ao conhecimento a partir de recursos distribuídos em diferentes formatos, como um livro, um vídeo, um podcast, por exemplo. Mais especificamente, não se trata de qualquer recurso, mas daqueles que têm finalidade pedagógica**, ou seja, associados diretamente ao processo de aprendizado e do interesse de quem está aprendendo.

Entendemos, também, recursos como equipamentos disponíveis, seja para cada estudante seja para a escola, que podem ser utilizados na sua formação. Portanto, **para que o aprendizado se efetive, precisamos garantir que você tenha acesso a equipamentos (computadores, por exemplo) e a recursos pedagógicos** (os Cadernos de estudos do Programa, em formato digital ou impressos em papel, conforme a sua necessidade).

Mas, para o aprendizado combinado, esse acesso se estende a pessoas com quem você pode aprender, além dos recursos. De um lado, temos autores/as, professores/as e especialistas com quem você pode e deve interagir. Veja que surge uma outra figura, a de autor de conteúdo. Já não estamos falando daquele professor em sala de aula, mas do conhecimento desse professor, ou de outros especialistas, disponibilizado em diferentes meios, como livros impressos ou vídeos gravados.

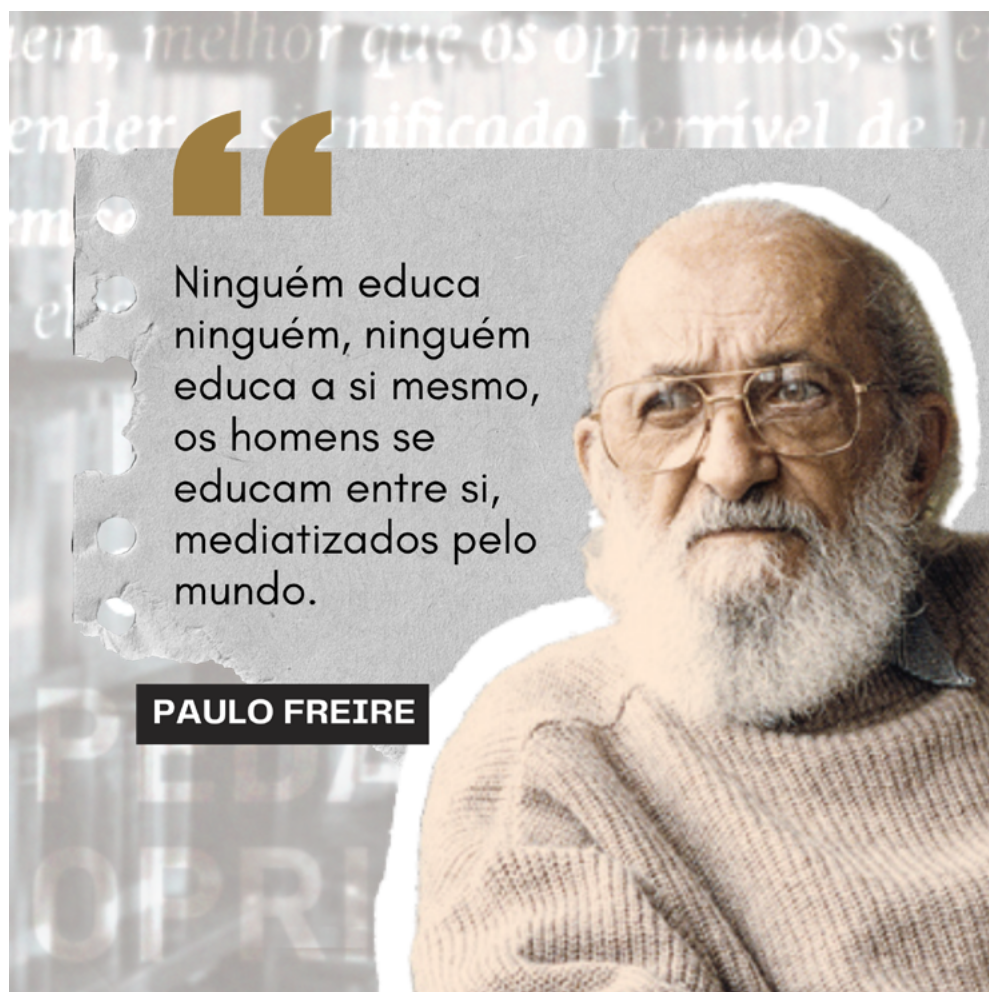


Atenção

Isso está bem coerente com a perspectiva de aprendizado apresentada. Precisamos colocar o conhecimento à sua disposição, ao sujeito que aprende.

Perceba que o professor perde a sua centralidade enquanto agente da educação, pois é o acesso ao conhecimento que conta. Conhecimento que deve estar disponível em vários meios e recursos. Não necessariamente precisa ser transmitido em uma aula presencial pelo professor.

Além do professor, surgem dois outros atores importantes nessa rede de conhecimento, para apoiar você, que deseja aprender. São eles o **mediador pedagógico** e a **comunidade de prática**. Dada a sua importância, vamos abrir uma seção específica para entender o papel de cada um deles no processo. Por enquanto, dizemos que o sujeito que aprende não está sozinho, o aprendizado não precisa ser uma ação solitária. Mesmo na condição de sujeito autônomo, com iniciativa e proatividade, você precisa estar em contato com pessoas que possam lhe apoiar e colaborar na sua formação.



Ninguém educa
ninguém, ninguém
educa a si mesmo,
os homens se
educam entre si,
mediatizados pelo
mundo.

PAULO FREIRE

Fonte: Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

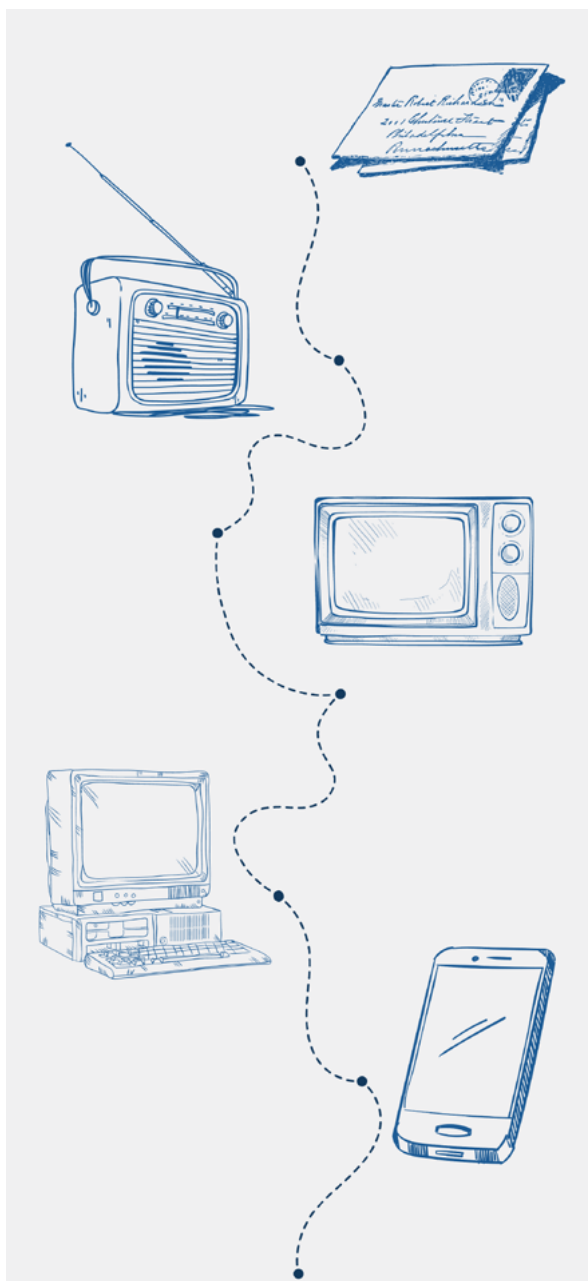
O mediador pedagógico faz a ponte entre o conhecimento disponível e as atividades propostas com o sujeito que aprende, no sentido de apoiá-lo nessa caminhada, seja buscando tirar dúvidas seja incentivando a continuar enfrentando o desafio de aprender.

A comunidade de prática, por sua vez, permite colocar em contato todos aqueles envolvidos com práticas semelhantes e que compartilham uma identidade própria. Estamos falando, aqui, da solidariedade no aprendizado a partir de uma identificação comum, dada pela prática compartilhada.

No entanto, como deve ocorrer o acesso a esses recursos e pessoas de forma a garantir que você aprenda?

Para isso, precisamos de outra rede. A rede de comunicação entre o sujeito que aprende, os recursos e as pessoas.

Podemos entender essa comunicação mediada pela tecnologia, que evoluiu e transformou a história da educação a distância.



Iniciada como envio de material impresso pelo correio, no século XIX, a educação a distância evoluiu com os meios de comunicação em torno das revistas impressas, do rádio, depois da televisão. Passou à utilização do computador, já na era digital, chegando à comunicação via internet, hoje viabilizada pelas redes sociais.

Isso acabou influenciando as modalidades de educação. A experiência com a **modalidade presencial**, ou **face a face**, que estamos mais acostumados, acrescentamos aquela que denominamos de **síncrona ou remota**, quando acontece, via internet, em tempo real, e aquela **assíncrona**, quando nos comunicamos em diferentes tempos, nos denominados ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs).

Essa atividade em tempo real pode ser gravada e visualizada em outro período de tempo tornando-se, nesse caso, uma modalidade assíncrona.

Continuamos, no entanto, falando de combinações, pois devemos, nos cursos do Profucionário, trabalhar com as três modalidades, já que cada uma delas traz suas contribuições para atingir o objetivo pretendido, que é o seu aprendizado. Nesse caso, a modalidade presencial perde a sua exclusividade e se torna mais um elemento junto com as outras duas.



Pratique

Vamos praticar: na seção anterior, você descreveu a si mesmo/a como sujeito que aprende, disse o que lhe motiva e quais são os obstáculos que podem surgir na sua formação. Agora, seria interessante complementar aquela reflexão descrevendo e refletindo sobre os recursos que você já tem e os que você entende que precisa ter, para acessar os conhecimentos disponibilizados pelo Profuncionário e para se comunicar com as pessoas que devem colaborar com a sua formação.

Sobre um outro problema, no entanto, você deve refletir: como promover a mediação e combinação de forma mais efetiva, em uma sociedade como a brasileira, caracterizada por um acesso desigual ao conhecimento? Como aprender em uma sociedade marcada pela desigualdade?



Refleta

3.3 Como aprender em uma sociedade com acesso desigual

Não há dúvida que a desigualdade educacional no Brasil é um problema histórico e complexo que afeta milhões de pessoas. As disparidades no acesso à educação de qualidade são visíveis em diferentes aspectos. Veja os dados sobre o nível educacional:

1) Pessoas não alfabetizadas: de acordo com o último censo do IBGE, 2022, o Brasil ainda possui 11 milhões de pessoas não alfabetizadas, com uma taxa de analfabetismo maior entre a população parda e preta (15,3%) e nas regiões Norte e Nordeste;

2) Evasão escolar: principalmente no ensino médio, com taxa ainda elevada, especialmente entre jovens de 15 a 17 anos. Temos uma variação entre unidades da federação e regiões, sendo o máximo de 29,7% em Mato Grosso do Sul e o mínimo de 12,4% no Distrito Federal; e

3) Distorção idade-série: muitos alunos matriculados em séries defasadas para a sua idade, impactando no seu aprendizado.

"A distorção idade-série se intensifica nos anos finais do ensino fundamental – do 6º ao 9º ano. São 3,1 milhões de meninas e meninos com dois ou mais anos de atraso escolar. Eles representam 26% dos estudantes matriculados nessa etapa de ensino. Os desafios são maiores no Norte (36%) e no Nordeste (34%)" (Panorama da distorção idade-série no Brasil – Unicef, 2018).

O ensino médio é a etapa da educação básica no qual encontramos o maior percentual de estudantes com dois ou mais anos de atraso escolar. "São mais de 2,2 milhões de meninos e meninas em situação de distorção idade-série, o que corresponde a 28% dos estudantes matriculados nessa etapa de ensino. A distorção idade-série é mais elevada no Norte e Nordeste, com 41% e 36%, respectivamente" (Panorama da distorção idade-série no Brasil – Unicef, 2018).

Agora, preste atenção nos dados sobre infraestrutura escolar, que toca muito diretamente às funções de funcionárias e funcionários: Muitas escolas públicas ainda apresentam infraestrutura precária, com falta de laboratórios, bibliotecas e acesso à internet, além de carência de recursos didáticos atualizados e de qualidade, bem como a alta rotatividade e desmotivação de professores, tendo em vista a falta de valorização profissional e baixa remuneração.

Observe, na página ao lado, essas duas listagens abaixo, instalações e equipamentos, retiradas do censo escolar de 2023:

Observem quantos "não" aparecem na lista de instalações. De 37 itens de instalações, apenas 8 foram marcados com sim, ou seja, 21,6%. Se especificarmos por item, você perceberá que a imensa maioria das escolas não possuem laboratórios de ciência e informática nem bibliotecas.

Se identificamos a lista de equipamentos, você terá o seguinte:

De 15 itens de equipamentos, 9 receberam sim, equivalente a 60%. No entanto, as escolas não possuem internet (somente 1) nem computador nem aparelhos de televisão e de som.



INSTALAÇÕES

Categoria	Sim	Não	Categoria	Sim	Não
Almoxarifado		✗	Parque infantil		✗
Área verde	✓		Piscina		✗
Auditório		✗	Quadra esporte		✗
Banheiro	✓		Quadra coberta		✗
Banh. Ed. Infantil	✓		Quadra descoberta		✗
Banh. PCD		✗	Refeitório	✓	
Banh. Funcionário		✗	Sala artes		✗
Banh. Chuveiro		✗	Sala música/coral		✗
Biblioteca		✗	Sala dança		✗
Sala leitura		✗	Sala multiuso		✗
Cozinha	✓		Sala diretoria	✓	
Despensa	✓		Sala leitura		✗
Dormitório Aluno		✗	Sala professores		✗
Dormitório Prof.		✗	Sala repouso		✗
Laboratório Ciências		✗	Sala secretaria	✓	
Laboratório Inform.		✗	Sala atendim. Espec.		✗
Pátio coberto		✗	Terreirão		✗
Pátio descoberto		✗	Viveiro/criação anim		✗

EQUIPAMENTOS

Categoria	Sim	Não	Categoria	Sim	Não
Antena parabólica		✗	Aparelho de televisão	✓	
Computador	✓		Lousa digital		✗
Copiadora	✓		Projutor multimídia	✓	
Impressora	✓		Computador mesa	✓	
Impressora Multif.	✓		Computador portátil		✗
Scanner		✗	Tablet		✗
DVD	✓		Internet		✗
Aparelho de som	✓				

Fonte: Elaboração própria.



Pratique

Procure acessar pela internet ou solicite ao gestor ou a gestora da escola em que você trabalha, os dados do censo escolar sobre a escola onde você atua e de outras escolas do município. Depois, compare esses dados e produza informações sobre as diferenças entre elas em termos de infraestrutura e de equipamentos. Por fim, converse com seus colegas do Profuncionário sobre as contribuições que o trabalho de vocês oferecem à qualidade da educação de alunas e alunos, com as condições de infraestrutura atuais e sobre as contribuições que poderiam oferecer com melhores condições infraestruturais. Não se esqueça que todas as atividades devem ser registradas no memorial: descrição e reflexão.

Por fim, é importante que você considere a desigualdade na perspectiva social. Observe:

Renda: a qualidade da educação, por vezes, está diretamente relacionada à renda familiar. Filhos de famílias de classes média alta e rica têm mais acesso a escolas de qualidade. Enquanto filhos de classes populares frequentam escolas públicas, que algumas vezes apresentam infraestrutura precária e recursos insuficientes, como vimos no exemplo acima.

Raça e cor: as estatísticas do censo educacional mostram que a população parda e negra são aquelas com maior dificuldade ao acesso a uma educação de qualidade.

Região: A desigualdade se manifesta, também, a nível regional. Como vimos nos indicadores da desigualdade relativos aos níveis de escolarização, as regiões Norte e Nordeste ainda concentram os maiores índices de analfabetismo, evasão escolar e distorção idade-série.

Agora, veja a extensão do problema. O Brasil possui 5.568 municípios, chegando a 5.570 com o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Se você observar as escolas públicas municipais, responsáveis por alunas e alunos nos anos iniciais (1º ao 5º ano), temos 10 milhões de alunos matriculados, em um total de 107.425 escolas, equivalente a 59,6% do total.

Essa extensão também se revela no nível dos estados. Por exemplo, no estado do Amazonas temos 62 municípios com um total de 4.321 escolas municipais, sendo 66 no município de Atalaia do Norte.

Diante desse quadro de um acesso desigual à educação de qualidade, e da amplitude que é o sistema escolar brasileiro, fica o desafio do Profucionário em poder oferecer essa formação profissional de qualidade a funcionários e funcionárias por todo o país, alcançando todos os municípios.

Mais do que isso, precisamos equacionar a combinação mais efetiva para diferentes realidades, com diferentes níveis de acesso a recursos e pessoas.

Esse é o desafio da Setec, que se responsabilizará pela oferta dos cursos do Profucionário. Essa oferta deverá ser melhor detalhada na Unidade 4.

3.4 Uma palavra sobre tecnologia como recurso de mediação

Como você pode ver na figura sobre o "*blended learning*", a tecnologia tem um papel central no processo de aprendizagem. Hoje, mais do que antes, a tecnologia potencializou a comunicação, na medida em que permitiu o contato direto com recursos e pessoas. Como já dissemos, a história da educação a distância caracteriza-se pela evolução tecnológica, vindo desde textos impressos enviados por correio, passando por rádio, televisão, computador, chegando à comunicação via internet e, mais recentemente, utilizando redes sociais.



Professora com estudante em sala de aula. Fonte: Freepik.

No entanto, precisamos ressaltar que todas essas tecnologias e equipamentos continuam existindo e podem ainda estar à sua disposição, o sujeito que aprende. Como vimos, a escola do município de Atalaia do Norte não tem acesso a internet e pode ser que seus funcionários, nas suas residências, também não. Esse é o reflexo da desigualdade presente na sociedade brasileira.

Portanto, precisamos escolher a combinação mais efetiva dadas as condições reais existentes. Por exemplo, se você não tem sinal de internet para acessar os Cadernos do Profuncionário, você poderia imprimí-los.

Assim, podemos dizer que **a tecnologia, hoje, permite a personalização do aprendizado, adaptando o ritmo e conteúdo às necessidades individuais de cada sujeito que quer aprender.** Permite maior interatividade, com recursos visuais, jogos educativos e simulações, tornando um aprendizado com maior envolvimento daquele que quer aprender. De certa forma, a tecnologia digital, com recursos online, permite acesso ao aprendizado para pessoas em diferentes locais e contextos.

Com essa tecnologia digital, as oportunidades educacionais foram ampliadas, colocando a educação a distância em outro patamar de espaço e tempo. O acesso, hoje, a recursos didáticos e cursos gratuitos disponíveis online, amplia o acesso ao conhecimento, que não se constitui mais em monopólio do professor. Com a internet, o aprendizado assumiu uma característica global, pois permite a interação entre alunos, conhecimento, especialistas e professores em diferentes países.



Por outro lado, a tecnologia atual reforça o desenvolvimento de habilidades essenciais para o futuro, como por exemplo, o pensamento crítico, ao explorar diferentes perspectivas e construir sua própria compreensão do mundo. Também desenvolve a capacidade na resolução de problemas, oferecendo ferramentas para que problemas sejam resolvidos de forma criativa e inovadora. A utilização da tecnologia digital na educação prepara o sujeito que aprende para o mundo do trabalho futuro que, cada vez mais, exigirá o desenvolvimento de habilidades digitais. Sobre esta tendência, é importante que você reflita: de que maneira essas mudanças podem impactar na escola e no seu trabalho? Por que você precisaria de habilidades digitais para trabalhar na escola?

Por fim, para a superação desse acesso desigual, torna-se necessário o apoio governamental a partir de uma política pública consistente para criar as condições necessárias, com redução na desigualdade desse acesso.

Dada a diversidade do público do Profucionário, tanto individuais quanto das condições de acesso, a perspectiva do aprendizado como mediação e combinação de recursos e pessoas pode ser um caminho interessante e flexível para atingir o objetivo pretendido: o seu protagonismo na transformação da identidade profissional.

3.5 Mediadores pedagógicos e comunidades de prática – papel e relevância

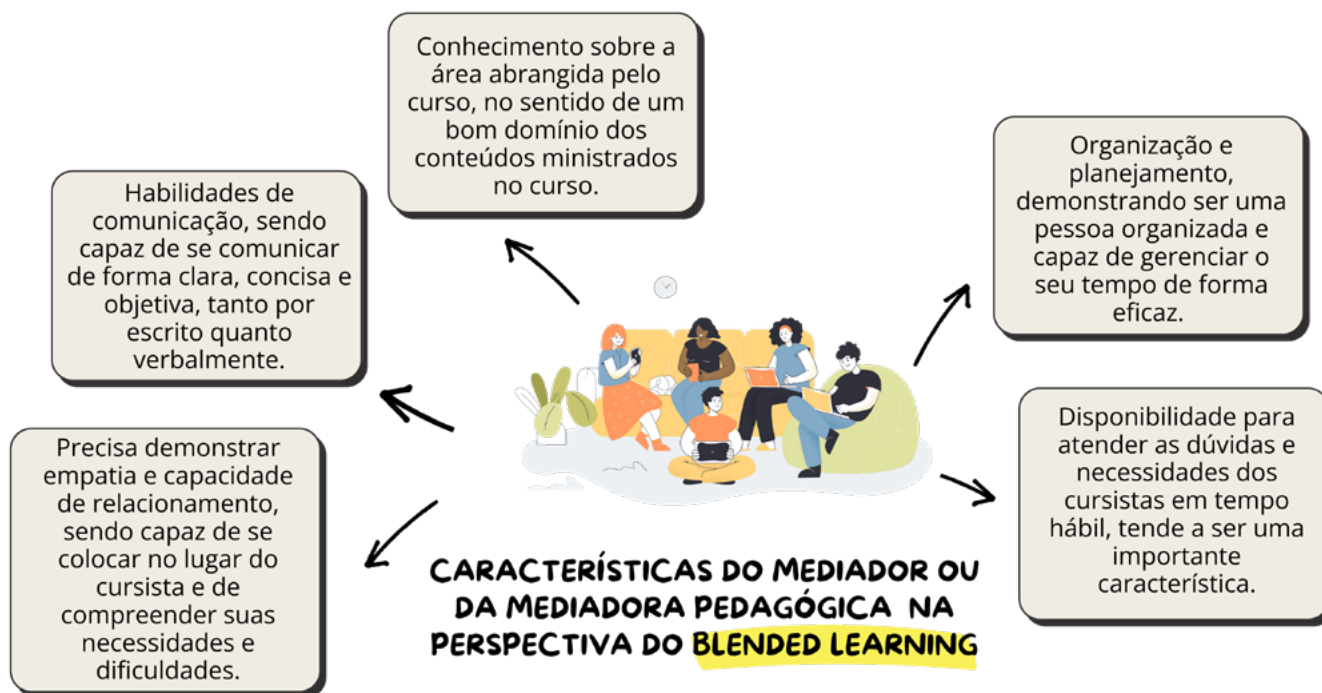
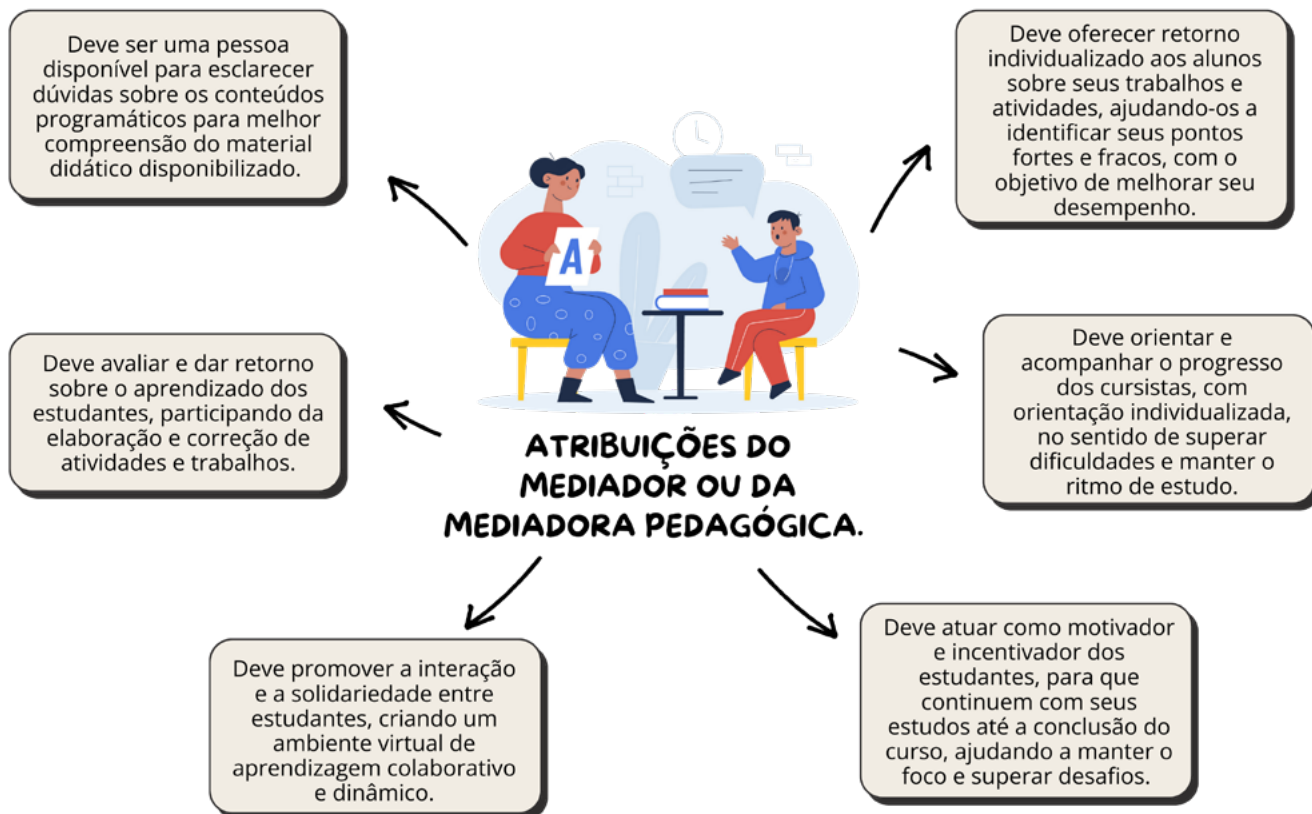
Mediador pedagógico

No contexto da aprendizagem por mediação e combinação, mediadores pedagógicos são aquelas pessoas que fazem a mediação entre o sujeito que aprende (você) e o conhecimento disponível, a partir de um entendimento pedagógico, embora mantenha aquele papel e características atribuídos originariamente ao tutor da EaD. Essa mudança conceitual também é importante se entendemos o sujeito que aprende como pessoa autônoma, proativa e com iniciativas e que não precisa de um tutor, mas de um mediador pedagógico.



Ilustração sobre a mediação pedagógica. Fonte: Canva.

Podemos elencar algumas atribuições desse mediador ou mediadora pedagógica.



Atribuições e características do mediador/a pedagógico/a. Fonte: Elaboração própria.

Por fim, uma observação. Esses atributos e características dos mediadores pedagógicos também se aplicam à figura do mediador presencial, como no caso do Profuncionário. A diferença está na forma de comunicação, que se dará presencialmente, em algum polo de aprendizagem designado para encontros presenciais.

Comunidade de prática

Comunidade de Prática (CdP) você pode entender como um grupo de indivíduos que se unem em torno de um interesse, problema ou área de conhecimento comuns. Pela colaboração, compartilhamento de experiências e troca de conhecimentos, seus membros buscam aprimorar ou desenvolver habilidades, solucionar problemas comuns e desenvolver novas práticas.

Podemos elencar algumas de suas características principais:

- interesse comum, como ponto de partida de uma CdP, que é genuíno e compartilhado por seus membros.
- compromisso e envolvimento com aquilo que une os membros do grupo, que é o alicerce para a colaboração e aprendizado mútuo.
- interação regular entre seus membros, seja por encontros presenciais, plataformas online ou fóruns de debates.
- aprendizado como processo colaborativo, no qual cada membro contribui com suas experiências, conhecimentos e perspectivas.
- promoção do desenvolvimento profissional e pessoal de todos os participantes.
- incentivo à reflexão crítica sobre as práticas e conhecimentos relacionados à área de interesse do grupo.
- identificar problemas, buscar soluções e aprimorar continuamente as práticas individuais e do grupo - **prática reflexiva**.



Ilustração sobre comunidade de prática e reflexão. Fonte: Canva.

A ideia básica proposta é mostrar que o aprendizado mediado e combinado não é solitário. Ele precisa ser compartilhado com outros sujeitos que aprendem. No seu caso, como funcionário e funcionária de escola, existe uma prática que você já vem experienciando e que precisa ser compartilhada e avançada com colegas. Por isso a pertinência em trabalhar com o conceito de CdP.

Há outros benefícios que você pode encontrar, ao participar de uma CdP, tais como:

- ampliação do conhecimento, a partir da interação com outros profissionais da área, e que seria impossível de obter individualmente;
- oportunidade para desenvolver suas habilidades a partir de suas práticas, da colaboração e do retorno recebido de outros participantes;
- identificação de soluções para problemas comuns da área de interesse, com mais pessoas pensando os mesmos problemas;
- estímulo à criatividade e à busca por soluções inovadoras para os desafios da área;
- facilidade na criação de redes de contatos (networking) entre profissionais da área, o que pode ser útil para a troca de informações e para a colaboração em projetos comuns.

Por fim, é interessante que você saiba que existem diferentes tipo de CdP:

- Presencial, quando se reúne em um local físico, como uma sala de aula ou em um polo de EaD.
- Virtual, quando utiliza alguma plataforma online, como fóruns, grupos de discussão ou redes sociais para se conectar e interagir.
- Híbrida, quando combina elementos presenciais e virtuais.

3.6 Orientações para os/as funcionários/as cursistas:



Atenção

Do sujeito que aprende a partir do aprendizado mediado e combinado, na perspectiva da educação a distância espera-se:

- ser automotivado, ou seja, buscar em si mesmo razões e objetivos pessoais para a realização do curso;

- ser capaz de auto-organizar seu tempo em função do cronograma do curso (estabelecer horários, esquemas e rotinas de estudo), incluído o tempo de participação na Plataforma: leituras, interações com colegas, e outras atividades sugeridas ou exigidas no AVA;
- ser organizado com os materiais de estudo;
- realizar e discutir as leituras;
- saber estudar de forma independente e autônoma, reconhecendo seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- ser curioso e saber pesquisar informações que complementam, aprofundem ou, até mesmo, contradigam conhecimentos trabalhados pelo Profuncionário em outras fontes;
- saber transformar as informações, obtidas nos Cadernos e em materiais complementares, em conhecimentos;
- ter iniciativa própria para apresentar ideias, questionamentos e sugestões;
- ser capaz de trabalhar em grupo, de forma colaborativa e cooperativa, sempre que necessário;
- ser disciplinado, a fim de cumprir com os objetivos que estabeleceu para si mesmo;
- ser responsável por seu próprio aprendizado; e
- estar consciente da necessidade de aprendizagem constante.

O Profuncionário prevê, em cada Caderno, a combinação de diferentes equipamentos e plataformas com acesso à internet para realizar as atividades do curso, como computador de mesa, notebook, celular e materiais. Assim, é desejável que o/a funcionário/a-estudante:

- tenha ou adquira familiaridade com o uso de equipamentos tecnológicos, como computador de mesa, notebook, celular e outros.
- tenha acesso regular a equipamentos tecnológicos que permitam conexão com a internet;
- tenha ou adquira noções básicas de navegação na internet; e
- saiba ou aprenda a enviar e receber e-mails, bem como trabalhar com anexos nas mensagens.

O que se pretende é a construção e aquisição de conhecimentos e de competências que permitam ao estudante, por meio do curso específico do Profuncionário, poder construir, pessoal e no coletivo, sua identidade profissional.

Portanto, a metodologia, a organização e a oferta do curso visam à aprendizagem autônoma, com auxílio dos mediadores pedagógicos a distância, dos coordenadores dos polos, formando uma equipe que busca, na combinação de tecnologia, meios de comunicação e material didático, um processo pedagógico eficiente e eficaz. Essa equipe poderá estar disponível quando da oferta do curso a distância.

Não custa lembrar também os dois elementos da ponta dessa "corrente de aprendizagem": o primeiro é a própria realidade do local e da função do trabalho, com seus desafios e questionamentos, de onde parte a exigência da formação continuada de todos os profissionais da educação; e o segundo são os professores-elaboradores dos Cadernos, que estão, desde 2006, envolvidos na tarefa de escolher e organizar conteúdos significativos para as novas competências exigidas pela qualidade da educação brasileira, a serem desenvolvidas por você e pelos colegas funcionários/as.



Pratique

Procure entrevistar o seu mediador pedagógico e lhe pergunte quais as expectativas que ele tem a seu respeito e de seus colegas. E qual foi a importância do trabalho dos/as funcionários/as na formação escolar básica que ele teve em sua infância e adolescência. Registre em seu Memorial.



4

Orientações sobre a política de oferta dos cursos



Orientações sobre a política de oferta dos cursos

Ao recuperarmos as Unidades 1, 2 e 3 deste caderno de Orientações Gerais, vemos que a Unidade 1 nos orientou sobre a construção da identidade profissional de funcionários/as da educação no Brasil, à medida em que entendemos quem foram e quem são aqueles que atuam nas nossas escolas.

Já a Unidade 2 nos orientou sobre a conquista do reconhecimento da categoria como profissionais da educação, sobre o direito à formação e sobre a instituição do Profuncionário como programa indutor de políticas de formação profissional.

Por fim, a Unidade 3 nos orientou sobre quem são os/as funcionários/as que necessitam de formação como profissionais da educação por meio dos cursos do Profuncionário (e por outras ofertas de formação possíveis), do ponto de vista das condições subjetivas (experiência de trabalho, escolarização, condições materiais para aprender e outras) e das condições objetivas (formação em serviço, infraestrutura e tecnologia disponível e investimentos).

Consideradas essas **orientações**, nesta Unidade 4 vamos situar você em relação à concepção de oferta do Profuncionário como política pública, indicando alternativa(s) e atores envolvidos:

- para a modalidade de ensino e aprendizagem;
- para a gestão nacional do Programa;
- para financiamento;
- para acompanhamento;
- para acompanhamento e avaliação.

4.1 Contexto histórico da oferta de formação de funcionários(as)

No Brasil, a formação "oficial" de **professores/as** primários implantada pela Lei Imperial de 1827, que imitava os padrões liberais europeus da Revolução Francesa e dos Estados Unidos da América, foi acelerada na primeira República (a partir da virada do século XIX para o século XX) por iniciativa dos estados, mas, no caso dos/as funcionários/as foi e é diferente, até hoje, como você poderá ver a seguir.

Pois é, até meados do século XX, a designação de funcionários/as a cargos escolares ficou refém de interesses do clientelismo político de **governadores, prefeitos, deputados e vereadores que usavam esses cargos em troca de votos, situação que contribui fortemente para conservar a condição subalterna, de meros executores de tarefas serviais destes/as trabalhadores/as.**

Coube à CNTE e aos sindicatos a ela filiados, já no final do século XX, a iniciativa de pressionar as autoridades governamentais para construir política de valorização do trabalho e reconhecer os direitos da categoria à formação profissional e à justa remuneração. Entenda um pouco melhor este contexto histórico!

Desde que a ditadura militar (1964-1984) entrou em declínio no Brasil, intensificaram-se os movimentos sociais, populares e as organizações científicas que lutavam e disputavam com as elites tanto as estruturas e destinos da Nação, como a construção da consciência da população como sujeito histórico, que faz a sua história. O Art. 206 da Constituição Federal de 1988 e na promulgação da Lei nº 9394/1996, pela primeira vez, trouxeram um capítulo intitulado "Dos Profissionais da Educação", ampliando o conceito e o significado e trabalhadores em educação, que agora já não são mais apenas os/as profissionais do ensino.

Veja que, em nosso país, os dados demonstram que havia mais de um milhão de professores/as e número semelhante de funcionários/as da educação básica não-docentes, quando já se ensaiavam iniciativas de formação não somente de professores/as como dos/as "demais trabalhadores/as das escolas públicas".

Observe, ao mesmo tempo, que apenas entre 1994 e 1999 as redes de ensino de Cuiabá-MT e do Mato Grosso obtiveram a aprovação do Conselho Estadual de Educação local, para ofertar quatro cursos técnicos de "formação continuada" de profissionais da educação não-docentes, reivindicados e formatados pelo Sindicato dos Trabalhadores de Ensino do MT – SINTEPMT. Foram as primeiras ofertas de formação voltadas especificamente para funcionários/as.

As lutas e a atuação constante dos movimentos sociais e populares e da CNTE, portanto, aprovaram mudanças paralelas no Congresso Nacional, na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9394/1996. Por exemplo, a substituição da expressão "valorização dos profissionais do ensino" por "valorização dos profissionais da educação", como consta, hoje, no Art. 206 da CF e a inclusão dos dispositivos de identificação, formação e previsão de piso salarial para todos/as os/as funcionários/as não-docentes, garantem, por direito, este indubitável avanço na luta pelo reconhecimento do trabalho educativo e pela valorização dos/as funcionários/as, o que é mais do que o direito à formação com cursos aprovados pelo Conselho Nacional de Educação em 2005, por meio da Resolução CEB/CNE nº 16/2005, já citada neste caderno.

Como você pode notar, desde a Constituição Federal de 1988 e do Art. 62 da Lei 9394/1996, criou-se no Brasil uma nova perspectiva sobre a natureza do trabalho e sobre a formação dos/as trabalhadores/as não docentes da educação básica: eles e elas passaram a ser reconhecidos como profissionais da educação, tanto quanto os professores/as e pedagogos/as, e, por isso, têm garantido o direito a uma formação que inclua os conteúdos pedagógicos, para atuar como educadores/as e técnicos, para desenvolver suas funções específicas nas escolas, que são diferentes das funções de professores/as e pedagogos/as, mas nem por isso deixam de ser educativas.

De 2005 a 2018, os cursos técnicos do Profucionário foram ofertados em quase todas as Unidades da Federação e diplomaram perto de cem mil funcionários.

É bom lembrar, como já vimos nas Unidades 1 e 2, que de 2011 em diante, a coordenação do Programa passou da SEC/MEC para a Setec/MEC, à qual ficou responsável não somente por multiplicar e distribuir os cadernos de conteúdos, como também ficou responsável por contribuir para a formação de tutores/as dos cursos técnicos, tanto ligados às Secretarias Estaduais de Educação quanto aos IFs, coordenados pela própria Setec.



Recentemente, desde 2023, a Setec atua para viabilizar alternativas para ofertar os cursos do Profucionário, sobre as quais passamos algumas orientações a você que estuda e/ou trabalha no Programa.

4.2 Metodologia de oferta pública: blended learning, um avanço em relação à educação a distância

As ofertas do Profucionário, seja pela SEB seja pela Setec, entre 2006 e 2018, estiveram centradas no conceito e na metodologia da educação a distância e as Orientações Gerais se dirigiam, principalmente, para os/as gestores e para um dos atores principais dessa metodologia, o/a tutor/a, aquele ou aquela que faz o papel de mediação entre os cadernos de conteúdos e o/a cursista, em seu processo de estudos e avaliação.

A partir da Unidade 3 deste Caderno de Orientações Gerais, como vimos, essa perspectiva foi revisitada e atualizada em sua concepção, no contexto dos avanços da tecnologia e, particularmente, com a experiência da Pandemia de COVID-19 e suas implicações para o processo ensino-aprendizagem.

A mudança metodológica, como você deve lembrar, recebe o nome de “blended learning” ou aprendizagem combinada, em uma tradução literal, e que assume o conceito de aprendizagem híbrida, de alcance mais restrito, em nosso entendimento, porém mais comumente adotada nos marcos legais brasileiros.

Nesse sentido, não se trata de definir dois campos separados, como foi pensando nas ofertas anteriores, um campo presencial e outro campo a distância. Com a aprendizagem híbrida, procuramos explorar diferentes combinações que permitam alcançar o melhor resultado na formação técnica e na aprendizagem do/a estudante. Essa perspectiva se estende, também, para diferentes formas de acesso ao conhecimento e a distintas mídias e tecnologias.

Em consonância com os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos bem como com as políticas adotadas para o Profucionário, como um programa de política pública, veja como se estrutura a oferta na metodologia de aprendizagem combinada.

Nosso ponto de partida ocorre a partir de dois elementos basilares e que os agentes e gestores de oferta precisam atender: os sujeitos que aprendem e as condições para aprender.

No Profucionário, você já sabe, três questões foram levantadas na Unidade 3, em relação ao sujeito que aprende: 1) Quem é a pessoa que quer aprender; 2) Qual a sua motivação; e 3) Que obstáculos que a pessoa encontra durante esse processo.

Pensar a oferta do programa exige-se pensar e definir um modelo de oferta sintonizado com tais perguntas.

Sobre as condições para aprender, na perspectiva do **aprendizado híbrido**, a oferta precisa tornar acessível, ao sujeito que aprende, os **recursos** e as **pessoas** que possibilitem o aprendizado. Esses recursos podem ser pedagógicos, tecnológicos e de infraestrutura, enquanto por pessoas entendem-se aqueles/as que desempenharão alguma função no modelo de aprendizado híbrido, como autores/as de conteúdos, docentes e mediadores pedagógicos.

Como você vê, nesse modelo, o sujeito aprende por si mesmo, mas com a mediação de outras pessoas e de recursos diversos que deverão estar disponíveis.

Bem, além do conceito de **mediação**, que permite entender a relação entre sujeito que aprende, recursos e pessoas, outro conceito é o de **rede**, entendido como uma relação horizontal de ações, atos, convicções, concepções e ideias entre elementos constitutivos da **rede** e as pessoas que participam, estão e atuam na rede. Para um aprendizado híbrido, podem ser estabelecidas duas redes centrais: uma denominada **Rede de Conhecimento** e outra denominada **Rede de Comunicação e Diálogo**.

A **rede de conhecimento** abrange a relação do sujeito que aprende com os recursos requeridos e com as pessoas envolvidas no processo, podendo tal relação ser presencial, em polos, híbrida, remota ou a distância.

Na Unidade 3, propusemos a constituição de **comunidades de diálogos teórico-práticos**, conceito que permite o aprendizado coletivo entre você e seus colegas, que desenvolvem reflexões teóricas e sobre o trabalho educativo intencional no ambiente escolar. Afinal o tema central da formação no Profucionário é a escola e as educações feitas na escola.



Sendo assim, para que a apropriação do conhecimento técnico-científico aconteça e o aprendizado faça parte de seu trabalho cotidiano na escola, torna-se necessária uma **rede de comunicação e diálogo** que permita viabilizar o funcionamento da rede e a disseminação de conhecimento e suas mediações, seja de forma presencial, remota ou híbrida. Para isso, as tecnologias são instrumentos técnicos para a oferta do curso, combinando dois aspectos:

- o aprendizado face a face, síncrono e assíncrono, com uso de salas virtuais, em ambientes propícios para o aprendizado; e
- as relações entre estudante – funcionário/a-cursista e professor/a e mediador/a que, juntos, constroem o específico de cada formação profissional, ao mesmo tempo individual e coletiva pelo modelo híbrido.

4.3 Oferta pública, governança e gestão democrática

No Profucionário, você agora compreende a oferta dos cursos técnicos como uma política pública, que envolve diferentes agentes e participantes institucionais. Uma política pública que requer gestão institucional, equipe, professores formadores, financiamento, tecnologias e monitoramento e avaliação.

Sendo assim, para a expansão da oferta sugere-se criar e institucionalizar um **Comitê Gestor** como modelo de governança, com atribuições para decidir quanto à forma de implementação da oferta e outras que se façam necessárias, à semelhança daquele constituído quando o Programa foi lançado em 2005. Sugerimos que esse comitê tenha representações da SETEC, CNTE, Institutos Federais, Escolas Técnicas e outras entidades com reconhecimento e interesse no avanço da oferta, na profissionalização e na valorização do trabalho dos/as funcionários/as.

Coerentemente com a metodologia da oferta, a aprendizagem combinada, exige que cada instituição ofertante apresente as seguintes condições: um **projeto político-pedagógico** para cada curso, a ser aprovado pelo Comitê Gestor, respondendo a perguntas de como pretende veicular o conhecimento produzido e atualizado, e como oferecerá **condições de apoio** ao cursista,

em termos de **infraestrutura física e tecnológica**, com polos para encontros presenciais e suporte de mediação pedagógica para momentos síncronos, assíncronos e face a face.

Não podemos nos esquecer de que o perfil socioeconômico geral do/a funcionário/a-cursista é: adulto, trabalhador, com família e vivendo em condições desiguais na sociedade brasileira.

4.4 Oferta e pesquisa – levantamento, monitoramento e avaliação

Você deve ter notado que a oferta de cursos do Profucionário, como política pública envolve gestão institucional, investimento, trabalho e financiamento. Por isso, espera-se que a oferta seja monitorada e avaliada tanto em relação ao processo quanto em relação aos resultados.

Assim, associar um **projeto de pesquisa** à oferta pode se tornar interessante, na medida em que não sabemos, de antemão, quem são os/as funcionários e funcionárias que atuam nas escolas públicas brasileiras, pois, os dados do Censo Escolar (2022) ainda não alcançam os pontos específicos destes/as trabalhadores/as.

Esse conhecimento se torna essencial, na medida em que é base para a perspectiva pedagógica adotada pelo Programa, centrada no sujeito histórico que aprende e em suas condições para o aprendizado teórico-filosófico, pedagógico e técnico. A pesquisa, além de preencher essa lacuna, pode ser ampliada para a realização de um monitoramento e avaliação do Programa, à medida que as instituições vão ofertando os cursos.

Seguramente esse acompanhamento permitirá a identificação de situações de evasão, com adequadas ações para promover a permanência no curso, indetificando ausência de equipamentos, de internet e banda larga, para em seguida, tomar decisão ainda em processo. De forma complementar, na perspectiva avaliativa, podemos coletar informações ao final de cada caderno e curso, como pesquisa de impacto e efetividade do programa durante sua realização.

Por fim, ao ressaltar que **você, funcionário/a da educação** é sujeito histórico, pois sua vida, seu pensar e seu agir estão envoltos



nas circunstâncias econômicas, políticas e sociais.

Destacamos que a pesquisa e o monitoramento da oferta, coerentemente com o projeto político-pedagógico dos cursos do Profucionário, deve contribuir para que você se constitua como participante ativo no processo de construção do conhecimento sobre a sua própria existência, sobre sua participação no Profucionário e sobre a história da construção da identidade profissional de funcionários/as no Brasil.

E para a realização do projeto de pesquisa pode-se submetê-lo às agências estaduais ou distrital de fomento locais e há possibilidades de que os dados obtidos subsidiem outras ações e políticas.



Atenção

A partir de 2014 o Caderno de Orientações Gerais do Profucionário passou a integrar os conteúdos de formação, como explicaremos na Unidade 6.



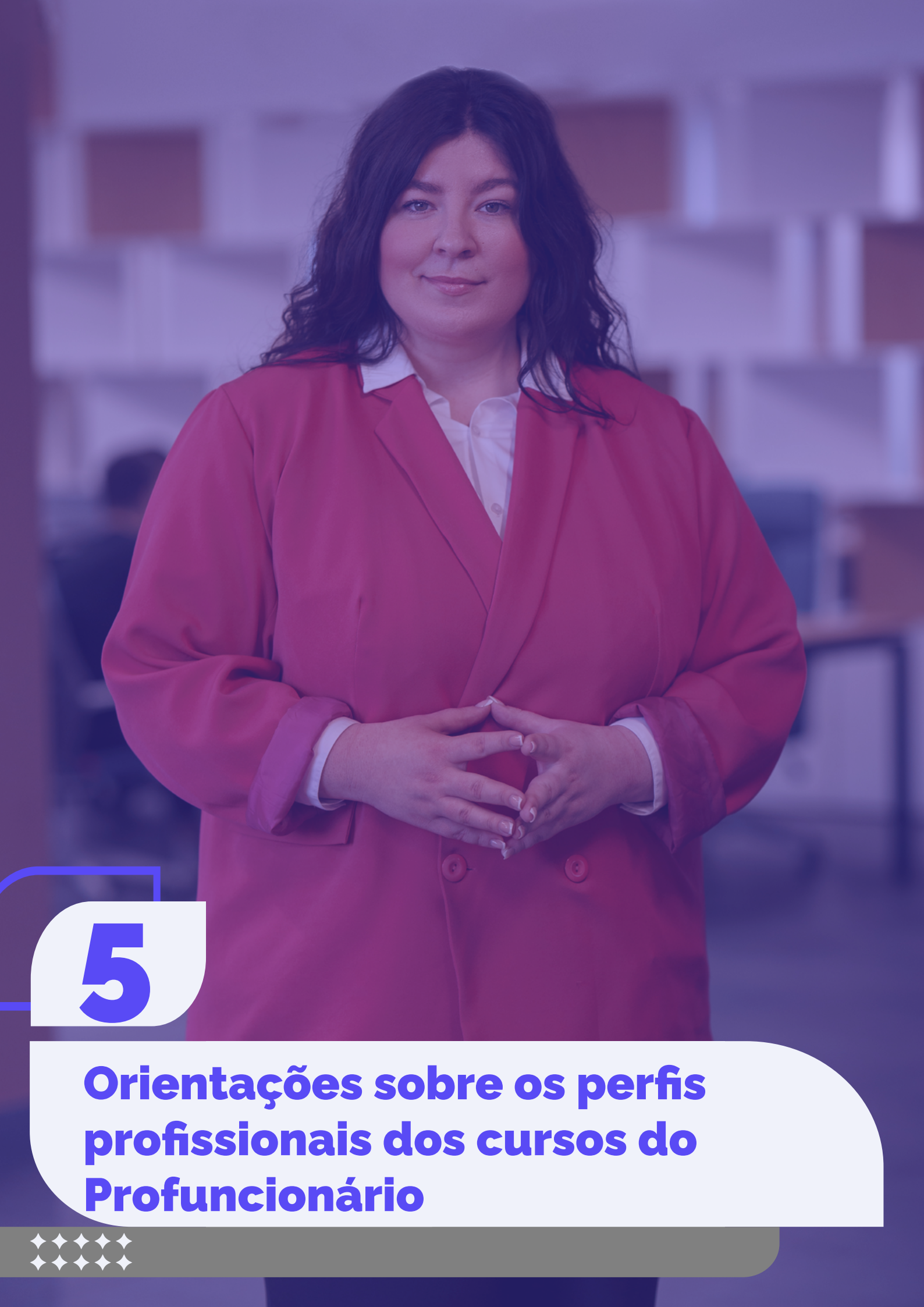
Pratique

Grave um áudio, que pode ser a leitura de um texto previamente preparado, contando para o/a ouvinte, quem são os principais atores envolvidos na aprendizagem combinada ou híbrida.



Ilustração de homem em cadeira de rodas usando o computador. Fonte: Canva.

Orientações Gerais



5

Orientações sobre os perfis profissionais dos cursos do Profuncionário



Orientações sobre os perfis profissionais dos cursos do Profucionário

Na unidade anterior você pôde identificar os agentes públicos, as suas atribuições e como se relacionam para que a formação aconteça, considerando ingresso, condições de acesso, permanência e certificação da conclusão do curso. Ressaltam-se ainda, os papéis do tutor como mediador e motivador da formação.

Agora, na Unidade 5, serão identificadas as competências profissionais que propomos a você adquirir, construir e desenvolver ao longo da formação e ao longo da vida de trabalho.

Mas, você já compreende que o objetivo da formação não se resume à aquisição, construção e desenvolvimento das competências listadas, pois entendemos que a formação técnico-profissional não pode e não deve abrir mão da formação do ser humano que cada profissional é, tanto mais se trabalha em educação. Por isso, desejo que você compreenda o que chamamos de competência profissional no plano de formação do Profucionário, que aponta na direção da construção de uma escola socialmente inclusiva e da educação como um direito de cidadãs e cidadãos, indiscriminadamente.

Por fim, nesta Unidade, você vai saber como estão definidos os quatro espaços da escola em que atuam funcionárias e funcionários como educadores. Espaços que dão origem às quatro profissões para as quais o Profucionário oferece formação.

5.1 Objetivos

Objetivo geral:

Formar, na perspectiva humanística, na educação profissional técnica de nível médio e na modalidade a distância, funcionárias e funcionários em exercício, para que possam atuar como profissionais da educação nos sistemas de ensino públicos brasileiros.

Objetivos específicos:

1. Formar técnicos em Secretaria Escolar
2. Formar técnicos em Multimeios Didáticos
3. Formar técnicos em Alimentação Escolar
4. Formar técnicos em Infraestrutura Escolar

Entendemos, no Profuncionário, que a formação técnica consiste em um conjunto de atividades teórico-práticas, investigativas e reflexivas voltadas para a aquisição de conhecimentos sistematizados que, somados às vivências, valores e habilidades, objetivam tornar os/as funcionários/as educadores/as sujeitos da construção de uma escola inclusiva, democrática e de direito de todas e todos.

Os novos perfis profissionais serão orientados pela proposta político-pedagógica aqui apresentada e à luz do [Parecer CNE/CEB n.º 16/2005](#).

5.2 Perfil geral do técnico que atua em educação

Os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profuncionário, que você estudará na Unidade 6, levam em conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer n.º 16/2005.

Além dos perfis específicos, cada uma das quatro profissões de técnicos em educação têm como base estas competências gerais.



Atenção

Assim, por determinação normativa, os planos de formação profissional devem ser elaborados com base na definição do perfil de conclusão, ou seja, com base em um modelo de profissional do qual você deve procurar se aproximar ao longo do processo de formação. O **perfil**, definido por conhecimentos, valores, habilidades, atitudes, posicionamentos, é sintetizado em competências que você deve adquirir, construir e desenvolver ao longo do curso.

No Profucionário, o profissional da educação não é apenas técnico, pois é um educador agindo em um espaço escolar com a intenção de contribuir com a escola, para a educação de crianças e jovens. Logo, não são as competências técnicas que definem a sua identidade profissional, mas é a identidade profissional que exigirá competências que você mesmo/a construirá, junto com o coletivo da escola.

Outra questão importante, para que você compreenda o conceito de competência no Profucionário, diz respeito às **relações entre as competências pessoais e as competências profissionais**.

Entendemos, no Profucionário, que as competências pessoais são aquelas que constituem a sua condição humana. São aquelas que fazem de você um ser humano como ser capaz de produzir, pensar, modificar-se, aprender, inventar, decidir, dialogar e sonhar. As competências pessoais são adquiridas, construídas e desenvolvidas na sua trajetória de vida: fazem de você um ser singular e único entre o gênero humano.

Já as competências profissionais entendemos como aquelas pelas quais você se unifica com e se distingue de outras no trabalho. As competências profissionais são competências sociais e são adquiridas, construídas, reconstruídas, modificadas nas práticas sociais e estão relacionadas com as transformações econômicas, isto é, com as transformações no modo como trabalhamos para produzir o que é necessário (e muitas vezes desnecessário) para a sociedade.

Como você pode notar, as competências profissionais são processuais, mutáveis, culturais e históricas e se desenvolvem na medida do modelo econômico e das inovações tecnológicas que afetam as profissões.



Pratique

Grave um áudio e descreva como você realizava as tarefas antes e depois da introdução de determinado equipamento ou norma na rotina de trabalho e, posteriormente, encaminhe esse áudio a um colega do curso ou à turma toda, analisando, de forma prática, se houve mudanças nas competências profissionais.

Nesta direção, a formação no Profucionário deve contribuir para que você, como técnico em educação, adquira, construa e desenvolva, para si e para a profissão que ajuda a consolidar, as competências necessárias para exercer suas funções específicas tendo em conta o todo da escola e da sociedade.

A formação no Profucionário deve contribuir para que você saiba **transformar o saber-fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas na escola e na sociedade.**

Agora que você já compreendeu o conceito, veja quais são as competências definidas pelo Parecer CNE/CEB n.º 16/2005:

- identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea;
- assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir do estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento educação escolar;
- identificar as diversas funções educativas presentes na escola; reconhecer e constituir identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
- coletar, organizar e analisar dados referentes à secretaria escolar, à alimentação escolar, à operação de multimeios didáticos e à manutenção da infra-estrutura material e ambiental;
- redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais, para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

No Profucionário, acrescentamos outras competências ao perfil geral do técnico em educação em busca da construção da identidade das funcionárias e dos funcionários como educadores profissionais ou profissionais da educação, como segue:



Atenção

- atuar e participar como cidadão, técnico, educador, gestor e ser humano nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade social da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;
- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- dispor-se a dialogar, a cooperar, a colaborar e a agir solidariamente com os demais segmentos da comunidade escolar e com outros profissionais em torno de projetos à educação escolar; e
- compreender o que significa e agir como educador/a.

Uma vez conhecido o perfil que unifica os profissionais da educação formados no Profuncionário como educadoras e educadores, confira, a seguir, as competências básicas que os diferenciam quanto aos espaços educativos em que atuam na escola, conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

5.2.1 Perfil específico do Técnico em Secretaria Escolar

O perfil profissional do Técnico em Secretaria Escolar é constituído por conhecimentos, saberes, princípios, valores e habilidades que o credenciam como educador e gestor escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional contribua para a aquisição, construção e desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Assessorar os gestores escolares e suas equipes, aplicando as técnicas secretariais em atividades de operacionalização administrativas/financeiras e pedagógicas.
- Intermediar os relacionamentos internos e externos, visando a metas e objetivos das partes interessadas (Diretoria Escolar, Docentes, Discentes, Órgãos Educacionais, Pais de Alunos, Fornecedores, Prestadores de Serviços).
- Administrar, triar, manusear, armazenar e preservar informações gerais, administrativas, financeiras e de legislação da instituição/escola, do corpo docente e discente, tanto físicas quanto digitais, bem como organizar os fluxos informacionais.
- Gerar e elaborar documentos administrativos e pedagógicos da vida acadêmica dos alunos, como matrícula e processos de transferências, registro e controle de frequência, mapeamento do histórico escolar, tanto por meio físico quanto digital, atendendo às orientações da direção, seguindo a legislação em vigor e as exigências dos órgãos de regulação.
- Realizar, de forma eficaz, a comunicação interna e externa.
- Organizar eventos internos (reuniões, eventos educacionais, confraternizações).
- Organizar e preparar viagens e/ou locomoção (na própria cidade/comunidade) referentes às atividades e demandas da instituição de ensino.
- Atender aos alunos, aos professores/educadores, à equipe administrativa, aos dirigentes e líderes educacionais, aos pais, à comunidade e aos demais profissionais envolvidos no processo educacional, além de manter uma boa relação com eles.

Para atuação como Técnico em Secretaria Escolar, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados às técnicas secretariais e da administração; às noções de estatística e matemática financeira, de planejamento estratégico; às técnicas de informática para utilizar sistema operacional, pacote office, plataformas online, aplicativos, equipamentos eletrônicos e de multimídias.
- Habilidades de liderança.
- Eficácia para atingir resultados e capacidade para apoiar a diretoria na concretização das atividades.
- Ética para o cumprimento das exigências legais em território nacional.
- Competência comunicativa em idioma nacional e estrangeiro - oral e escrita, para elaboração de textos educacionais e

- corporativos.
- Noções sobre inteligência emocional para administrar as emoções e alcançar os objetivos.
 - Capacidade de auto-organização, atuação com imprevistos e proposição de soluções.
 - Capacidade para o trabalho colaborativo e em equipe, para a comunicação e a mediação de conflitos.

5.2.2 Perfil específico do Técnico em Multimeios Didáticos

O perfil profissional do Técnico em Multimeios Didáticos é constituído de conhecimentos, saberes, valores, princípios e habilidades que o credenciam como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia na escola. Espera-se, então, que esta formação profissional contribua para a aquisição, construção e desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Compreender o processo de ensino e aprendizagem e como as tecnologias podem auxiliar a prática pedagógica na formação dos indivíduos.
- Associar a infraestrutura tecnológica ao desenvolvimento da ação educativa em cursos presenciais e a distância, incentivando diferentes possibilidades de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias.
- Orientar os profissionais para a utilização de equipamentos que envolvam as tecnologias necessárias para auxiliar as aprendizagens, bem como para a preparação do ambiente físico considerando a localização e conservação desses equipamentos.
- Difundir e incentivar práticas de utilização de diferentes recursos tecnológicos disponíveis em softwares e equipamentos que possibilitam a ampliação da aquisição do conhecimento no ensino presencial e na educação a distância.
- Selecionar recursos tecnológicos para ampliação e atualização do acervo multimidiático.
- Realizar análise e levantamento de requisitos de softwares visando propor soluções criativas e adequadas para a educação, de maneira a implantar e manter softwares da área de educação.



- Indicar e preparar equipamentos tecnológicos para o planejamento e a realização de aulas presenciais e virtuais, bem como para a realização de teleconferências, atividades laboratoriais com práticas de realidade virtual e eventos educacionais em diversos espaços de ensino e aprendizagem.
- Realizar acompanhamento e indicar manutenções básicas de equipamentos tecnológicos utilizados para mediar e/ou integrar as metodologias de ensino e aprendizagem ao ambiente virtual.

Para a atuação como técnico em Multimeios Didáticos, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados ao manuseio e à manutenção de ferramentas ligadas à infraestrutura tecnológica e ao desenvolvimento de ações educativas em cursos presenciais e a distância.
- Fundamentos e práticas para articulação das tecnologias com as metodologias de ensino e aprendizagem.
- Capacidade de pensar criticamente e de agir em conjunto.
- Habilidade comunicativa.
- Colaboração, auto-organização, mediação de conflitos e solução de problemas.

5.2.3 Perfil específico do Técnico em Alimentação Escolar

O perfil profissional do Técnico em Alimentação Escolar é constituído de conhecimentos, saberes, valores, princípios e habilidades que o credenciam como gestor do espaço educativo de alimentação escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional contribua para a aquisição, construção e desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Organizar e executar fluxos de aquisição e armazenamento de alimentos e insumos.
- Organizar, controlar e executar os processos de higienização de alimentos.
- Preparar, selecionar e conservar alimentos, conforme cardápio escolar e orientações nutricionais.
- Calcular o quantitativo de alimentos para merenda escolar, considerando as porções diárias e a aquisição mensal junto à

gestão da escola.

- Preparar variedades de receitas, considerando as características regionais associadas ao cardápio escolar.
- Organizar e controlar a cozinha escolar para o preparo e o fornecimento da alimentação.
- Utilizar técnicas de higiene e segurança do trabalho desde a aquisição dos alimentos ao descarte de resíduos.
- Realizar o papel de educador alimentar sob supervisão de nutricionista.



Foto de prato de comida tradicional brasileiro. Fonte: Canva.

Para atuação como Técnico em Alimentação Escolar, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados à prática da alimentação escolar, a valores nutricionais dos alimentos, a variações culinárias, a especificidades regionais alimentícias e a porções alimentares.
- Princípios e práticas da organização da cozinha escolar, da conservação, do armazenamento e de manejo de alimentos, de descarte de resíduos, de técnicas de segurança e higiene do trabalho.
- Responsabilidade com a formação de hábitos saudáveis de alimentação e com o cumprimento das legislações vigentes.
- Capacidade de se comunicar assertivamente, de colaborar e mediar conflitos, de solucionar possíveis problemas durante o processo de preparo e fornecimento da merenda escolar.
- Habilidade para lidar com imprevistos, demonstrando estabilidade emocional e foco para solução de problemas dentro dos processos que envolvem a alimentação escolar nas instituições de ensino.

5.2.4 Perfil específico do Técnico em Infraestrutura Escolar

O perfil profissional do Técnico em Infraestrutura Escolar é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como gestor do meio ambiente e da manutenção da infraestrutura escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional contribua para a aquisição, construção e desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Realizar a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações escolares.
- Organizar e conservar espaços físicos.
- Promover a construção de hábitos de preservação e de manutenção do ambiente e do patrimônio escolar.
- Identificar e buscar soluções para problemas de infraestrutura.
- Organizar o espaço escolar.

Para atuação como Técnico em Infraestrutura Escolar, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados aos processos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações prediais escolares.
- Capacidade de organização, conservação e preservação do ambiente e do patrimônio escolar.
- Conhecimentos e habilidades para detectar problemas e solucioná-los nas instalações prediais e de infraestrutura na organização do espaço escolar.
- Habilidade e desenvoltura para o trabalho em equipe e para a gestão de conflitos.
- Habilidade comunicativa.



Saiba Mais

Meio Ambiente e Manutenção de Infraestrutura Escolar ou Infraestrutura Escolar

Existe uma flexibilidade na denominação das habilitações dos cursos técnicos de formação dos funcionários.

A proposta original do Profucionário previa uma habilitação em Meio Ambiente e Infraestrutura Escolar.

Já o Catálogo de Cursos Profissionais de Nível Médio, editado pela Setec/MEC, denominou essa habilitação de Infraestrutura Escolar.



6

**Orientações pedagógicas
do Profuncionário.**



Orientações pedagógicas do Profucionário.

Enfim, chegamos à proposta político-pedagógica do Profucionário, a qual você entende melhor se tiver em mente o contexto da construção histórica da identidade profissional, do direito à profissionalização de funcionárias e funcionários no Brasil e a construção do Profucionário como programa de formação (Unidade 1), a legalização e a normatização do direito à profissionalização (Unidade 2), a modalidade de oferta dos cursos (Unidade 3), a estrutura da oferta (Unidade 4) e os perfis profissionais geral e específicos dos profissionais da educação com formação técnica (Unidade 5).

Nesta unidade, você pode construir uma visão completa, refletir sobre e problematizar o plano de formação profissional do Profucionário, ao estudar e conhecer os princípios orientadores das estratégias pedagógicas e a estrutura curricular de cada curso, além de tomar conhecimento, conversar e refletir sobre os instrumentos e a metodologia de avaliação da sua aprendizagem durante a formação.

É importante que você não conclua os estudos deste Caderno com dúvidas. Por isso, estude esta unidade com muita atenção e não deixe de interagir com colegas e tutores, para colocar perguntas, solicitar esclarecimentos e expor o que entendeu. Enfim, você deve se certificar de que compreendeu bem o porquê, o para que e o como de sua participação no processo. Sim, pois entender e compreender bem a proposta político pedagógica, contribui para que você atue e aja como protagonista da sua própria formação e da reconstrução de sua identidade profissional como profissional da educação, técnico-especialista em uma das funções descritas na Unidade 5.

6.1 Princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profucionário

Imagine que você vai fazer uma viagem de férias durante 15 dias. Vai gastar algumas economias que conseguiu fazer em um ano de trabalho. Se você não sabe aonde vai e que meio de transporte vai usar, não sairá do lugar, não é verdade?

Para tomar essas decisões, você recorre a seus “princípios”: por exemplo, não vai “arriscar” a vida, não vai gastar o que não tem, vai se ausentar do trabalho pelo tempo disponível etc. Princípios são conceitos e valores gerais nos quais você se baseia para tomar decisões, fazer escolhas, agir e atuar.



Refleta

No Profucionário, que é um programa de formação, como você já sabe, nos baseamos em princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, isto é, nos baseamos em conceitos e valores que orientam este plano de formação.

Você pode dizer que os princípios são **filosóficos** porque expressam conceitualmente uma forma de ver o mundo, a sociedade e a educação que defendemos. Pelo olhar filosófico, os princípios dão sentido ao plano de formação. São **políticos** porque expressam um projeto de sociedade que tem na vida pública e nos direitos sociais sua orientação. Por fim, você pode dizer que os princípios são **pedagógicos** porque expressam intencionalidade, sistematização e planejamento formativos.



Princípios do Profucionário. Fonte: Elaboração própria.

Você deve se lembrar do que dissemos, na Unidade 5, que era preciso entender e compreender bem o conceito de competência adotada no Profucionário, para apropriar dos seis princípios que orientam o plano de formação.

Naquela Unidade você notou que, no Profucionário, procuramos valorizar a integralidade humana no trabalho. Integralidade que se apoia no primeiro princípio do Programa, que é o **princípio da indissociabilidade entre teoria e prática**.

No Profucionário, entende-se que teoria e prática não podem ser separadas, uma vez que a teoria ajuda a compreender melhor o que você faz no trabalho, dando-lhe condições para planejar suas tarefas. Assim, chamamos de prática o seu fazer planejado com a ajuda da teoria.

A prática, portanto, só acontece com teoria, mas não necessariamente com base na teoria, pois, a prática também ajuda a compreender melhor a teoria e a desenvolver uma visão crítica sobre ela. Ou seja, na prática, podemos ver se a teoria funciona ou não. Se não funcionar, a prática ajuda a reformular a teoria.

Teoria e prática, portanto, formam uma unidade e, integradas, alimentam críticas uma em relação à outra. É na integração entre teoria e prática, conhecendo e fazendo suas tarefas na escola, criticamente, que você adquirirá, construirá e desenvolverá as competências profissionais.

Tendo entendido o primeiro princípio, você já está em condições de identificar e compreender o segundo princípio, que é o **princípio da co-construção, da colaboração e da cooperação**.

O princípio da co-construção nos orienta a entender que a identidade e as competências são construções coletivas que acontecem por meio de negociações sobre o projeto educativo da escola, na busca pela sua profissionalização como educador ou educadora.

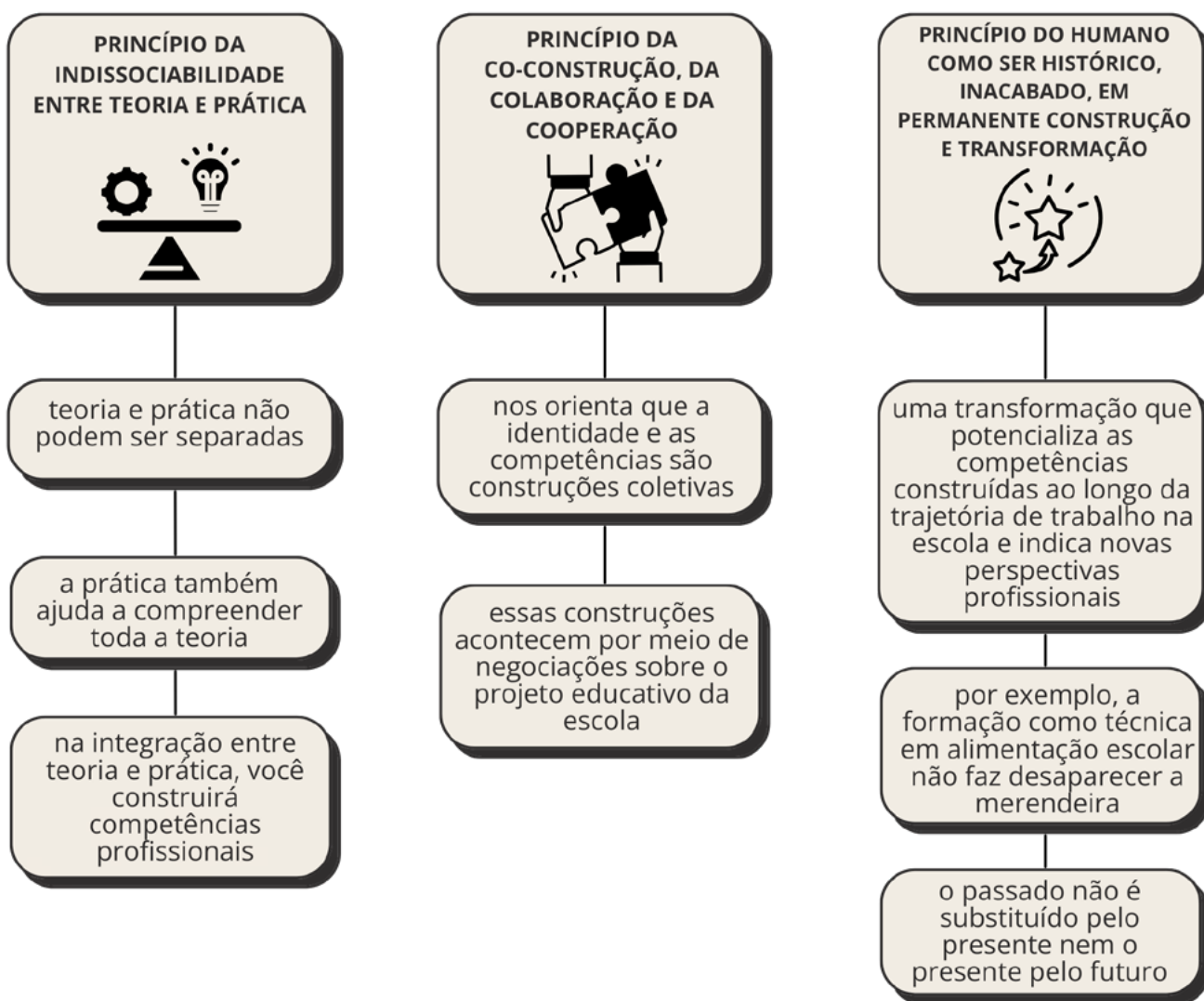
Nessa busca por se fazer profissional da educação, é bom que você conte com as surpresas e o imprevisível da construção permanente e do inacabamento histórico do humano como humano, do profissional como profissional. E este é o terceiro princípio do Profucionário: o **princípio do humano como ser histórico, inacabado, em permanente construção e transformação**.

Por exemplo, a formação como técnica em alimentação escolar não faz desaparecer a merendeira; o passado não é substituído pelo presente nem o presente pelo futuro.



O que acontece é uma transformação que potencializa as competências construídas ao longo da trajetória de trabalho na escola e indica novas perspectivas profissionais que, na realidade, são características de um processo que está sempre em evolução, pois, hoje, as competências da merendeira conservam-se nas da técnica em alimentação escolar e, no futuro, as competências da técnica em alimentação escolar evoluirão em relação às de hoje.

PRINCÍPIOS DO PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO



Princípios do programa Profuncionário. Fonte: Elaboração própria.

Por isso, no Profuncionário, entendemos que não é com uma lista de competências definida de antemão que se determinará a sua profissão.



Refleta

A vivência do funcionário ultrapassa o ambiente escolar. Ele também é profissional da educação nos órgãos das redes e dos sistemas de ensino.

Muito menos se formarão profissionais treinados e qualificados para exercerem as competências desta lista, embora a definição de competências básicas seja importante como referência na busca e no planejamento formativo/transformador aqui proposto. Nesse sentido, para planejar a busca, a construção e o desenvolvimento de competências, é importante que você considere pelo menos dois elementos.

O **primeiro elemento** é o **sujeito protagonista da formação e em formação**: você, funcionário/a-estudante. Você é uma pessoa adulta, em efetivo exercício, com experiência na rotina de suas funções na escola. Você é uma pessoa que sabe um saber que construiu fazendo muitas vezes as mesmas tarefas. Sabe um saber-fazer que exprime competências adquiridas, construídas e desenvolvidas no próprio fazer. Saber-fazer que, na maior parte das vezes, não está acompanhado de teoria, naquele sentido que colocamos a pouco.

Esses aspectos da sua experiência e do seu saber-fazer, que lhes dão uma identidade atual, precisam ser desconstruídos e reconstruídos para que uma nova identidade profissional possa ser criada: a identidade de educador profissional.

A desconstrução e a reconstrução da identidade profissional planejada pelo Profuncionário supõem um quarto princípio, que é o princípio **da construção de competências por meio da problematização, da investigação e da reflexão como práticas profissionais**. Isso quer dizer que acreditamos que você possa desenvolver aquela visão crítica sobre o seu saber-fazer a partir dos conhecimentos adquiridos na formação, de modo a transformar esse saber-fazer em prática, conforme definimos antes.

Da mesma maneira, os conhecimentos dos quais você deve se apropriar com os estudos propostos na formação do Profuncionário devem ser reconstruídos com base nas suas próprias necessidades e nas necessidades da escola em que você trabalha.

É problematizando o saber-fazer que você possui hoje, e as práticas escolares rotineiras que você poderá sentir e perceber os conhecimentos de que precisa para compreender e fazer de outro jeito (e, talvez, com outras intenções) o que faz todos os dias.

Problematizar significa:

- confrontar os conhecimentos, os valores já incorporados ao fazer cotidiano com base em concepções, visões, teorias, propostas e paradigmas trazidos pelos cursos de formação profissional;
- estranhar e questionar o que parece óbvio, a rotina, aquilo que é tido como dado e acabado e não poderia ser mudado;
- abrir-se a alternativas teórico-práticas, que contribuem para conduzir situações complexas e lidar com inventos e inovações;
- interpretar e distinguir as informações, conhecimentos, atitudes e concepções disponíveis nos mais variados veículos tecnológicos e na própria prática cotidiana na escola;
- saber fazer escolhas; e
- indignar-se com situações de injustiças e desigualdades sociais.

Enfim, problematizar significa experimentar, fazer e pensar de maneira diferente do que você está acostumado a fazer e pensar.

A formação do Profuncionário caracteriza-se, portanto, como processo de desconstrução e reconstrução de você mesmo no trabalho e na vida, por meio de atividades teórico-práticas. Trata-se de um processo de autoformação.

Com isso você encontrou um quinto princípio do plano de formação do Programa: o **da formação como autoformação ou transformação de si mesmo por si mesmo, mediada pelo conhecimento teórico-prático sobre a escola e sobre a profissão.**

O **segundo elemento** a ser considerado, quando planejamos a busca por competências, diz respeito à identidade profissional ensejada pelo Profuncionário, que não se reduz apenas às competências técnicas para as profissões previstas, mas, também, ao perfil humano, cidadão e gestor que cada profissional da educação precisa adquirir, como já esclarecemos na Unidade 5.

Esse segundo elemento remete a um sexto princípio: o **da transversalidade temática**. Este princípio diz que você, ser humano, co-gestor da escola, cidadão e profissional da educação deve compreender claramente as competências de que precisa, para agir profissionalmente.



Refleta

São esses os elementos que constituem as competências?

Sujeito da formação e em formação e identidade profissional. Releia!

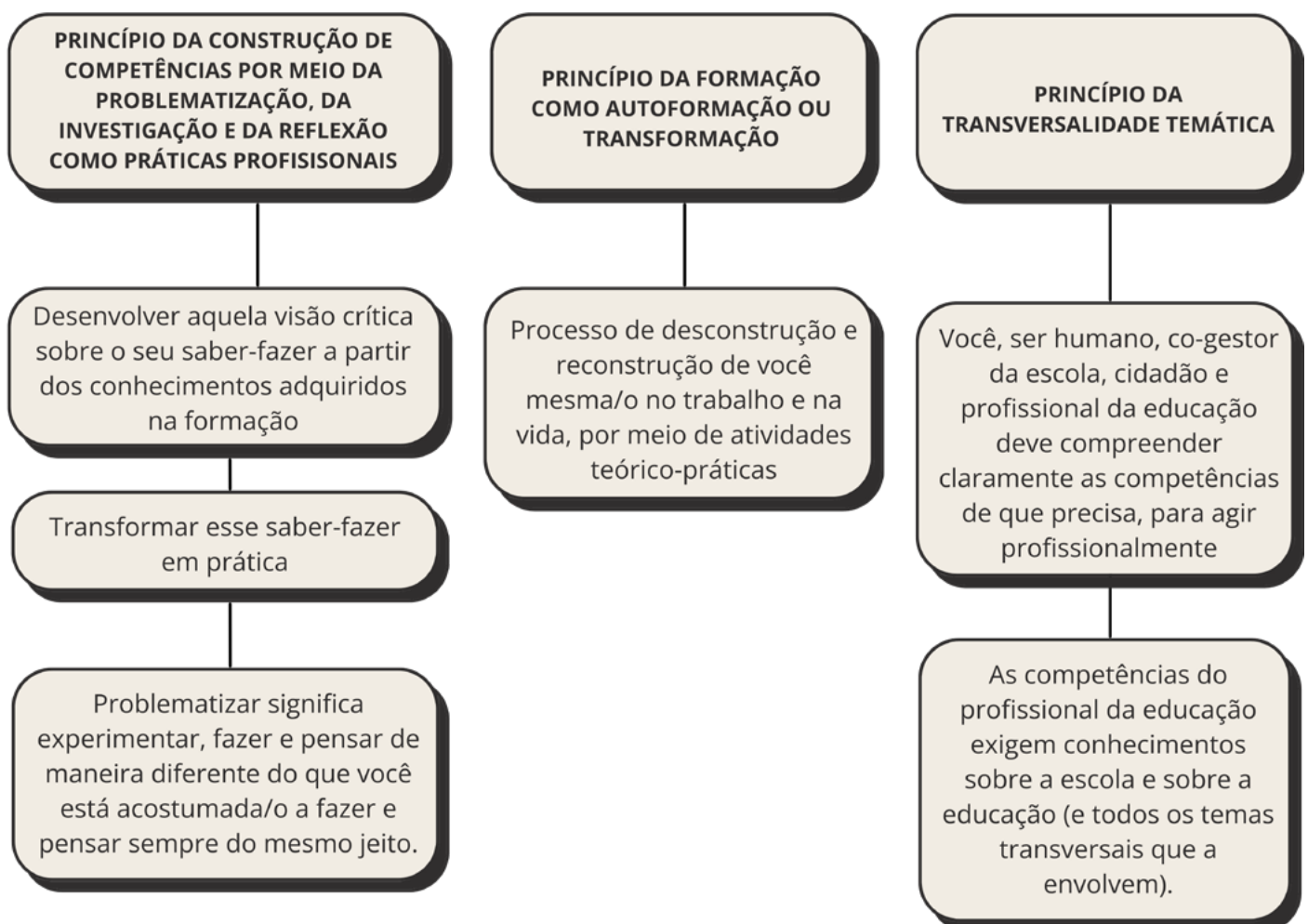


Atenção

Por exemplo, no Profucionário entendemos que as competências do profissional da educação exigem conhecimentos sobre a escola e sobre a educação. Contudo, para você conhecer o todo da escola, deve problematizar e refletir sobre a sua função social, sobre suas funções comunitárias, sobre o seu projeto educativo e pedagógico, sobre a produção de culturas e de identidades que a escola inspira, sobre a formação da cidadania, sobre a participação, sobre questões climáticas, sobre as condições de infraestrutura do próprio prédio, entre muitos outros elementos que formam esse todo.

Esses temas todos se atravessam uns aos outros (são transversais) no estudo da escola e exigem conhecimentos teórico-práticos, tal como você verá na estrutura curricular do Profucionário, que lhe apresentamos a seguir.

PRINCÍPIOS DO PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO



Princípios do programa Profucionário. Fonte: Elaboração própria.



Pratique

Faça uma entrevista com dois ou três colegas funcionários que já concluíram algum curso do Profucionário ou o estejam frequentando, buscando traduzir COMO o curso contribuiu ou contribui para praticar algum dos seis princípios listados neste capítulo e apresente os resultados desta entrevista aos colegas.

6.2. Estrutura curricular

O que é essa tal estrutura curricular, você deve estar se perguntando, agora que já começa a desenvolver a competência de problematizar?

Simplificadamente, você pode dizer que a estrutura curricular define os conteúdos da formação e as relações entre os mesmos. Os conteúdos, por sua vez, englobam princípios, conhecimentos teórico-práticos, valores, atitudes e habilidades que contribuem à sua autoformação e à construção da identidade profissional de educador/a, que você está buscando.

Nos cursos do Profucionário, para estruturar o currículo levamos em conta aquela articulação entre diversas diretrizes curriculares que você estudou na Unidade 2. E, como você viu na Unidade 1, o ponto de partida foram as experiências de formação profissional de funcionário/as da educação que antecederam o Programa. Mas, sobretudo, esta estrutura se baseia nos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos definidos na seção anterior.

Esses princípios e a modalidade de educação pela qual os cursos do Profucionário são ofertados fazem com que o currículo se diferencie das experiências de formação anteriores. Veja: em primeiro lugar, a oferta dos cursos do Profucionário é feita na modalidade a distância, mas com os pressupostos da aprendizagem combinada, que você estudou na Unidade 3.



Saiba Mais

A estrutura curricular está organizada em três núcleos que se cruzam. São eles:

Formação Pedagógica
Técnica Geral

Formação Pedagógica
Específica

Prática Profissional
Supervisionada

Em segundo lugar, o currículo do Programa não é disciplinar, mas transdisciplinar. Por ser transdisciplinar, o currículo é composto por componentes curriculares que abordam temas transversais que possibilitam, aos educadores em formação, enxergar a escola no seu todo e nas relações com o sistema educacional e com a sociedade em geral. Em terceiro lugar, os temas que os componentes curriculares problematizam junto a você levam em conta três núcleos de formação que se articulam: Núcleo da Formação Pedagógica, Núcleo da Formação Técnica Geral e Específica e Núcleo da Prática Profissional Supervisionada (PPS).

Para que você entenda bem a estrutura curricular, considere que o Núcleo da Formação Pedagógica é aquele que oferece as condições teórico-práticas para a (re)construção da identidade coletiva de funcionárias e funcionários como pertencentes à categoria de profissionais da educação.

O Núcleo da Formação Técnica Específica oferece as condições teórico-práticas para a construção da identidade que diferencia cada uma das profissões que compõem a categoria dos funcionários: profissionais da educação que atuam na secretaria escolar; profissionais da educação que atuam nos multimeios didáticos; profissionais da educação que atuam na alimentação escolar; profissionais da educação que atuam na infraestrutura escolar.

O Núcleo da Prática Profissional Supervisionada, por sua vez, é aquele que articula as funções específicas de cada profissão (Núcleo da Formação Específica) com o sentido da escola e da educação escolar (Núcleo da Formação Pedagógica) dessas funções, que deveria estar contemplado nos PPP das escolas.

Como o Profucionário é um programa de formação de abrangência nacional, os três núcleos que estruturam o currículo são complementados com uma Parte Diversificada, que as instituições ofertantes têm autonomia para elaborar, levando em conta a realidade estadual e municipal.

A articulação dos núcleos é sustentada pelos princípios apresentados antes (**indissociabilidade** entre teoria e prática, construção coletiva de competências e conhecimentos por meio de problematização, investigação e reflexão sobre vivência e transversalidade temática), os quais garantem que os temas transitem de um núcleo para outro tendo em vista as competências



Vocabulário

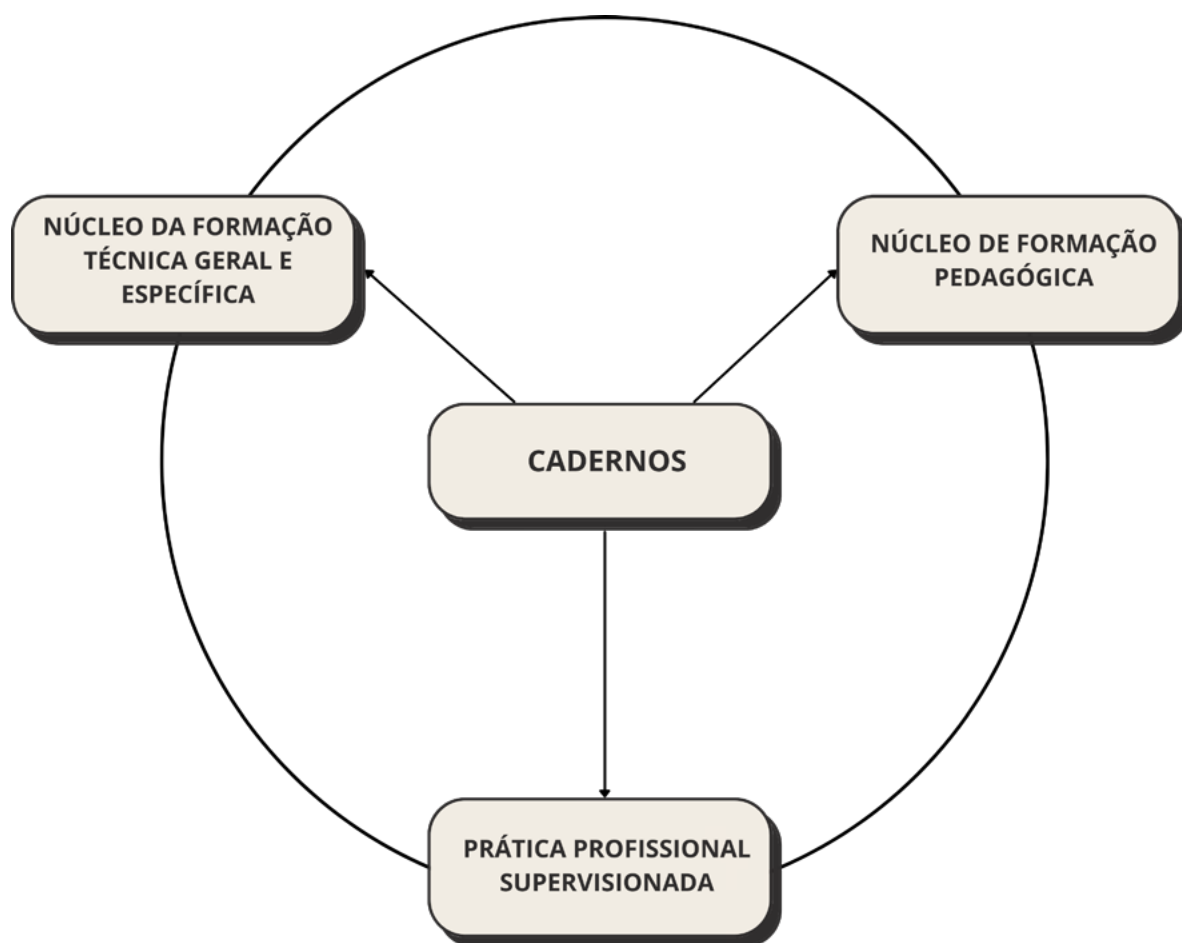
Indissociabilidade

- Característica ou particularidade do que é indissociável, inseparável; que não se dissocia; que não pode ser separado nem desunido

que você, funcionário/a-estudante, deve desenvolver para fazer esta articulação durante os estudos de cada Caderno, especialmente, a competência para transformar o saber-fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas, na escola e na sociedade.

Nenhum dos núcleos mencionados é mais importante do que o outro, uma vez que a identidade profissional a ser (re)construída com a formação exige conhecimentos específicos da sua função e conhecimentos sobre a escola e a educação escolar. E como você pode ver na figura a seguir, o ponto onde os três núcleos se encontram formam um nó: o nó da identidade profissional.

Esse nó são os temas contidos nos Cadernos de estudos, por meio dos quais você poderá se apropriar de saberes historicamente construídos com os quais será levado a experimentar e a pensar de outro jeito as suas funções e tarefas na escola, conforme o princípio de que teoria e prática não podem ser separadas.



Cruzamento dos núcleos de formação. Fonte: Elaboração própria.

Se os Cadernos são, materialmente, os articuladores da formação como um todo, você tem de saber como eles foram elaborados, não acha?

Pois bem, os Cadernos do Profucionário têm como base textos escritos numa perspectiva dialógica, voltados prioritariamente ao funcionário-estudante, buscando oferecer-lhe informações e conhecimentos que o levem a compreender temas e problemas fundamentais para a escola e para a educação escolar, bem como concernente às relações entre escola, comunidade, sociedade e Estado.

Além do texto escrito, os Cadernos contêm ilustrações, para ampliar as possibilidades de compreensão e problematização dos conteúdos.

Cada Caderno está dividido em unidades que destacam para a reflexão temas e conhecimentos teórico-práticos específicos a serem estudados por meio de atividades de investigação, de reflexão e/ou de experimentação teórico-prática, além de oferecer a você sugestões de atividades complementares, tais como assistir e debater filmes, ler textos mais que aprofundam os temas e consultar páginas eletrônicas e outros formatos de acesso ao conhecimento disponíveis atualmente.

Observando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profucionário, você verá que todos os Cadernos seguem um desenho educativo, expresso por uma iconografia, cujos significados você pode consultar, a qualquer momento, nas páginas iniciais de cada Caderno.



No Profucionário, cada Caderno tem seu conteúdo específico. Com esses conteúdos as autoras e os autores procuram problematizar temas, oferecer conhecimentos sobre esses temas, orientar a sua leitura e propor atividades teórico-práticas. **Ou seja, você deve fazer a leitura dos Cadernos disposto a questionar e a investigar, a analisar e a refletir sobre o que você faz na escola, tanto para compreender os conhecimentos estudados como para criar outras formas de fazer suas tarefas na escola.**

Cada um dos Cadernos tem começo, meio e fim, isto é, os conteúdos de cada um não pressupõem o estudo dos Cadernos precedentes para serem estudados, ainda que, algumas vezes, os conteúdos de alguns Cadernos pressuponham os conteúdos de outros Cadernos.

Cada um dos cursos do Profucionário é composto por dezenove Cadernos: nove de Formação Pedagógica e dez de Formação Técnica.

Quase todos os Cadernos contêm conteúdos que equivalem a 60 horas de estudos, com exceção de Fundamentos e Práticas em EaD e Orientações para a PPS, ambos elaborados para 30h de estudos.

Agora que você já entendeu a estrutura curricular, a estrutura dos Cadernos temáticos e a composição da carga horária da formação, veja os conteúdos a serem estudados em cada um dos núcleos de formação e como uns se relacionam com os outros.

6.2.1 Núcleo da Prática Profissional Supervisionada (PPS)

A PPS é concebida no Profucionário como o momento em que você deverá redefinir seu trabalho na escola, transformando tarefas rotineiras em práticas educativas **intencionais**. Essas atividades têm por objetivo problematizar a rotina, para que você possa criar outras possibilidades de realizá-la, tendo em conta as relações entre conhecimentos teórico-práticos que está estudando em cada Caderno e as necessidades educativas da escola, com as quais você pode contribuir no cumprimento de suas funções.

Você deve planejar atividades da PPS junto com o tutor que o acompanha, sendo ela ou ele responsável por supervisionar e orientar a execução das atividades por meio do diálogo.

No planejamento vocês podem aproveitar as sugestões de atividades que os Cadernos oferecem por meio de Práticas, adaptando-as ou não à realidade de trabalho, bem como podem criar outras atividades.

As atividades da PPS podem ser desenvolvidas na escola ou no órgão de educação onde você trabalha ou em outra instituição apropriada.



Vocabulário

Intencionais - Práticas educativas intencionais são ações de trabalho planejadas com o objetivo de educar.



Atenção



Refleta

Qual o valor de vivenciar suas atividades rotineiras como prática educativa intencional?



Refleta

Ao elaborarem o plano da PPS observem, com atenção, as condições situacionais em que você vai realizar a atividade.

Vale à pena você saber, também, que a PPS é um modo de Estágio Supervisionado, conforme define a Lei do Estágio, ou seja, é um ato pedagógico curricular sujeito a acompanhamento, controle e avaliação, que supõe registros e relatórios de atividades e **interação presencial entre o educador (tutor) e o educando (funcionário/a-estudante)**.

A PPS deve ser cumprida e avaliada por meio de um processo contínuo, não fragmentado pelos estudos dos Cadernos, mas ordenado pela sua sequência, como detalharemos adiante, na seção que orienta o processo de avaliação e no Caderno de Orientações sobre a PPS.

6.2.2 Núcleo da Formação Pedagógica

Você deve ter entendido que o fundamental no Núcleo da PPS são as atividades em que você vai fazer as suas tarefas rotineiras com base em conhecimentos teórico-práticos sugeridos nos Cadernos, com o objetivo de mudar a qualidade dessas tarefas. Mudar a qualidade no sentido de fazer bem feitas as tarefas e inseri-las no processo educativo da escola.

Você deve estar se perguntando, com aquele espírito problematizador em desenvolvimento: que conhecimentos teórico-práticos são esses que vão me ajudar a contribuir no processo educativo da escola?

São os conhecimentos do Núcleo de Formação Pedagógica, por meio dos quais você vai poder compreender a escola e a educação escolar no seu todo.

Assim, reafirmamos que esse Núcleo é a base da sua formação e da (re)construção de sua identidade profissional como educador/a profissional ou profissional da educação.



Pratique

Formule um pequeno roteiro com cerca de 3 perguntas e entreviste 2 ou 3 professores, para saber o que eles pensam sobre a formação pedagógica como fundamento da identidade dos profissionais da educação.

Sugestões de perguntas:

- 1) O educador docente precisa ter formação pedagógica?
- 2) O que você entende por formação pedagógica?
- 3) Qual a sua opinião sobre a formação pedagógica como fundamento da identidade dos profissionais da educação?

A formação pedagógica, no Profucionário, começa por três componentes curriculares que são fundamentais para você se situar e permanecer no curso até a formatura:

Componentes curriculares da formação pedagógica

- Orientações Gerais (este Caderno que você está estudando agora), que explica os princípios e concepções do Programa;
- Fundamentos e Práticas em EaD, que explica a modalidade de oferta, e
- Orientações sobre a PPS, que traduz o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática.

Depois destes três, vêm outros seis componentes curriculares que procuram afirmar a identidade dos profissionais no contexto dos elementos constituintes da escola e dos sistemas de ensino. Tais componentes problematizam temas desde pontos de vistas históricos, filosóficos, **antropológicos**, psicológicos e sociológicos da educação e pela abordagem da gestão educacional.

Desse modo, a escola, no Profucionário, é significada e compreendida por múltiplas perspectivas, conforme o foco dos olhares teóricos em cada componente curricular. Em alguns a escola é uma instituição educativa, em outros é espaço de trabalho, agência educativa, espaço de produção e reprodução cultural, espaço de interação e controle social, instituição social, local de vacinação e votação, aparelho de Estado ou espaço de resistência, para citar alguns exemplos.



Vocabulário

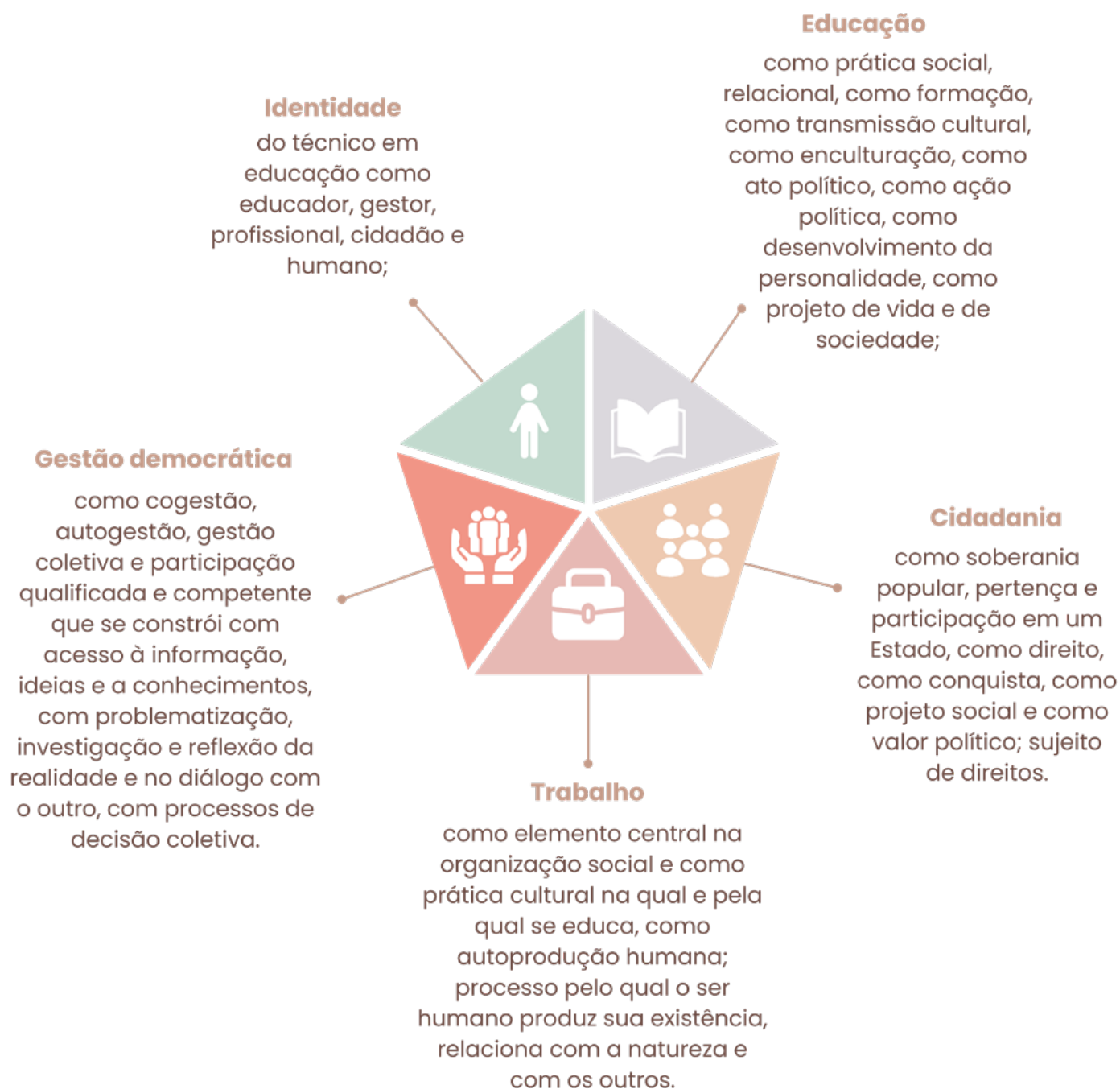
Antropológico - Relativo à antropologia, à ciência que estuda a espécie humana, tendo em conta a sua origem, desenvolvimento (físico, social, cultural), modo de agir, peculiaridades raciais, costumes, crenças etc"

Entendemos que essa variedade de significados atribuídos à escola pode permitir a você perceber que a escola não é apenas um prédio que acolhe determinadas pessoas que ali permanecem algumas horas do dia, pois cada escola tem uma história, assim como o tem a instituição escolar de modo geral. Uma história que se entrelaça com a história do país, do estado, do município, das comunidades locais, das pessoas. Uma história se entrelaça com a sua própria história e que, embora seja uma história singular, não está separada do mundo globalizado.

No Núcleo da Formação Pedagógica trazemos a você, portanto, o desafio de ampliar a sua visão sobre a escola, tentando deslocar e multiplicar os seus olhares, para que você repense e reoriente o modo de fazer suas tarefas bem como reoriente as relações que estabelece na e com a própria escola.

Os temas fundamentais que atravessam o estudo da escola e da educação escolar, nos Cadernos, são estudados à luz das ciências e da filosofia da educação, na perspectiva de contextualizá-los na escola e de contextualizar a escola em relação a eles. São os seguintes temas:

- Identidade;
- Educação;
- Cidadania;
- Trabalho; e
- Gestão democrática.



Temas fundamentais sobre escola e educação escolar. Fonte: Elaboração própria.

Os nove componentes curriculares pedagógicos são os seguintes:

- **COMPONENTE CURRICULAR A** - Orientações Gerais do Profucionário
- **COMPONENTE CURRICULAR B** - Fundamentos e Práticas de EaD
- **COMPONENTE CURRICULAR C** - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada
- **COMPONENTE CURRICULAR 1** - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores
- **COMPONENTE CURRICULAR 2** - Educadores e Educandos: tempos históricos
- **COMPONENTE CURRICULAR 3** - Homem, pensamento e cultura: abordagens filosófica e antropológica
- **COMPONENTE CURRICULAR 4** - Relações interpessoais: abordagem psicológica
- **COMPONENTE CURRICULAR 5** - Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação
- **COMPONENTE CURRICULAR 6** - Gestão da Educação Escolar



Atenção

Recomendamos que os Cadernos do Núcleo de Formação Pedagógica sejam estudados um por vez, durante um mês ou com duração dos estudos adequada à carga horária e às circunstâncias do calendário institucional, na sequência sugerida acima.

6.2.3 Núcleo de Formação Técnica Geral e Específica

Como você já pôde notar pelo que estudou neste Caderno, no Profucionário procuramos criar condições para que você desconstrua sua identidade profissional "tradicional" (porteiro/a, zelador/a, merendeiro/a, servente) e a reconstrua como educador profissional (técnico em infraestrutura escolar, técnico em alimentação escolar, técnico em multimeios didáticos, técnico em secretaria escolar), cuja especificidade exige competências como educador/a, como gestor/a de espaços escolares e da escola como um todo, tanto quanto exige competências como cidadão, sem se descuidar da humanização que a formação profissional deve promover.



Refleta

O que significa formar o técnico em educação como educador, com uso educativo de outros conhecimentos, além dos conhecimentos pertinentes à escola e à educação?

A formação profissional, nos diferentes cursos do Profucionário, está relacionada com o conhecer e com o fazer outra escola e outra educação escolar. Esse objetivo exige mais do que conhecimentos científicos e filosóficos sobre a educação. Isso porque a escola é composta por diferentes espaços que devem ser pensados do ponto de vista educativo e pedagógico. No refeitório, no pátio, na secretaria, no laboratório, no transporte, entre outros espaços, alunas e alunos também são educados.

Isso significa que você não pode ser formado educador apenas com conhecimentos sobre a escola e a educação, pois precisa saber fazer uso educativo-pedagógico de outros conhecimentos exigidos pela sua função na escola.

Esses conhecimentos relativos às suas funções compõem o Núcleo de Formação Técnica Específica, que procura oferecer-lhe conhecimentos teórico-práticos, técnicos e tecnológicos para você exercer sua função na escola na sua especificidade de educador.

Neste Núcleo os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profucionário (indissociabilidade entre teoria e prática, transversalidade temática, construção coletiva, construção de competências e conhecimentos pela problematização, investigação e reflexão sobre a realidade do trabalho, gestão democrática) continuam a ser levados em conta.

O que isso quer dizer? Quer dizer que os componentes curriculares que constituem o Núcleo de Formação Técnica Específica continuam a problematizar a escola e a educação escolar.

Você deve compreender que, para planejar suas atividades com sentido educativo, os componentes curriculares e seus Cadernos não são simples manuais que orientam, passo a passo, como aplicar uma técnica ou como usar uma tecnologia, muito embora façam isso, também.

Os componentes curriculares do Núcleo de Formação Técnica Específica procuram criar condições para que você possa refletir sobre o sentido pedagógico, histórico, social, político e cultural desses conhecimentos em processos educativos. Há um esforço, portanto, para que você possa se apropriar dos conteúdos dos Cadernos como profissional que busca construir sentido educativo à sua rotina de trabalho na escola.

Os conteúdos deste Núcleo continuam a problematizar a escola complementando aqueles temas da Formação Pedagógica (identidade, educação, cidadania, trabalho e gestão), com outros temas, tais como gestão democrática e participação na formação em secretaria escolar; as mídias, linguagens e tecnologias na formação em multimeios didáticos; alimentação saudável, nutritiva e sustentável na formação em alimentação escolar; meio ambiente e manutenção técnica dos espaços e equipamentos na formação em infraestrutura escolar.

No Núcleo de Formação Técnica Específica, portanto, a ênfase não é dada pelas ciências e filosofia da educação, mas por outros conhecimentos teórico-práticos específicos que envolvem nutrição, biologia, química, comunicação, administração, ciências contábeis, arquitetura, engenharia, ecologia, informática, direito, entre outros.

Com esses conhecimentos específicos, você poderá distinguir as especificidades da gestão de espaços educativos diferentes na escola, o que é muito importante para a construção da identidade de educador na escola, porém, educador que educa de maneira diferente de professores.

O Núcleo da Formação Técnica Geral e Específica é composto por dez componentes curriculares, equivalentes a 600h de estudos. Três deles são equivalentes a 180h: Informática Básica, de Produção Textual na Educação Escolar e de Direito Administrativo e do Trabalho, que abordam conhecimentos teórico-práticos sobre temas importantes tanto para a atuação profissional como para a sequência de estudos no Profuncionário. Esses três componentes são comuns aos quatro cursos do Profuncionário e podem ser estudados ao mesmo tempo que você estuda os componentes curriculares do Núcleo de Formação Pedagógica, se for uma estratégia pedagógica definida pela instituição ofertante.

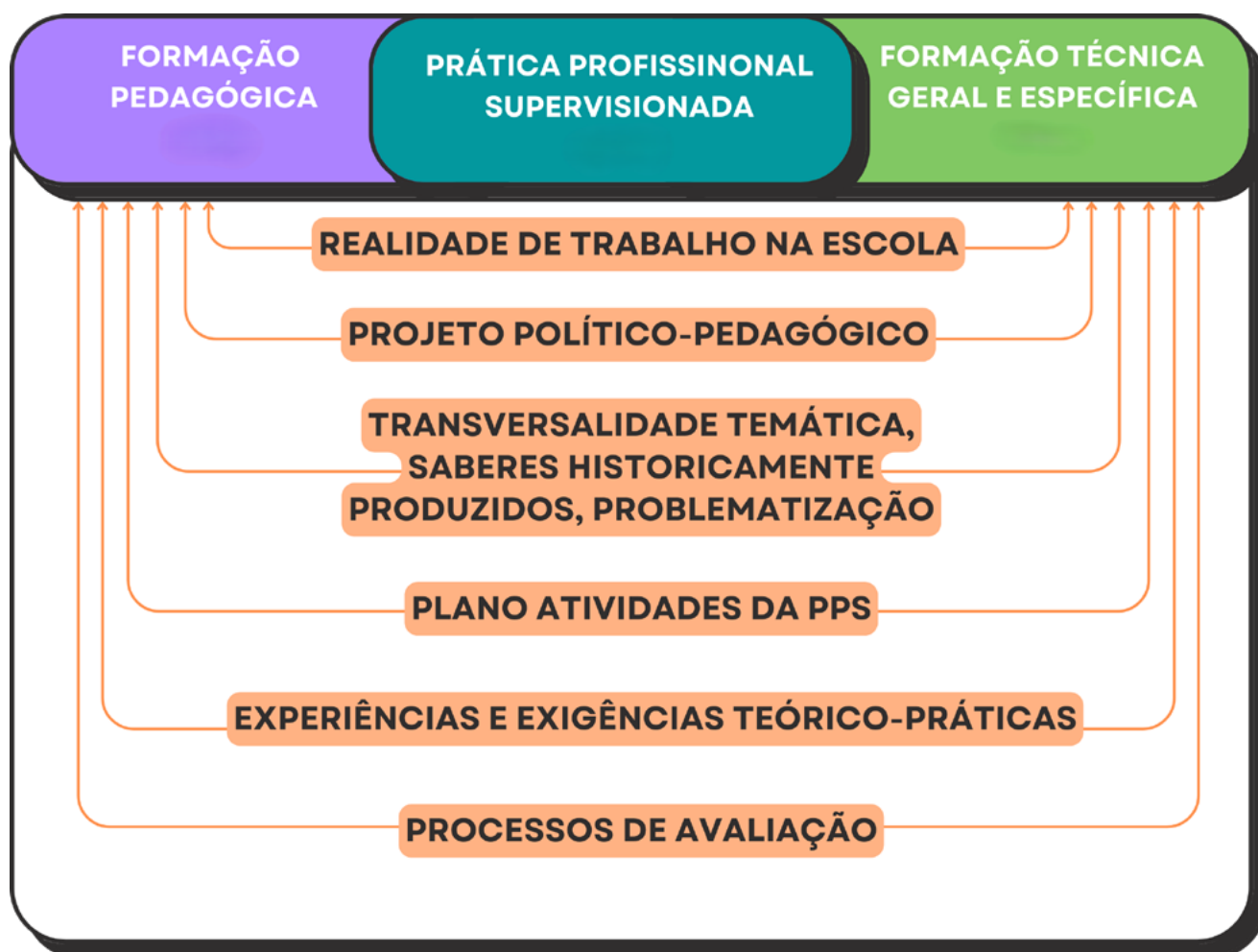
O Núcleo de Formação Técnica Específica dos cursos do Profuncionário, assim, é composto por sete componentes curriculares que equivalem a 420 horas.

A carga horária total de cada curso, somando os componentes curriculares dos três Núcleos de Formação, que equivale a 1.380h, pode ser modificada pelas instituições ofertantes, desde que os componentes curriculares somem o mínimo de 1.200h exigidas pelo Eixo de Desenvolvimento Educacional no Catálogo de Cursos Técnicos da Setec/MEC e sejam completadas com 180h da PPS.



Porém, é preciso notar que:

- a)** a autonomia na organização dos cursos vale para as instituições a) em suas ofertas presenciais e não no Profuncionário, cujo material didático se articula com os quadros curriculares propostos a seguir; e
- b)** como os Núcleos da estrutura curricular dos cursos do Profuncionário são flexíveis, podem ser reorganizados em formas circulares, com trânsito intenso entre eles, conforme figura a seguir:



Esquema das relações entre os núcleos na constituição do currículo. Fonte: Elaboração própria.

6.2.4 Parte Diversificada

Entre 2006 e 2011, foi diagnosticada a necessidade de incluir, no currículo do Profuncionário, conhecimentos teórico-práticos que não estavam contemplados pela oferta nacional. Conhecimentos importantes sobre a cultura de maneira geral e sobre a organização política e legal da educação escolar municipal e regional. Esse diagnóstico, aliado às mudanças normativas promovidas pela Resolução CNE/CEB n.º 6/2012, nos levou à introdução desta Parte Diversificada na estrutura curricular do Programa, com a condição de que fossem adicionadas 120h, no mínimo (não há impedimentos de que essa carga horária seja ampliada), em componentes curriculares de livre escolha da instituição ofertante - seja um IF, seja uma escola estadual credenciada.

A Parte Diversificada do currículo pode incluir componentes curriculares tanto no Núcleo de Formação Pedagógica como no Núcleo de Formação Técnica Específica, conforme a realidade municipal ou estadual e a proposta de formação das instituições ofertantes.

A título de sugestão, elencamos algumas possibilidades ligadas a temáticas sociais atuais e ao Núcleo de Formação Pedagógica:

- Educação e Diferenças;
- Educação, Cultura e História Afrobrasileira;
- Ética e Escola;
- Arte e experiência estética na comunidade;
- Escola e contexto local e regional;
- Conselhos na área da Educação;
- Ética e Política;
- Educação financeira e Tributária; e
- Legislação educacional local e regional.

Evidentemente, as autoridades e os colegiados do Profuncionário poderão propor que as 120h, ou mais, da Parte Diversificada seja destinadas a ampliar e/ou aprofundar as competências técnicas específicas, por exemplo:

- Primeiros socorros;
- Transporte Escolar;
- Monitoria de Jornada Integral;
- Laboratórios Especializados;
- Puericultura;
- Gestão de Planos de Educação;
- Diagnóstico em Políticas Educacionais;
- Introdução à Arquivística;
- Legislação Estadual sobre a educação; e
- Normas do Sistema de Ensino.

Um elemento que valoriza a inserção da Parte Diversificada no currículo dos cursos do Profucionário é o estímulo à prática da gestão democrática, por meio de projetos coletivos próprios da escola e projetos com a comunidade local. Sabemos que esse é um desafio à modalidade de Educação a Distância, mas, você não pode se esquecer que, na concepção do Profucionário pressupomos a aprendizagem combinada, isto é, pressupomos a integração entre recursos para aprender a distância e atividades presenciais, que chamamos de "encontros presenciais".

A carga horária estipulada para esses encontros equivale a 25% da carga horária dos cursos, pois tais encontros propiciam aprendizagem e deliberações coletivas nas turmas, em colegiados de curso e de polo.

Estamos certos de que, com base na concepção e na estrutura curricular descritas nas seções anteriores, você encontrará condições para (re)construir sua identidade profissional, adquirindo, construindo e desenvolvendo as competências listadas na Unidade 5 e outras de que você sentir necessidade, com base nos estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir, conforme o curso ao qual você está vinculado:

A carga horária dos cursos técnicos ofertados no âmbito do Programa Profucionário é estruturada de forma a garantir uma formação integral e articulada entre as dimensões pedagógica e técnica. A título de sugestão, a carga horária total pode ser distribuída entre três núcleos de conteúdos: o Núcleo de Formação Pedagógica (40%); o Núcleo de Formação Técnica Geral (15%); e o Núcleo de Formação Técnica Específica (45%).

Adicionalmente, prevê-se a Prática Profissional Supervisionada, com carga horária acrescida à carga horária do curso, permitindo ao estudante aplicar os conhecimentos adquiridos em contextos reais de trabalho, promovendo a articulação entre teoria e prática.

Ressalta-se que os sistemas de ensino poderão adequar a carga horária dos componentes curriculares, desde que respeitada a carga horária total do curso, assim como o perfil profissional de conclusão apresentado no CNCT, a fim de atender às realidades e às necessidades regionais.



Estudantes adultos em uma biblioteca. Fonte: Freepik.

Quadro 1 - Quadro geral dos componentes curriculares conforme formação específica

PRÁTICA PROFISSIONAL SUPER- VISIONADA - PPS	COMPONENTES CURRICULARES NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA			
	Introdutórios			
	A - Orientações Gerais			
	B - Fundamentos e Práticas em EaD			
	C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada			
	Formação Pedagógica			
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores			
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos			
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica			
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica			
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação			
	6 – Gestão da Educação e das Instituições de Educação Básica			
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL			
	7 – Informática Básica			
	8 – Produção Textual na Educação Escolar			
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho			
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA			
	CURSO TÉCNICO SECRETARIA ESCOLAR	CURSO TÉCNICO MULTIMEIOS DIDÁTICOS	CURSO TÉCNICO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	CURSO TÉCNICO INFRAESTRUTURA ESCOLAR

PRÁTICA PROFISSIONAL SUPER- VISIONADA - PPS	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA			
	CURSO TÉCNICO SECRETARIA ESCOLAR	CURSO TÉCNICO MULTIMEIOS DIDÁTICOS	CURSO TÉCNICO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	CURSO TÉCNICO INFRAESTRUTURA ESCOLAR
	10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas 11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola 12 – Legislação Escolar 13 – Técnicas de Redação e Arquivo 14 – Contabilidade na Escola 15 – Administração de Materiais 16 – Estatística Aplicada à Educação	10 – Teorias da Comunicação 11 – Audiovisuais 12 – Biblioteca Escolar 13 – Oficinas Culturais 14 – Laboratórios 15 – Informática Aplicada à Educação 16 – Informática Aplicada às Artes	10 – Alimentação e nutrição no Brasil 11 – Alimentação Saudável e Sustentável 12 – Políticas de Alimentação Escolar 13 – Produção e Industrialização de Alimentos 14 – Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas 15 – Organização e Operação de Cozinhas 16 – Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar	10 – Teorias do Espaço Educativo 11 – Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação 12 – Técnicas de Construção 13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários 14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos 15 – Equipamentos e Materiais Didáticos 16 – Segurança na Sociedade e nas Escolas
	PARTE DIVERSIFICADA (complementar aos Núcleos)			

6.3. Processo de avaliação

Avaliar é um desafio político, social e cultural. Um desafio pedagógico, sobretudo! Se você, de fato, busca ser um profissional da educação, precisa ter sempre esse desafio em mente, pois avaliar sempre colocará você em relação com outras pessoas e consigo mesmo em um processo coletivo.

Por um lado, avaliar pode significar reconhecer e identificar diferenças, desigualdades, diversidades entre grupos étnicos, entre gêneros, entre gerações, entre classes sociais, entre ritmos de vida e modos de viver.

Avaliar pode significar, por outro lado, discriminar, selecionar, mapear, controlar, hierarquizar grupos étnicos, gêneros, gerações, classes sociais, ritmos de vida e modos de viver.



Refleta

Avaliar pode significar, ainda, um momento de manifestação cultural, de crenças, de valores, de identidades, de visões do mundo e de educação, de balanço coletivo e pessoal.



Atenção

No Profucionário, você deve ficar atento/a ao seguinte: avaliar significa dizer que os procedimentos, os materiais, as relações, os processos de aprendizagem, as experiências vivenciadas, individual e coletivamente, a interação social, as dificuldades, as conquistas, os desafios assumidos e as gotas de esperanças construídas devem ser valorizados. Não para julgar alguém ou algum grupo, mas para poder ser e fazer diferente.

A avaliação deve acontecer continuamente ao longo do processo de formação que aproxima os sujeitos envolvidos no Profucionário, orientados pelo objetivo de reconstruir a identidade profissional de funcionárias e funcionários como profissionais da educação.

Agora, quando você pensa em avaliação da sua aprendizagem, especificamente, deve entender que estamos propondo um processo contínuo ao longo do estudo de cada componente curricular e ao longo de toda a formação. A avaliação deve ser feita com base em reflexão dialógica e participativa entre o tutor e o funcionário/a-estudante, que devem considerar as relações entre os conhecimentos teórico-práticos, a realidade escolar e da

educação, local e estadual, e as funções de trabalho, além das relações com as experiências de vida e as condições materiais e políticas que os funcionários/as-estudantes dispõem, para frequentar os cursos.

Por isso, o registro de todas as atividades de estudos (sejam relatos, descrições ou narrativas, sejam questionamentos, dúvidas, discordâncias, sugestões, sentimentos e propostas) devem ser cuidadosamente feitos, pois expressa, para você mesmo, a maneira como se apropriou e/ou construiu conhecimentos, valores, habilidades, além de permitir ao tutor ou à tutora encaminhá-lo para novos desafios e para outras formas de participação na escola e na sociedade.

Concebemos o Profuncionário de tal forma que o percurso formativo de cada funcionário/a-estudante, a partir de sua experiência na escola e no sistema educacional, leve-o, gradativamente, a se familiarizar com outros conhecimentos, valores e habilidades que passam a constituir sua nova identidade profissional.

Neste sentido, **priorizamos a avaliação participativa e dialógica**, realizada ao longo de cada um dos componentes curriculares, nos encontros presenciais e na PPS, que são momentos constitutivos de um mesmo processo.

O processo de avaliação é um momento do processo de formação (ele deve contribuir para a aprendizagem, mas não para julgar o aprendente) e tem objetivo **emancipatório**: deve contribuir para que os sujeitos envolvidos se tornem capazes de se autoavaliar (avaliar-se com autonomia) em relação ao processo de que participam como protagonistas.

O processo de avaliação é feito por meio de um Memorial, de sua própria autoria, que será comentado e problematizado pelo tutor.

Você deve entender o Memorial como documento/instrumento para registro das reflexões e do sentido que você atribui às suas vivências e experiências, bem como para registrar suas dúvidas, descrever observações e experimentações provocadas pelo processo formativo.



Vocabulário

Emancipatório - O que tem capacidade de emancipar (libertador; capaz de emancipar, de libertar, de tornar independente)."



Refleta

O Memorial é uma produção individual do estudante, mas você, tutor, é um grande colaborador nesse processo de registro.

O Memorial permite a você e ao tutor perceberem um conjunto de elementos do processo de formação, com a finalidade de captar visões, reflexões, sonhos, desejos, questionamentos, dúvidas, ideias, críticas e dificuldades; permite que observem ritmos e avanços na aprendizagem e, assim, permite que, juntos vocês redirecionem os estudos para que todos aprendam, considerando a história de vida e os limites, as potencialidades e diferenças de cada um.



Atenção

O papel do tutor, na sua avaliação, deve ser o de orientar você na construção passo a passo do Memorial, que vem a ser um documento/instrumento construído por você mesmo e com o qual poderá perceber as suas próprias transformações em diálogo contínuo com o tutor.

Além do Memorial, a avaliação da aprendizagem deve ser registrada por meio de outros dois instrumentos formais: **o relatório das atividades da PPS e o formulário de registro e acompanhamento do cumprimento da carga horária total dessas atividades.** Este deve ser atestado com a assinatura dos responsáveis pela supervisão: o tutor e, em casos específicos, outros profissionais qualificados.

A avaliação da PPS não pode se restringir apenas à formalidade do Relatório e do Formulário. A observação in loco (no local), juntamente com o Relatório Final, é que possibilitará ao tutor captar a sua posição em relação às competências exigidas pelas atividades planejadas.

Na observação in loco, contudo, o tutor não pode ser um julgador, pois tais situações serão momentos privilegiados de avaliação participativa e dialógica, visando a continuidade na construção e aquisição de conhecimentos.

É preciso deixar claro, ainda, que Memorial, Relatório Final e Formulário são documentos diferentes e têm objetivos diferentes.

- No Memorial você escreve para você mesmo, para sua autoavaliação. Porém, à medida em que escreve (inclusive durante os encontros presenciais) você deve entregá-lo ao tutor com o objetivo de dialogar com ele ou com ela de modo a receber sugestões e críticas, que constituem o "diálogo avaliativo".

- O Relatório Final, também é de sua autoria. Deve documentar, descritivamente, a realização das atividades de PPS e os resultados alcançados (aquisição e construção de competências previstas). Este documento pode ser construído passo a passo, conforme a realização das atividades de PPS.
- O Formulário, por fim, serve para o registro dos locais, do número de horas previstas e do tipo de atividades teórico-práticas realizadas, além de outros registros a serem definidos pela instituição ofertante.

O Relatório Final e o Formulário são documentos/instrumentos que visam a comprovação do cumprimento integral da carga horária da PPS. Nesse sentido, as descrições e conclusões do Relatório podem e devem fazer parte do Memorial, tomando-se o cuidado de não provocarem duplo trabalho. O que você produzir para o Relatório pode ser anexado ao Memorial, para você complementar com alguma reflexão autoavaliativa.

O processo de avaliação da aprendizagem, portanto, é conduzido por meio do diálogo entre você e o tutor, cabendo ao último registrar a sua aprovação a cada componente curricular vencido e a cada atividade planejada para a PPS.



Pratique

Para praticar autoavaliação e a avaliação dialógica, registre no memorial o que você compreendeu do processo de avaliação no Profucionário para que, em encontro presencial ou em atividade a distância, você possa conversar com tutor/a e colegas sobre o tema.

Nessa concepção de avaliação participativa e dialógica, trabalhamos com o entendimento de que você tem o direito de (re)construir e recriar as suas práticas e a compreensão que tem delas, no momento em que o/a tutor/a problematizar o que você fez. Isso possibilita o adiamento da menção "aprovado" em algum componente curricular, a menos que você formalize sua desistência do curso, observadas as normas que regem a instituição ofertante.



Atenção

Por fim, você precisa saber que fica a cargo da instituição escolar certificadora integrar em seu PPP os procedimentos relativos aos registros das atividades, experiências e práticas desenvolvidas durante os processos de avaliação.

O quadro a seguir resume os instrumentos e princípios que orientam o processo de avaliação no Profucionário:

Quadro 2 – Resumo do processo de avaliação

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
INSTRUMENTOS	PRINCÍPIOS
<p>Em cada módulo: práticas de leitura, de experimentação, de investigação, de reflexão e de produção textual.</p> <p>No curso: <u>memorial</u> reflexivo da trajetória do cursista.</p> <p>Na PPS: <u>relatório final</u>, descritivo e conclusivo, e <u>registro</u> das horas em formulário adequado.</p>	<p>Processual – contínua, de todos elementos e momentos de formação.</p> <p>Diagnóstica – percepção das dificuldades com vistas a reconstruir e criar outras possibilidades de compreensão e prática.</p> <p>Participativa/Dialógica – coletiva e Interativa.</p> <p>Emancipatória – autoavaliação.</p>

6.4 Sugestões para estudo dos Cadernos

Para concluir este Caderno de Orientações Gerais sobre a formação planejada para o Profucionário, é importante lembrar você de algumas coisas que já vimos nas unidades anteriores:

- os cursos são ofertados para funcionários e funcionárias que, assim como você, trabalham na educação pública e já concluíram o ensino médio ou vão concluir concomitante;

- os cursos são ofertados e destinados a você que está na rotina escolar diária, que é trabalhador ou trabalhadora em educação e tem o direito de aprender, analisar e construir conhecimentos teórico-práticos, se expressar por diferentes linguagens e utilizar as mais variadas tecnologias disponíveis para trabalhar;
- os cursos são ofertados para que você possa atuar como profissional no trabalho com crianças, juventudes e adultos, com a família e com toda a comunidade escolar e do entorno da escola; e
- os cursos ofertados visam a contribuir para que você tenha mais informações, conhecimentos e melhores condições para participar dos processos coletivos de gestão escolar.

Como você já deve ter percebido, nos últimos anos inúmeras transformações estão ocorrendo, como por exemplo: mudanças climáticas, enchentes, ondas de calor ou de frio, migrações, retorno de doenças, aparecimento de novas doenças, tivemos a covid-19, dengue, zika e chikungunya, o acesso às redes sociais, a inteligência artificial, o uso da internet, mudanças nos hábitos alimentares, mudanças sociais e muitas outras. Todas essas mudanças exigem que cada um de nós, inclusive você, conheça, questione, aprimore e melhore o trabalho educativo que se realiza nos espaços da escola, para que as novas gerações possam enfrentar essas transformações.



Pratique

Se você deseja ser um **educador** disposto a compreender melhor as tarefas, as atribuições e as funções sociais da escola que vive em processos de mudanças, você precisa observar que, além da sala de aula, tem outros espaços educativos na escola e, neles, você deve ser educador e gestor, e o curso que você está fazendo pode contribuir muito para a sua formação, neste sentido.

Você percebeu que escrevemos **formação**?

Pois é, retomando o que já dissemos nas Unidades 1 e 5, formação significa um processo intencional, sistematizado, organizado com atividades teórico-práticas com as quais você terá acesso a conhecimentos filosóficos, históricos, políticos, sociológicos e técnico-científicos específicos para as suas funções, os quais contribuirão para que possa ter e fazer seu próprio juízo, para saber tomar decisões por você mesmo, para fazer escolhas com autonomia. Enfim, a formação deve contribuir para que você venha a ser um cidadão crítico, humano e criativo.

Como disse Paulo Freire,

"Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história" (Freire, 2018, p.53).

Para fazer bem o curso, procure organizar com a diretora ou diretor da escola, com sua chefia imediata, a melhor maneira para trabalhar na escola e, ao mesmo tempo, poder estudar.

Converse com sua família, filhas e filhos, netas e netos, irmãs e irmãos sobre o curso. Socialize a sua decisão de retornar aos estudos com objetivo de conquistar uma formação profissional específica e crescimento pessoal.

Busque desenvolver os hábitos da leitura e dialogue com seus colegas sobre o que está aprendendo e pensando durante a formação. Todos vão ficar interessados! Procure aprimorar determinadas competências e estabelecer rotinas para aprender, dialogar, criar projetos inovadores na alimentação escolar, na secretaria, no ambiente da escola.

É essencial ter os materiais impressos ou acesso online para que você possa utilizar os Cadernos, fazer as leituras, experienciar as atividades práticas, trocar experiências e alcançar os objetivos de ensino-aprendizagem. É um processo formativo **intencional**, pois integra concepções, princípios, linguagens, conhecimentos científicos de modo **sistematizado**, pois os Cadernos específicos de cada curso estão organizados e atravessados com os seguintes eixos: identidade, educação, cidadania, trabalho e gestão democrática que, juntos, problematizados e contextualizados buscam elevar você ao nível de técnico em Educação.

Desejo que você aproveite o curso e se transforme. Sigamos.

A formação, como já dissemos nos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, é autoformação e transformação.

Para conquistar tudo o que foi dito antes, é importante que você reflita e problematize temas e teorias importantes que estão disponíveis nos Cadernos de estudos.

Por isso, agora, vamos lhe explicar como os Cadernos estão estruturados, para que você possa tirar o máximo de proveito deles nos estudos.



Grupo de pessoas posando para uma selfie. Fonte: Freepik.



7

Ementário



Ementário

Enfim, depois de ter estudado o contexto histórico da construção da política de formação e de (re)construção da identidade profissional de funcionárias/os da educação no Brasil; depois de ter tomado conhecimento da fundamentação legal e normativa da proposta de formação do Profissionais; depois de ter entendido a modalidade da oferta desta formação e identificado os principais atores da estrutura da oferta; depois de ter compreendido os princípios e as estratégias pedagógicas propostas para você estudar, a seguir você terá acesso às ementas de cada um dos 21 Cadernos de estudos do seu curso, assim como dos demais cursos ofertados pelo Profucionário.

As ementas são visões gerais e resumidas que orientam as professoras e os professores elaboradores sobre objetivos e conteúdos que devem ser estudados, para que você possa construir e desenvolver aquela competência fundamental para a (re)construção da identidade profissional, qual seja: transformar o saber-fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas na escola e na sociedade.

7.1 Núcleo de Formação pedagógica comum às quatro habilitações

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
A - Orientações Gerais Autores João Antônio Cabral de Monlevade Maria Abádia da Silva Dante Diniz Bessa Bernardo Kipnis Francisco das Chagas Firmino do Nascimento	A origem e a evolução histórica do Profucionário. A proposta político-pedagógica: conceitos, princípios, metodologia e objetivos. Bases Legais, estrutura e funcionamento do programa e dos cursos.
B - Fundamentos e Práticas na EaD Autor do Caderno: Artemilson Alves de Lima	A utilização da modalidade Educação a Distância no Profucionário. Conceitos, modelos e sistemas de educação a distância.

<p>C- Orientações para a Prática Profissional Supervisionada Autor do Caderno: João Antônio Cabral de Monlevade</p>	<p>A Prática Profissional Supervisionada como vivência da ação educativa. O conhecimento: construção e tipos. Princípios éticos que norteiam a prática profissional. Métodos de estudo, pesquisa, observação. Elaboração de relatório.</p>
<p>1 - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores Autor do Caderno: João Antônio Cabral de Monlevade</p>	<p>Os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.</p>
<p>2 - Educadores e Educandos: tempos históricos Autora do Caderno: Maria Abádia da Silva</p>	<p>A educação e a escola por meio dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: projetos políticos pedagógicos. Políticas para educação básica: gestão escolar e o direito à educação.</p>
<p>3 - Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica Autor do Caderno: Dante Diniz Bessa</p>	<p>Filosofia e antropologia como saberes teórico-práticos. Natureza e cultura na formação humana. Linguagem, conhecimento e comunicação. Trabalho, tecnologia e educação. Ética, política e estética. Educação, escola e cidadania.</p>
<p>4 - Relações Interpessoais: abordagem psicológica Autora do Caderno: Regina Lúcia Sucupira Pedroza</p>	<p>Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.</p>
<p>5 - Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação Autores do Caderno: Ricardo Gonçalves Pacheco Erasto Fortes Mendonça</p>	<p>A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.</p>
<p>6 - Gestão da Educação e das Instituições de Educação Básica Autor do Caderno: Luiz Fernandes Dourado</p>	<p>Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.</p>



7.2 Núcleo de Formação Técnica Geral e Específica

7.2.1 Núcleo de Formação Técnica Geral

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
7 - Informática Básica Autor do Caderno: João Kerginaldo Firmino do Nascimento	Curso Básico de Informática. Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. Industrialização no Brasil. O que é tecnologia. Tecnologias da Informação. Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Tecnologias e mercado de trabalho. O que é informática. A informática na formação do trabalhador. Sistema operacional Windows 10. Editor de texto Word . Navegador Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox. Linux. O editor de texto.
8 - Produção textual no contexto escolar Autora do Caderno: Olga Cristina Rocha de Freitas	Cultura, pensamento e escrita. Concepções e estratégias de leitura. Escrita como prática social. Escrita autoral. Escrita colaborativa. Tecnologias da escrita. Texto e textualidade na era digital. O contexto escolar na produção, circulação e recepção de textos.
9 - Direito Administrativo e do Trabalho Autor do Caderno: Walter Candido Borsato de Moraes	Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.

7.2.2 Curso Técnico em Secretaria Escolar

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
10 - Trabalho Escolar e Teorias Administrativas Autor do Caderno: José Vieira Sousa	Concepções de educação e relação escola-sociedade. Grupo e organização: conceito, tipologia e características. Principais teorias administrativas: fundamentos conceituais e históricos da Administração. Política, planejamento e legislação educacional: conceitos, relações e a questão meios e fins na educação. Planejamento escolar: diagnóstico, execução e avaliação. Ética e transparência no serviço público.
11 - Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola Autores do Caderno: Regina Vinhaes Gracindo	A escola, o Sistema Educacional e a relação entre as diversas instâncias do Poder Público. O processo de construção da gestão democrática na escola e no sistema de ensino, seus instrumentos e elementos básicos. O financiamento da educação no Brasil e a gestão financeira da escola. O processo de construção do projeto político-pedagógico e a participação dos diversos segmentos escolares.
12 - Legislação Escolar Autores do Caderno: Ricardo Gonçalves Pacheco Aquiles Santos Cerqueira	A educação nas Constituições. O Plano Nacional de Educação e propostas do Coned. O regimento escolar. A educação pública nas Constituições. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996. Plano Nacional de Educação e propostas do Coned. Regimento Escolar: Construção e significado na perspectiva da autonomia.
13 - Técnicas de Redação e Arquivo Autora do Caderno: Rosineide Magalhães de Sousa	Leitura e interpretação da legislação. Credenciamento, autorização e reconhecimento de escolas. Os documentos escolares. Escritas e registros. Avaliação escolar. Relações entre sistemas. Certificações: diplomas, certificados, atestados e declarações. Históricos e transferências.
14 - Contabilidade na Escola Autores do Caderno: Carlos Mattos de Souza Junior Carlos Augusto de Medeiros	Noções básicas de contabilidade. Prática contábil. Contabilidade na escola. Finanças públicas. Receita e tributação. Classificação de despesas. Balanços. Orçamentos. Contabilidade da escola e da rede escolar
15 - Administração de Materiais Autora do Caderno: Olga Cristina Rocha de Freitas	A materialidade do processo educativo escolar: prédios, equipamentos e recursos didáticos. Relação entre equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem. Gestão de rede, de escola e de sala de aula: a questão da descentralização. Compras, produção e conservação. Almoxarifado. Equipamentos patrimoniais.
16 - Estatística Aplicada à Educação Autor do Caderno: Carlos Augusto de Medeiros	Conceitos matemáticos: razões e proporções; grandezas e medidas; regra de três simples; porcentagem; coeficientes, taxas e índices; sistema de coordenadas cartesianas; arredondamento. Variáveis, tabelas e gráficos: população e amostra; estatística descritiva e estatística indutiva ou inferencial; variáveis; tabelas; gráficos: diagramas, cartogramas e pictogramas. Distribuição de frequência: dados brutos e rol; distribuição de frequência: gráficos de uma distribuição; curvas de frequência. Medidas de resumo: medidas de tendência central (média, média aritmética ponderada, mediana e moda); medidas de dispersão (dispersão e variação, desvio padrão e coeficiente de variação); medidas de posição (quartis, decis e percentis).

7.2.3 Curso Técnico em Multimeios Didáticos

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
10 - Teorias da Comunicação Autor do Caderno: Dante Diniz Bessa	Comunicação humana. História da comunicação. Comunicação e linguagem. Elementos de semiótica. Formas e tecnologias de comunicação. Comunicação e educação. Comunicação, ensino e aprendizagem. Mídia e comunicação: imprensa, rádio, cinema, televisão e internet.
11 - Audiovisuais Autora do Caderno: Laura Maria Coutinho	A importância do desenho e da pintura no processo civilizatório. As grandes escolas de artes plásticas. O rádio e a massificação informativa. Fotografia: teoria e prática. Cinema: produção e consumo. O vídeo: produção e uso educativo. Rádios e televisões educativas. A interação entre a escola e a mídia
12 - Biblioteca Escolar Autores do Caderno: Graça Pimentel Liliane Bernardes Marcelo Santana	Biblioteca escolar. Organização de acervo bibliográfico. Dinamização da biblioteca. Mediadores da leitura. O museu e a escola.
13 - Oficinas Culturais Autores do Caderno: Graça Pimentel Jacinto Guerra Liliane Bernardes Carneiro	Educação e cultura. O Brasil e a diversidade cultural. Cultura erudita, cultura popular e cultura de massa. Identidade cultural da comunidade escolar. Atividades culturais na escola.
14 - Laboratórios Autores do Caderno: Gleidson Bomfim da Cruz Joelma Bomfim da Cruz Campos	A experimentação como prática científica. As grandes descobertas. Laboratórios. O desenvolvimento dos laboratórios escolares: concepção, uso e rotina. Laboratório de Ciências: biologia, química e física. Laboratório do ensino de línguas. Laboratório de informática. Perfil do técnico em laboratórios.
15 - Informática Aplicada à Educação Autor do Caderno: João Kerginaldo Firmino do Nascimento	Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.
16 - Informática Aplicada às Artes Autores do Caderno: Suzete Venturelli Lúcio Teles	Informática para a criação artística. O computador como ferramenta para trabalhos artísticos. Ferramentas básicas do NVU, para criação de páginas em HTML para rede internet. Apresentação do programa Gimp, para edição de imagens. Realização de atividade prática.

7.2.4 Curso Técnico em Alimentação Escolar

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
10 - Alimentação e Nutrição no Brasil Eliane Said Dutra Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Contextualização da nutrição no âmbito da Saúde pública. Políticas de Saúde Pública no Brasil direcionadas à alimentação e nutrição. Segurança alimentar e nutricional. Distúrbios nutricionais como problema de saúde pública no Brasil. Perfil nutricional da população brasileira. Padrões alimentares regionais e culturais no Brasil.
11 - Alimentação Saudável e Sustentável Autoras do Caderno: Eliane Said Dutra Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Conceitos: Nutrição, Alimentação e Saúde. Classificação e funções dos nutrientes. Alimentares. Nutrição nos ciclos da vida. Alimentação e Mídia Alimentação saudável.
12 - Políticas de Alimentação Escolar Autora do Caderno: Lorena Gonçalves Chaves Medeiros	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Princípio e Diretrizes. Formas de gestão. Das ações de alimentação e nutrição na escola. A nutricionista e os técnicos em alimentação escolar. A agricultura familiar no programa. Controle de qualidade da alimentação escolar. Conselho de Alimentação Escolar. Alimentação escolar no contexto internacional.
13 - Produção e Industrialização de Alimentos Autoras do Caderno: Stella Lemke Maégela Lourenço do Nascimento Amorim	Dados da produção de alimentos no país. A produção, industrialização e distribuição de alimentos. Sazonalidade. Agricultura Familiar. Educação e alimentação escolar. Produção orgânica.
14 - Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas Autora do Caderno: Eliene Ferreira de Sousa	Conceito e estratégias de Educação alimentar e Nutricional nas Escolas -EANE. Educador alimentar. Projeto político – pedagógico interfaces com alimentação escolar. Cidadania e participação na escola. Hortas escolares pedagógicas.
15 - Organização e Operação de Cozinhas Escolares Autora do Caderno: Renata Bernardon	Boas práticas de Manipulação de Alimentos. Vigilância Sanitária. Higiene pessoal, do ambiente de utensílios e de equipamentos. Manejo de resíduos. Aproveitamento da água. Controle de vetores e pragas urbanas. Contaminantes de alimentos. Noções básicas sobre microrganismos e doenças transmitidas por alimentos. Saúde e segurança no trabalho.
16 - Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar Autoras do Caderno: Eliane Said Dutra Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Princípios do planejamento alimentar. Atendimento às diretrizes e as referências nutricionais do programa. Importância do cumprimento do cardápio elaborado por nutricionistas. Leis da Alimentação. Preparação e conservação de alimentos. Pesos e Medidas. Porcionamento. Ficha Técnica de Preparação. Desperdício de alimentos.

7.2.5 Curso Técnico em Infraestrutura Escolar

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
10 - Teorias do Espaço Educativo Autores do Caderno: Antonio Carlos Carpintero Jaime Gonçalves Almeida	Conceito de espaço. História dos espaços escolares como expressão de diferentes culturas e pedagogias. Espaço natural, espaço arquitetônico e espaço educativo. O colégio jesuítico nas cidades e nas missões. O espaço escolar na educação pombalina. Os prédios escolares do Império e da Primeira República. O enxugamento dos espaços escolares nas décadas de massificação: salas de aula e dependências administrativas. O papel dos funcionários em cada modelo de escola. O currículo como modelador dos espaços: salas-ambiente. Educação e entorno socioambiental. Teorias de manutenção da qualidade material das edificações e dos equipamentos.
11 - Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação Autor do Caderno: Ivan Dutra Faria	Noções básicas de ecologia, meio ambiente e sua preservação. Contribuições da física, química e biologia. Equilíbrio ecológico. A ocupação da natureza do território brasileiro e do município pelo homem em suas atividades econômicas: os impactos ambientais. Educação escolar e meio ambiente. Preservação dos mananciais hídricos. Manejo do lixo na comunidade e na escola. Desenvolvimento social e ambiental. A higiene como expressão material da saúde humana. Construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. O uso higiênico dos espaços escolares. O uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Coleta seletiva de lixo. O papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola.
12 - Técnicas de Construção Autor do Caderno: Alessandro Guimarães Pereira	Construção como aplicação de materiais e de suas relações com a sustentabilidade ambiental. Arquitetura, engenharia civil e educação. Evolução histórica das construções: na Europa, na América pré-colombiana, no Brasil colonial, independente e moderno. Leitura e desenho de projetos. Especificações escolares. Leitura de plantas de prédios escolares. Prática elementar de construções e reformas: alicerces, vigas, pilares, ferragens, paredes, rebocos, azulejos, pisos, pintura, impermeabilizações, cercados, muros. Instalações elétricas e hidrossanitárias adaptadas às especificações escolares. Construção e manutenção de quadros de giz. Orçamentação e custos de construções. Papel do funcionário quanto à construção, conservação e manutenção física dos prédios escolares. Qualidade e segurança.
13 - Equipamentos Hidráulicos e Sanitários Autora do Caderno: Chenia Rocha Figueiredo	O planeta água. Captação, distribuição e consumo de água nas escolas. Acesso à água potável. Bebedouros e refrigeradores: estrutura, funcionamento e reparos. Equipamentos hidrossanitários nas cozinhas, cantinas e sanitários. Leitura de plantas dos projetos hidrossanitários. Estrutura e funcionamento da rede de esgotamento sanitário, próprio ou integrado à cidade. Prática de reparos nos equipamentos hidráulicos e sanitários

<p>14 - Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Autora do Caderno: Chenia Rocha Figueiredo</p>	<p>Eletricidade como fonte de energia. Fundamentos teóricos e aplicações na escola. Iluminação de ambientes externos e internos ao prédio escolar. Equipamentos e gasto de energia: estrutura e funcionamento. Ventilação e condicionamento artificial do ar. Instalações elétricas. Manutenção e reparo de instalações e equipamentos. Aparelhos eletrônicos: manuseio, manutenção e reparos. Progresso científico e impacto ambiental da produção de energia.</p>
<p>15 - Equipamentos e Materiais Didáticos Autora do Caderno: Olga Cristina Rocha de Freitas</p>	<p>Conceitos básicos de Didática e Metodologias do ensino na educação básica. Equipamentos e materiais de creches e de pré-escolas. Equipamentos e materiais nos processos de alfabetização. Equipamentos e materiais no ensino fundamental e médio: do quadro de giz aos recursos específicos modernos. Equipamentos e recursos específicos para portadores de necessidades educacionais especiais. Papel do técnico em sua relação com professores e estudantes.</p>
<p>16 - Segurança na Sociedade e nas Escolas Autor do Caderno: João Antonio Cabral de Monlevade</p>	<p>Conceitos de segurança. Relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Cidade segura, bairro seguro, escola segura. Segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. O adolescente infrator e a reeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>



Referências

AZEVEDO, Janete. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BESSA, Dante Diniz. **Produção de conhecimentos e de sujeitos críticos em educação**: reflexões sobre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. In: MUNHOZ, A.; FELDENS, D.; SCHUCK, R. Aproximações sobre o sujeito moderno: traçando algumas linhas. Lajeado: Univates, 2006.

BESSA, Dante Diniz. **Reconstrução da identidade profissional de trabalhadoras em alimentação escolar que concluíram o curso do Profuncionário: formação e experiência em situação de trabalho**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais**: Educação Básica. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de profissional de Serviços de Apoio Escolar**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n.º 16 de 3 de agosto de 2005**. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto N.º 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. **Decreto N.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Básica (2023)**. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei N.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei N.º 12.014, de 06 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei N.º 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3.ed. Brasília: Setec, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola**. Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. **Portaria n.º 25, de 31 de maio de 2007**. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/legislacao_educacao/portaria_normativa_25_2007_mec.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 1.547, de 24 de outubro de 2011**. Ministério da Educação. Portaria n.º 1.547, de 24 de outubro de 2011. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=22&data=25/10/2011>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RASIL. Secretaria da Educação Básica. **Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação**. Em cena, funcionários de escola. Brasília, set. 2004.

CADERNOS CEDES. **Arte e Manhas dos projetos políticos e pedagógicos**. Campinas, v. 23, n.º 61. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, C. A.; MORAES, K. N.º; OLIVEIRA, J. F. **Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia**. 1a. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. S. (org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S.; OLIVEIRA, João Ferreira (org.). **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: Editora UCG, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários**. São Paulo, editora Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o Jogo**. Campinas/SP: Laplane, 2000.

MONLEVADE, João Antonio C. **Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis**. Brasília: Idea, 2000.



MONLEVADE, J.A.C. **Profissionalização ou Terceirização? O Futuro dos Funcionários da Educação à Luz das Conquistas e Desafios do Presente**. Brasília: Edição do Autor, 2014.

MOURA, Dante Henrique. **Algumas possibilidades de organização do Ensino médio a partir de uma base unitária**: trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento. Belo Horizonte, 2010.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino e LIMA, Manoel C. **Terceirização na educação: a face moderna do retrocesso**. Brasília: SAE/DF, 2001.

NOGARO, A. et al. **Aprendizagem e fatores motivacionais relacionados**. Espaço Pedagógico, v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 419-434, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Dálila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. **Bolsa escola e renda minha: renda minha e educação na visão das mães**. Dissertação de Mestrado, FE/UnB. Brasília, 2005.

UNICEF. **Panorama da Distorção Idade-série no Brasil**. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idadeserie_no_Brasil.pdf. Acesso em 24 jun. 2024.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROZA, J. C. da et al. **Blended learning: revisão sistemática da literatura em periódicos científicos internacionais (2015-2018)**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.36 e223402, 2020.

SILVA JUNIOR, João Reis. **A reforma do Estado e da educação**. São Paulo: Xamã, 2003.

SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do /Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados/FAPESP, 2002.

SILVA, Maria Abádia; SILVA, Maicon e FERREIRA, Neusa. **Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica.** Revista Brasileira de Educação - RBE v. 27, 2022.

SILVA, Maria Abádia e SILVA, Edileuza Fernandes. **Para onde vai o direito à educação?** Revista Interinstitucional Artes em Educar, Rio de Janeiro, Edição especial II vol, 6, 2020.

SILVA, Maria Abádia e FERNANDES, Edison Flávio. **O projeto de educação 2023 da OCDE: uma bússola para a aprendizagem.** Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 9, N° 5, p. 271 - 300, Edição Especial 2019.

SMITH, S. et al. **A Critical Review of the Use of Wenger's Community of Practice (CoP) Theoretical Framework in Online and Blended Learning Research, 2000-2014.** Online learning (Newburyport, Mass.) 21.1 (2017): 209

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Nacional, 1969.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. **As dimensões do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 2001.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity.** Cambridge University Press, 1998.





MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

